

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

AMANDA RIBEIRO DA SILVA

**“E AGORA ELA TAMBÉM PODE ENTRAR NA SALA DE AULA”:
A LITERATURA DE CORDEL ENTRE FOLCLORE, CULTURA POPULAR E A
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL PIAUIENSE
(1970-1994)**

TERESINA

2024

**“E AGORA ELA TAMBÉM PODE ENTRAR NA SALA DE AULA”:
A LITERATURA DE CORDEL ENTRE FOLCLORE, CULTURA POPULAR E A
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL PIAUIENSE
(1970-1994)**

Tese apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Amparo Borges Ferro

TERESINA

2024

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação
Serviço de Representação da Informação

S586a Silva, Amanda Ribeiro da

“E Agora ela também pode entrar na sala de aula” : a literatura de cordel entre folclore, cultura popular e a formação da identidade cultural piauiense (1970-1994) / Amanda Ribeiro da Silva. – 2024. 113 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Teresina, 2024.

“Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Amparo Borges Ferro.”

1. Cordel (Folclore Popular). 2. Literatura de Cordel.
3. Educação – História. 4. Cultura Popular. I. Ferro, Maria do Amparo Borges. II. Título.

CDD 398.5

AMANDA RIBEIRO DA SILVA

**“E AGORA ELA TAMBÉM PODE ENTRAR NA SALA DE AULA”:
A LITERATURA DE CORDEL ENTRE FOLCLORE, CULTURA POPULAR E A
FORMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL PIAUIENSE
(1970-1994)**

Tese aprovada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutora em Educação, no
Programa de Pós-Graduação em Educação,
Linha de Pesquisa História da Educação, da
Universidade Federal do Piauí.

Aprovada em 27 de setembro de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **MARIA DO AMPARO BORGES FERRO**
Data: 09/11/2025 09:38:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Maria do Amparo Borges Ferro
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Documento assinado digitalmente
 **ROSILENE ALVES DE MELO**
Data: 19/08/2025 22:33:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Rosilene Alves de Melo
Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Documento assinado digitalmente
 **ALCEBIADES COSTA FILHO**
Data: 02/09/2025 22:55:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Alcebiades Costa Filho
Universidade Estadual do Piauí

Documento assinado digitalmente
 **EDNARDO MONTEIRO GONZAGA DO MONTI**
Data: 28/08/2025 13:11:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Documento assinado digitalmente
 **FRANCISCO GOMES VILANOVA**
Data: 04/09/2025 10:20:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Gomes Vilanova
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

A todos os cordelistas e repentistas do Piauí.

AGRADECIMENTOS

Ao chegar neste momento, reflito sobre tudo que vivenciei. E, neste instante, a imagem que me vem à mente é a que me acompanhou durante todo esse processo, a de Jesus acalmando o mar e a tempestade. Saber que Ele está comigo no barco e que, por diversas vezes, me fez andar sobre águas turbulentas, me dá a certeza de que eu jamais estarei sozinha, pois existe uma força maior que me rege.

Agradeço a mim mesma, por ter acreditado que esse dia chegaria, por ter me proporcionado vivenciar um processo de autoconhecimento, de reconhecer minhas limitações, mas, acima de tudo, por ter desenvolvido as potencialidades que a vida exigiu de mim.

Eu não chegaria aqui sozinha, existe uma multidão silenciosa que me acompanhou pela estrada que insistiu tantas vezes em bifurcar...

Aos meus pais, Edna e José, aos quais prometi que um dia seria Doutora, pelo amor e dedicação imensuráveis, pelo colo, pelo olhar e pelas orações que me destinam a cada encontro ou ausência. Ao meu irmão Rafael, pelo reencontro nesta vida e pela admiração que sentimos um pelo outro.

Ao meu marido Emerson, que sonhou comigo, que aprendeu sobre os labores da pesquisa e que não mediu esforços para que eu pudesse escrever a tese. À minha filha Clarice, que é minha maior inspiração e força, que desperta em mim a vontade de todos os dias ser um pouquinho melhor que ontem.

Às minhas irmãs de coração, Ana Celis, Ana Lúcia e Josilene, por terem segurado na minha mão nos momentos mais difíceis que passei durante o processo de doutoramento, na certeza de que eu venceria os desafios a mim endereçados.

Aos compadres Naira e Sérgio, por quem eu tenho profundo carinho, sobretudo à Naira lemos, que me ensinou sobre fé e com quem eu compartilho as dores e os sabores da maternidade; a sua presença é sinônimo de paz e alegria, juntas somos capazes de vencer qualquer coisa, pois, quando eu acho que não consigo, olho para você e vejo uma fonte de inspiração.

À minha orientadora, que me oportunizou vivenciar o mundo da pesquisa desde que entrei na universidade, acreditando que eu era muito mais do que poderia mensurar.

À Ana Galvão, pela importância dos seus escritos na escolha da minha temática e pelas inúmeras provocações no Exame de Qualificação.

Ao Núcleo de Educação, História e Memória (NEHME), a minha família acadêmica. Estar com vocês é sinônimo de partilha, fraternidade e leveza. Nesse lugar, a angústia parecia não existir. De modo especial, agradeço ao Vilanova, o irmão que escolhi para partilhar a vida social, pessoal e acadêmica. À Solange, pelas diversas leituras do meu texto, pelo carinho e por ser fonte de inspiração para mim. À Paloma, pelo afeto, orações e partilhas durante esses últimos anos. Ao amigo Neto, na certeza de que as gargalhadas estão garantidas. Saibam que o colo de vocês foi fundamental nesse processo.

Aos meus colegas de turma, Dryelli, Alisson e Douglas, pessoas que o “acaso” sempre deu um jeito de nos aproximar, e nós insistimos em permanecer. A amizade, as trocas e a torcida entre nós foram e continuam sendo um presente.

À Prof.^a Virginia Magalhães, pelo profissionalismo e competência na revisão deste texto. E, para além disso, pela escuta dos meus dias mais tumultuados.

Aos colaboradores da minha pesquisa, pela troca de conhecimentos e por compartilharem suas memórias com a finalidade de contribuir com esta tese.

À banca examinadora, em nome dos Professores Doutores Ednardo Monteiro Gonzaga do Monti e Alcebíades Costa Filho, pelas contribuições, análise dos meus escritos e indispensáveis sugestões. À Prof.^a Rosilene Melo, por me presentear com suas discussões sobre o mundo cordeliano e suas valiosas ideias.

Ao Instituto Federal do Piauí (IFPI), que me proporcionou o afastamento para que eu pudesse concluir o Curso de Doutorado em Educação. Ao meu Diretor Antenor Bustamante e à minha parceira Rosane Leite, que foram leveza e sustento durante o trajeto.

Aos demais profissionais e amigos que estiveram comigo nesse percurso, o meu muito obrigada!

“Através da linguagem articulada em discurso,
o ser humano expressa seus sentimentos, ideias,
expõe sua visão de mundo,
enfim, pode tornar acessível a outros o que quer comunicar.”
(Ferro, 2010).

SILVA, AMANDA RIBEIRO DA. “E Agora ela também pode entrar na sala de aula”: a literatura de cordel entre folclore, cultura popular e a formação da identidade cultural piauiense (1970-1994). Tese (Doutorado em Educação). 113 f. Programa de Pós-graduação em Educação. Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, 2024.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar como o cordel se apresentou na imprensa, na universidade e na escola, no Piauí, de 1970 a 1994. Quanto à periodização, inicia-se na década de 1970, quando os jornais piauienses e de outras regiões do Nordeste, cordelistas e violeiros anunciavam a possível “morte” do cordel, ao mesmo tempo em que folcloristas, estudiosos da cultura popular e universitários recorriam ao cordel como objeto de estudo ou fonte de pesquisa; estendendo-se até 1994, com a primeira fase do *Projeto Cordel nas Escolas* e a publicação da revista *De Repente*. Como o cordel se apresentou na imprensa, na universidade e na escola, no Piauí, de 1970 a 1994? Os objetivos específicos foram: a) descrever o processo de circulação do cordel entre o folclore e a cultura popular; b) apresentar as discussões sobre cordel no meio universitário e intelectual literário piauiense; c) e discutir o lugar ocupado pelo cordel nas escolas piauienses, a partir dos enunciados da imprensa e de relatos de memória. O referencial teórico da pesquisa está baseado em Abreu (1997), Albuquerque Junior (2011-2013), Bourdieu Bourdieu (2010), Certeau (1998), Galvão (2006), Gomes e Hansen (2016), Halbwachs (1990), (2008), Le Goff (2003), Chartier (1990), Melo (2019), Ribeiro (1995-1997), Moura (2015), Vieira (2015) entre outros. A concepção de história adotada é a da Nova História Cultural, mais especificamente, uma história intelectual. Além de jornais e revistas que circulavam, no Piauí, no período em estudo, utilizamos também as fontes orais. A partir da análise dos dados, defende-se que, neste período, o cordel foi mobilizado em diferentes espaços sociais (formais e não formais) com distintos fins educativos, como formação da identidade cultural piauiense, na formação de leitores e na revitalização e manutenção dessa manifestação da literatura popular.

Palavras-chave: literatura de cordel; História da Educação; folclore; cultura popular.

SILVA, AMANDA RIBEIRO DA. **“And Now She Can Also Enter the Classroom”: Cordel Literature Between Folklore, Popular Culture, and the Formation of Piauí Cultural Identity (1970–1994).** Dissertation (Doctorate in Education). 113 p. Graduate Program in Education. Center for Educational Sciences, Federal University of Piauí, 2024.

ABSTRACT

This research aimed to analyze how cordels are presented in the press, universities and schools, in Piauí, from 1970 to 1994. As for periodization, it has begun in the 1970s, when newspapers from Piauí and other regions from Northeast, cordel professionals and viola players announced the possible “death” of cordel, meanwhile folklorists, scholars of popular culture and university students turned to cordel as an study object or a source of research; extending until 1994, from the first stage of “*Projeto Cordel nas Escolas*” and the publication of “*De Repente*” magazine. How was cordel presented in the press, universities and schools, in Piauí, from 1970 to 1994? The specific objectives were: a) to describe the process of circulation between folklore and popular culture; b) to present the discussions about cordel in the university and the literary intellectual environment from Piauí; c) and to discuss the place occupied by cordel in schools from Piauí based on the statements of the press and memory reports. The research’s theoretical framework is based on Abreu (1997), Albuquerque Junior (2011-2013), Bourdieu (2010), Certeau (1998), Galvão (2006), Gomes and Hansen (2016), Halbwachs (1990), (2008), Le Goff (2003), Chartier (1990), Melo (2019), Ribeiro (1995-1997), Moura (2015), Vieira (2015) and others. The conception of history adopted is from the New Cultural History, more specifically, an intellectual history. Oral sources were also used besides the newspapers and magazines that circulated in Piauí during the period of study. Based on the data analysis, it is argued that, in this period, cordel were mobilized in different social spaces (formal and non-formal) with different educational purposes, such as formation of the cultural identity from Piauí, formation of readers, revitalization and maintenance of such manifestation of popular literature.

Keywords: cordel literature; Education History, folklore, popular culture.

SILVA, AMANDA RIBEIRO DA. **“Y Ahora Ella También Puede Entrar en el Aula”: la literatura de cordel entre el folclore, la cultura popular y la formación de la identidad cultural piauiense (1970-1994).** Tesis (Doctorado en Educación). 113 p. Programa de Posgrado en Educación. Centro de Ciencias de la Educación, Universidad Federal de Piauí, 2024.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación era analizar cómo se presentaba el cordel en la prensa, en la universidad y en la escuela, en Piauí, entre 1970 y 1994. En cuanto a la periodización, comienza en la década de 1970, cuando periódicos de Piauí y de otras regiones del Nordeste, cordelistas y violeiros anunciaban la posible “muerte” del cordel, al mismo tiempo que folcloristas, estudiosos de la cultura popular y estudiantes universitarios recurrían al cordel como objeto de estudio o fuente de investigación, extendiéndose hasta 1994, con la primera fase del “*Projeto Cordel nas Escolas*” y la publicación de la revista “*De Repente*”. ¿Cómo se presentó el cordel en la prensa, en la universidad y en la escuela, en Piauí, entre 1970 y 1994 ? Los objetivos específicos fueron: a) describir el proceso de circulación del cordel entre el folclore y la cultura popular; b) presentar las discusiones sobre el cordel en los círculos universitarios intelectuales y literarios de Piauí; c) y discutir el lugar ocupado por el cordel en las escuelas de Piauí, a partir de declaraciones en la prensa y relatos de la memoria. El marco teórico de la investigación se basa en Abreu (1997), Albuquerque Junior (2011-2013), Bourdieu (2010), Certeau (1998), Galvão (2006), Gomes y Hansen (2016), Halbwachs (1990), (2008), Le Goff (2003) , Chartier (1990), Melo (2019), Ribeiro (1995-1997), Moura (2015), Vieira (2015) y otros. El concepto de historia adoptado es el de la Nueva Historia Cultural, más concretamente, una historia intelectual. Además, de los periódicos y revistas que circulaban en Piauí durante el período de estudios, también utilizamos fuentes orales. A partir del análisis de los datos, se argumenta que, en este periodo, el cordel se movilizó en diferentes espacios sociales (formales y no formales) con diferentes propósitos educativos, como la formación de la identidad cultural del Piauí, la formación de lectores y la revitalización y mantenimiento de esta manifestación de la literatura popular.

Palabras clave: literatura de cordel; Historia de la Educación; folclore; cultura popular

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Imagem 1	– Convite, em cordel, de autoria do poeta Pedro Costa, dirigido aos cordelistas	22
Imagem 2	– Fragmento da matéria do jornal <i>O Dia</i> sobre cordel nas escolas (1973)	27
Imagem 3	– Matéria sobre reação de repentistas a dicionário editado pelo MEC (1982)	30
Imagem 4	– Fragmento da matéria <i>Ponto de contradição</i> da <i>Revista Presença</i>	32
Imagem 5	– Matéria sobre conceito de folclore	33
Imagem 6	– Matéria sobre festejo do Dia Nacional do Folclore pela UFPI	35
Imagem 7	– Nota sobre o <i>Festival de Violeiros</i>	36
Imagem 8	– Trecho da matéria ... <i>a literatura morta-virgem</i>	39
Imagem 9	– Matéria sobre o desaparecimento do cordel	40
Imagem 10	– Matéria <i>Nordeste sem cantadores</i> (1971)	43
Imagem 11	– Matéria sobre pedido de lei que ampare a cultura popular (1974)	46
Imagem 12	– Matéria sobre cobrança de amparo aos folheteiros por Liêdo Maranhão (1975)	48
Imagem 13	– Nota sobre falta de financiamento para publicação de cordel (1976)	49
Imagem 14	– Matéria sobre perseguição a cantadores nas feiras do Nordeste (1979)	50
Imagem 15	– Matéria sobre o declínio do Cordel, segundo o poeta José Costa Leite (1979)	52
Imagem 16	– Fragmento de matéria sobre encontro que reunirá folclore nordestino	56
Imagem 17	– Fragmento da matéria <i>Violeiros instalam festival na capital</i>	58
Imagem 18	– Fragmento da matéria Festival de Violeiros vai ser iniciado no dia 19	59
Imagem 19	– Gilvan Santos: um poeta nordestinado	60
Imagem 20	– Matéria do jornal <i>O Dia</i> sobre cordel nas escolas (1973)	71
Imagem 21	– Noticiário sobre curso de folclore para professores no Piauí (1975)	77
Imagem 22	– Anúncio de Curso de Folclore e Comunicação ministrado no Instituto de Educação de Pernambuco (1971)	80
Imagem 23	– Matéria sobre curso de folclore para docentes, promovido pela Funarte (Natal-RN) (1981)	81
Imagem 24	– <i>1º Manifesto Ecológico do Piauí</i> (1980)	83

LISTA DE GRÁFICO E QUADROS

Gráfico 1	–	Teses e dissertações localizadas a partir do termo “cordel”, por ano de publicação – IBICT (2018-2023)	14
Quadro 1	–	Títulos das teses e dissertações sobre cordel no IBICT (2018-2023)	17
Quadro 2	–	Teses e dissertações sobre cordel nos repositórios da UFPI e da UESPI (2018-2023)	18
Quadro 3	–	Livros lançados e divulgados pela APL	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	–	Programas de pós-graduação com teses e dissertações sobre cordel (2018-2023)	16
Tabela 2	–	Fontes piauienses pesquisadas	19

LISTA DE SIGLAS

ABC	–	Academia Brasileira do Cordel
ABL	–	Academia Brasileira de Letras
AI-5	–	Ato Institucional n. 5
AML	–	Academia Maranhense de Letras
APL	–	Academia Piauiense de Letras
Avipop	–	Associação de Violeiros e Poetas Populares do Piauí
CAC/UFPI	–	Coordenação de Assuntos Culturais da Universidade Federal do Piauí
Capes	–	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDFB	–	Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro
CPC	–	Centros Populares de Cultura
FAFI	–	Faculdade Católica de Filosofia do Piauí
FCRB	–	Fundação Casa Rui Barbosa
Funarte	–	Fundação Nacional de Artes
Funcor	–	Fundação Nordestina do Cordel
IBICT	–	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
Iphan	–	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	–	Ministério da Educação e Cultura
MinC	–	Ministério da Cultura
UESPI	–	Universidade Estadual do Piauí
UFAL	–	Universidade Federal de Alagoas
UFMG	–	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	–	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	–	Universidade Federal do Piauí
UFRN	–	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNE	–	União Nacional dos Estudantes
Unesco	–	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	ENTRE O FOLCLORE E A CULTURA POPULAR	24
2.1	O DEBATE SOBRE O SENTIDO DO CORDEL NA IMPRENSA	24
2.2	CLAMORES DOS CORDELISTAS EM MEIO À CRISE	36
3	CORDEL: O DEBATE NO MEIO ACADÊMICO UNIVERSITÁRIO E LITERATO PIAUIENSE	54
3.1	CORDEL A PARTIR DE PROFESSORES E ACADÊMICOS	55
3.2	A MANIFESTAÇÃO DO CORDEL POR MEIO DA APL	63
4	CORDEL NA ESCOLA: PROPOSTA DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PIAUIENSE	70
4.1	CORDEL COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO	70
4.2	“O MEU GRANDE OBJETIVO ERA LEVAR O CORDEL PARA AS ESCOLAS”: UM CURSO PARA FORMAR PROFESSORES	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	93
	ANEXO	101

1 INTRODUÇÃO

O ano era 2009, e o primeiro encontro com o cordel foi proporcionado a partir do projeto *Manifestações Culturais do Piauí–Brasil*. Diferente do que já foi lido e ouvido nas entrevistas feitas durante a pesquisa realizada no Curso de Mestrado (2014-2016), o primeiro contato com o cordel se deu, já na vida adulta, com o poeta Pedro Costa que, inúmeras vezes, na Fundação Nordestina do Cordel, esteve disposto a auxiliar na compreensão dessa literatura que versa, tem métrica e rima.

O interesse pelo cordel como tema de pesquisa surgiu ainda durante o Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), quando iniciamos as primeiras pesquisas sobre educação e literatura de cordel. O estudo teve continuidade no Curso de Mestrado, quando realizamos uma pesquisa sobre história e memória do *Projeto Cordel nas Escolas* (1990-2007), com o intuito de compreender a contribuição desse projeto para o desenvolvimento da cultura cordelista no espaço escolar (Silva, A., 2016). Naquela pesquisa, foi possível observar a grande influência do cordel na educação, de modo geral, e na construção de uma identidade cultural piauiense. Na presente pesquisa, defendemos que, no período de 1970 a 1994, o cordel foi mobilizado em diferentes espaços sociais (formais e não formais) com distintos fins educativos, como formação da identidade cultural piauiense, na formação de leitores e na revitalização dessa manifestação da literatura popular.

Quanto à periodização, optamos por um recorte que vai do período de 1970, quando os jornais piauienses e de outras regiões do Nordeste, cordelistas e violeiros anunciavam a possível “morte” do cordel, ao mesmo tempo em que folcloristas, estudiosos da cultura popular e universitários recorriam ao cordel como objeto de estudo ou fonte de pesquisa; estendendo-se até 1994, com a primeira fase *Projeto Cordel nas Escolas* e a publicação da revista *De Repente*.

De acordo com Galvão (2005), no fim da década de 1970, houve uma mudança significativa no público leitor/ouvinte de cordel, ganhando destaque os intelectuais. Por trás desse interesse podemos citar alguns movimentos importantes que ocorreram na década de 1960, tais como os movimentos de contracultura que questionavam os padrões estabelecidos de forma hegemônica por uma pequena parcela da sociedade sem levar em consideração a multiplicidade de culturas e comportamentos, ou seja, movimentos que iam de encontro com a cultura dominante da época.

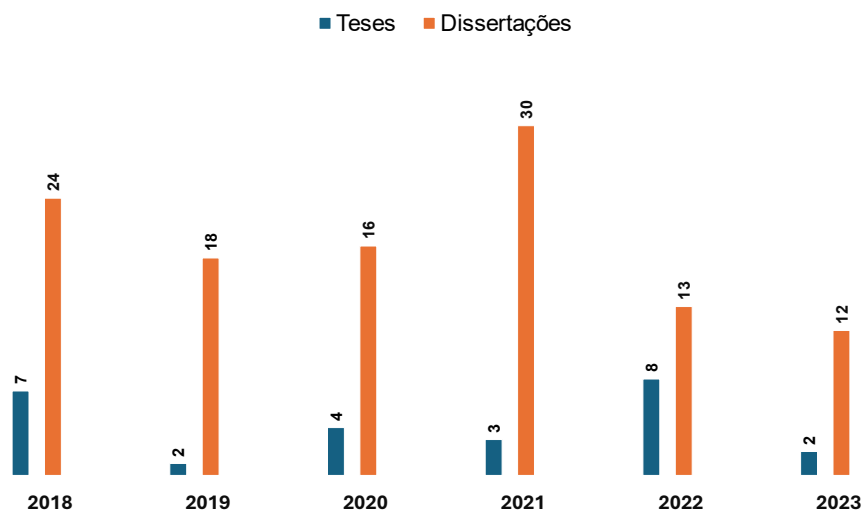
Desse modo, podemos destacar o movimento do Tropicalismo e os Centros Populares de Cultura. O primeiro refere-se a um movimento relacionado a música brasileira, lembrando que surgiu num período específico da história, a ditadura militar, onde as músicas tinham tons de protesto contra o regime. O segundo, reunia diferentes manifestações culturais, como teatro, música, literatura, cinema entre outros, e tinha por finalidade a construção de uma cultura nacional e democrática a partir da criação da conscientização das classes populares. Nesse sentido, é possível afirmar que a década de 1960 foi muito voltada para questões do papel do popular e as lutas de classe o que desencadeou o interesse dos intelectuais por essas questões culturais, aqui no caso, o cordel.

Alguns trabalhos foram produzidos, ao longo do tempo, sobre a temática aqui discutida, sendo um dos primeiros trabalhos acadêmicos com os quais tivemos contato a tese de Doutorado da Professora Ana Maria de Oliveira Galvão (2000), intitulada *Ler/ouvir folhetos de cordel em Pernambuco (1930-1950)*, defendida em 2000, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A partir dela, tivemos contato com outros autores, como Márcia Abreu (1999), com *Histórias de cordéis e folhetos*; Ivan Cavalcanti Proença (1977), com *A ideologia do cordel*; Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2011), com *Invenção do Nordeste e outras artes*; e Joseph Maria Luyten (2005), com o seu *O que é Literatura de Cordel*. A partir desses trabalhos, fomos identificando outros olhares sobre o cordel, o que nos possibilitou uma visão histórica, identitária, memorialista e cultural.

Levando em consideração a multiplicidade de pesquisas sobre o cordel, compreendemos que se faria necessário refletir sobre o que se tem investigado nos últimos cinco anos, nos programas de pós-graduação brasileiros. Deste modo, recorreremos ao Banco de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Quanto ao recorte temporal, restringimo-nos aos anos de 2010 a 2016¹ e buscamos os trabalhos a partir do termo “cordel”, localizando 139, sendo 26 teses e 113 dissertações (Gráfico 1).

¹ Para publicação de trabalhos sobre esta temática nos anos de 2010 a 2016, cf. J. Melo (2017).

Gráfico 1 – Teses e dissertações localizadas a partir do termo “cordel”, por ano de publicação – IBICT (2018-2023)



Fonte: A autora

Dados: Bancos de Teses e Dissertações da Capes/IBICT

A partir dos dados apresentados no Gráfico 1, o ano de 2021 reuniu o maior número de publicações de dissertações com a temática do cordel, totalizando 30 trabalhos, sendo o ano de 2023 o que reuniu apenas 12. Em relação às teses, o número é bem inferior aos trabalhos de mestrado (devido ao tempo de duração dos cursos, uma vez que o doutorado é o dobro do tempo de um mestrado, fazendo parecer menor o número de trabalhos realizados), tendo um maior número no ano de 2022, totalizando 8. Nos cursos de pós-graduação em que os trabalhos foram publicados, aparecem, em destaque, os Programas de Letras com 52 publicações entre teses e dissertações (Tabela 1).

Tabela 1 – Programas de pós-graduação com teses e dissertações sobre cordel (2018-2023)

ÁREA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	NÚMERO
Administração de empresas	1
Artes	3
Artes Cênicas	3
Arte e Cultura Visual	1
Ciências Humanas e Sociais	1
Ciências Jurídicas	1
Ciência da Informação	3
Ciência da Religião	2
Comunicação	1
Comunicação social	1
Ciências Sociais	3
Cultura e Identidades Brasileiras	1
Cultura e Sociedade	1
Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas	1
Educação	4
Educação, Arte e História da Cultura	1
Educação Profissional e Tecnológica	1
Educação e Ciências da Matemática	1
Ensino de Biologia	1
Ensino de Ciências e Educação Matemática	1
Ensino de História	2
Ensino na Educação Básica	1
Estudos da Tradução	1
Estudos da linguagem	4
Estudos linguísticos	1
Estudos Literários	4
Estudos de Literatura	1
Filosofia	2
Física	1
Formação de Professores	1
Gerontologia	1
Ensino de História	2
História Social	1
História	5
História das Ciências e da Saúde	1
Interdisciplinar e Cinema	1
Interdisciplinar em Cognição Tecnológica e Instituição	1
Letras	52
Linguagem e Ensino	8
Língua Portuguesa	1
Linguística	3
Literatura	1
Literatura e Cultura	4
Língua, Literatura e Interculturalidade	1
Música	2
Psicologia Cognitiva	1
Sociologia	3
Tecnologia e Informação na Enfermagem	1

Fonte: A Autora

Dados: Banco de Teses e Dissertações da Capes/IBICT

Em segundo lugar, entre os programas de pós-graduação com a temática cordeliana, está a área de Linguagem e Ensino, o que deixa claro que em sua maioria, as pesquisas estão voltadas para a temática no seus viés mais linguístico, criativo e de incentivo a leitura em ambientes formais e informais de ensino, muito embora a área de letras possa apresentar temas voltados para um estudo historiográfico.

Para que o leitor possa ter uma amostra do que se discutiu nos trabalhos que aparecem na Tabela 1, selecionamos alguns títulos que apresentavam um olhar historiográfico sobre o cordel, em diferentes áreas do conhecimento, totalizando 14, entre teses e dissertações. As temáticas selecionadas passeiam pelo século XIX até os dias atuais, fazendo relação com a história, política, cultura e sociedade (Quadro 1).

Quadro 1 – Título das teses e dissertações sobre cordel no IBICT (2018-2023)

Temas	Ano da publicação	Área
A poética popular nordestina no período da 1ª república (1889-1918): os cordéis de Leandro Gomes de Barros	2018	Ciências Sociais
Antonio Silvino e a resistência camponesa: Passagem de um anti-herói no cariri Paraibano (1898-1914)	2018	Letras
Representações do cangaço: entre prosa romanesca e folheto popular (1976-1918)	2018	Estudos da Literatura
Folhetarias, poetas resistentes e cordel biográfico	2019	História
O ritual dos sádicos: cinema popular, experiente e subversivo nos anos de chumbo	2019	Estudos Literários
Os versos da globalização: migração, resistência e cultura política na literatura de folhetos	2019	História
Política, história e sociedade no varal: a literatura de cordel de Rodolfo Cavalcante	2019	Educação, Arte e História da Cultura
Emboladas tipográficas em Campina Grande (PB): permanências e rupturas na edição dos folhetos do poeta Toinho Mulatinho (1925-2016)	2020	Letras
Manoel Monteiro: a trajetória e a inserção da literatura de folhetos (2000-2012)	2021	História
Redefinindo histórias na literatura de cordel: a trajetória da editora luzeiro (1920-1995)	2021	História Social
O cordel no mercado editorial brasileiro das adaptações literárias (2000-2020)	2022	Letras
Entre periódicos e o cordel: a primeira república a partir das representações do cangaceiro Antonio Silvino – Recife-PE (1900-1918)	2022	História
Erguer a voz: as representações das mulheres negras na literatura de cordel de Jarid Arraes	2022	História
A relação entre história, jornalismo e ficção em cordéis do poeta Zé Soares	2023	Letras

Fonte: A Autora

Dados: Banco de Teses e Dissertações da Capes/IBICT

O quadro acima, demonstra que as pesquisas transitam entre temas voltados para contextos sociais e políticos que ocorriam entre os séculos XIX e XX, como por exemplo o cangaço e a ditadura militar, e como esses assuntos se apresentavam dentro dos cordéis analisados nos estudos apontados no quadro 1. Além disso, cordelistas também aparecem como figuras de destaque nas teses e dissertações, bem como os cordéis e o seu processo de editoração, ou seja, deixam de estar apenas nas mãos dos autores/poetas e passam a fazer parte de um plano editorial e mercadológico. Apenas um traz como debate a figura feminina na temática cordelista.

Quanto ao Piauí, os trabalhos com a temática cordel se apresentam escassos dentro do recorte proposto, sendo possível afirmar, a partir de pesquisa realizada nos repositórios de produção acadêmica dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFPI e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), que localizamos apenas 5 trabalhos, todos de Cursos de Mestrado, em diferentes áreas do conhecimento, sendo 2 da UFPI e 3 da UESPI (Quadro 2).

Quadro 2 – Teses e dissertações sobre cordel nos repositórios da UFPI e da UESPI (2018-2023)

TEMA	ANO	PROGRAMA	INSTITUIÇÃO
O uso da literatura de cordel como recurso para o ensino e aprendizagem das Leis de Newton	2024	Mestrado em Ensino de Física	UFPI
O que será que será? O cordel e as mulheres cordelistas da cordelaria Chapada do Corisco (Cochacor)	2022	Mestrado em Sociologia	UFPI
Cinema e literatura de cordel: processo intersemiótico entre o filme <i>Psicose</i> , de Alfred Hitchcock, e o folheto <i>A história da mulher que roubou pra se casar</i> , de Janduhi Dantas	2022	Mestrado Acadêmico em Letras	UESPI
Cordel aplicado à micologia no Ensino Médio	2022	Mestrado Profissional em Ensino de Biologia	UESPI
Leitura e construção de sentido através das expressões nordestinas na literatura de cordel	2019	Mestrado Profissional em Letras	UESPI

Fonte: A autora

Dados: Repositórios de teses e dissertações da UFPI e da UESPI

Dos 5 trabalhos que aparecem no quadro 2, 3 abordam temas voltados para o cordel como um instrumento no processo de ensino e aprendizagem, em áreas diversas como física, letras e biologia. Já as duas outras dissertações têm como foco a presença feminina no cordel piauiense e no cinema. Dessa forma, os dados demonstram que a temática ainda é pouco discutida dentro dos programas de pós-graduação no Piauí, levando em consideração o recorte temporal por nós proposto.

Nesse sentido, a baixa produção sobre cordel no Piauí, possibilita que esta tese possa representar uma relevância historiográfica como fonte de pesquisa para futuras produções em diversas áreas do conhecimento.

O ponto de partida desta pesquisa foi o seguinte questionamento: Como o cordel se apresentou na imprensa, universidade e escola, no Piauí, durante o período de 1970-1994? Para respondê-lo, elegemos o seguinte objetivo geral: investigar como o cordel se apresentou na imprensa, universidade e escola, no Piauí, de 1970 a 1994. Os objetivos específicos foram: a) descrever o processo de circulação do cordel entre o folclore e a cultura popular; b) apresentar as discussões sobre cordel no meio universitário e intelectual literário piauiense; c) e discutir o lugar ocupado pelo cordel nas escolas piauienses, a partir dos enunciados da imprensa e de relatos de memória.

Para atingir tais objetivos, nos baseamos principalmente na pesquisa documental, a partir de jornais e revistas que circulavam no Piauí, muito embora também tenhamos feito o uso de fontes hemerográficas de outros estados do Nordeste. Dessa forma, “é possível apontar aspectos da história da educação por meio de jornais e discursos e, dessa maneira, preencher lacunas produzidas pela história oficial, além de trazer à cena agentes sociais antes desconhecidos” (Sousa, 2020, p. 18)

Lançamos mão de fontes orais, como poetas, vendedores e leitores de cordéis, pois, “[...] por partir de um assunto específico e preestabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido” (Meihs, 1998, p. 51).

Centramos nossa pesquisa na dimensão da Nova História Cultural, pois, “[...] se a história cultural volta-se para processos sociais de produção e alteração de significados pelos diversos sujeitos históricos, é imprescindível compreender as dinâmicas de circulação, comunicação e apropriação dos bens culturais” (Gomes; Hansen, 2016, p. 13).

Nesse contexto, nossa pesquisa trata-se de uma história intelectual, não de só de intelectuais clássicos, que estão em posições políticas, filosóficas ou científicas, como também de indivíduos que viveram a margem desse campo (Vieira, 2015).

Em 2022, participamos do *Festival de Violeiros do Norte e Nordeste*, que voltava a ser presencial após o período de distanciamento social imposto pela pandemia de COVID 19. Na ocasião, observamos jovens, adultos e idosos chegando ao Teatro de Arena na Praça da Bandeira, no centro da cidade de Teresina. A ocasião era propícia para encontrarmos um dos nossos participantes da pesquisa, o presidente da Cordelaria Chapada do Corisco, Joaquim

Mendes Sobrinho, conhecido como Joames, que contribuiu de forma significativa para a realização desta pesquisa, colocando, à nossa disposição, livros, cordéis e outros materiais de estudo.

Recorremos a entrevistas feitas no ano de 2015, quando fazíamos o Curso de Mestrado. A utilização dessas interlocuções se deve ao fato de que muitas questões ainda não tinham sido exploradas e, agora, são necessárias para que percebamos as ideias e os discursos elaborados pelos participantes diretos do *Projeto Cordel nas Escolas*, em sua primeira fase, na década de 1990.

Além das fontes orais, utilizamos jornais e revistas que circulavam, no Piauí, no período em estudo, encontradas nos seguintes acervos: Arquivo Público Casa Anísio Britto, Memória do Jornalismo Piauiense, Acervo do Conselho Estadual de Cultura do Piauí e Academia Piauiense de Letras (APL). Todavia, como bem lembra Luca (2008), o pesquisador, ao trabalhar com essas fontes (jornais e revistas), precisa atentar a outros elementos que implicam o significado do que foi publicado. Assim, é preciso considerar, por exemplo, o destaque conferido ao acontecimento e a localização da notícia no impresso, o grupo responsável pela publicação, seus principais colaboradores e a que público aquela notícia se destinava. Nesse sentido, apresentamos, na Tabela 2, nossas fontes impressas e advindas do meio digital de jornais e revistas que circulavam no Piauí no período de 1970 a 1995.

Tabela 2 – Fontes piauienses pesquisadas

FONTES	ANO DE CRIAÇÃO	NÚMERO DE NOTÍCIAS SOBRE CORDEL
Jornal O Dia	1923 – hiato – 1951	17
O Estado	1969	1
A Hora Fatal	1972 (alternativo)	2
Jornal Inovação (Parnaíba)	1977 (alternativo)	2
Diário do Povo	1987	1
Revista Presença	1974	12
Revista De Repente	Dez de 1994	19
Revista da APL	1918	12

Fonte: A Autora

Dados: Arquivo Público Casa Anísio Britto, Memória do Jornalismo Piauiense e Conselho Estadual de Cultura do Piauí

Podemos observar, na Tabela 2, que, das 7 fontes pesquisadas, 3 (42,85%) foram fundadas na década de 1970. Dos 5 jornais, 2 fazem parte de jornais não oficiais da época: *A Hora Fatal*, criado em 1972, e o *Jornal Inovação*, criado em 1977, em Parnaíba, cidade do litoral do Piauí. Dos impressos que constam na tabela 2, o jornal O Dia e O Estado, atualmente com o nome Jornal Meio Norte e a revista da APL, continuam em circulação na capital do Piauí.

É importante ressaltar que o periódico *A Hora Fatal* nasceu em um período de grandes conflitos e regime ditatorial em nosso país, “os anos de chumbo”, em que a juventude participa de forma ativa, a partir de jornais, programas de rádio, nas ruas e universidades, colocando-se contra o regime. Assim, *A Hora Fatal* é um suplemento dominical do *Jornal A Hora* e trazia, em sua primeira edição, indícios de que não seria convencional e que teria colaboração da juventude teresinense:

Este jornal (este é mesmo um jornal?) está pintando aqui encartado na HORA nasceu de uma necessidade fisiobestialógica da gente. A HORA FATAL é a nossa amplificadora nossa boca pro mundo. É também o nosso ponto de vista de vida e de morte. O título do jornal foi imaginado por Edmar Oliveira, assim como toda a programação gráfica. O logotipo e as ilustrações são de Arnaldo. Este jornal é trabalhado por Torquato, Galvão, Edmar, Noronha, Arnaldo, Durvalino, pê José, Xico Pereira e Haroldo, será publicada qualquer colaboração sempre que pedida e aceita, no mais é pau... é pedra... é isso aí... número um. Teresina/junho (Manifesta-ação, 1972, p. 1).

O primeiro ponto que nos chama atenção é a linguagem utilizada para apresentação da sua primeira edição, com a utilização de gírias que rompem com a estética de um jornal “oficial”. Os nomes citados são de jovens da classe média teresinense, entre eles, Torquato Neto, poeta, jornalista e um dos membros do Movimento Tropicália.

O *Jornal Inovação* era um periódico mimeografado que se apresentava como um órgão de imprensa do Movimento Social e Cultural Inovação e tinha como público-alvo a juventude parnaibana. O periódico mantinha contato com outros jornais alternativos com correspondentes em Teresina, São Luís, Fortaleza e Brasília.

Segundo Fontineles e Mendes (2022, p. 204),

[...] este jornal foi idealizado e produzido por dois jovens parnaibanos: Francisco José Ribeiro e Reginaldo Ferreira da Costa. Ambos tinham, a princípio, a ideia de formar uma Ala Jovem do MDB, mas, por não conseguirem, acabaram direcionando suas energias para a criação de um produto midiático: um jornal imprenso.

Ainda segundo os autores, Francisco Ribeiro foi funcionário da Prefeitura de Parnaíba e ocupava um cargo de chefia da sessão Cadastro Rural, e Reginaldo Ferreira foi jornalista, cronista e professor da rede estadual de ensino.

O Dia é o segundo impresso que aparece com o maior número de publicações sobre cordel, totalizando 17, sendo 11 delas em agosto, mês em que se comemora o folclore, o

aniversário de Teresina e o *Festival de Violeiros do Norte e Nordeste*. Tinha como diretor-presidente o Coronel e empresário Octavio Miranda, foi criado em 1951 e circula até os dias atuais.

A *Revista Presença*² é o segundo impresso com maior número de publicações sobre cordel, apresentando 12 matérias sobre a temática. É dirigida pelo Conselho Estadual de Cultura do Piauí e sua primeira edição foi lançada em maio de 1974. Logo nas suas primeiras páginas, deparamo-nos com uma mensagem do Governador do Piauí, à época, Alberto Tavares Silva, intitulada *Endosso em preto*, e registrando que o objetivo da revista é a preservação da cultura piauiense:

‘Presença’ é, antes de tudo, iniciativa que visa a preservar o patrimônio cultural do Piauí, a animar seu desenvolvimento e a divulgá-lo em caráter permanente.

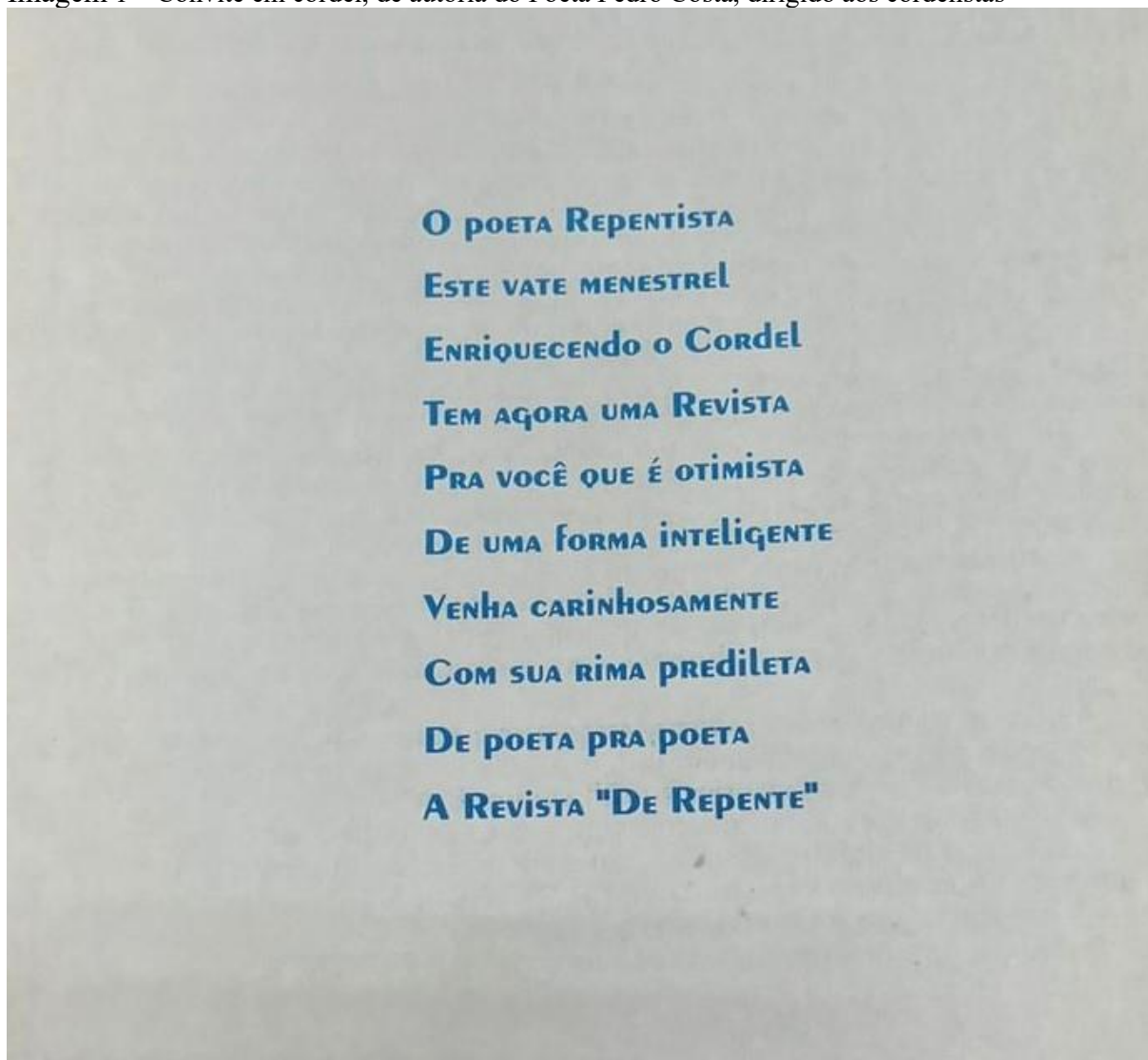
Manifesto aqui, não só o meu endosso a esta realização do Secretário de Cultura, mas também, o meu aplauso — *et pour cause*: O Piauí precisa desse veículo de divulgação cultural (Silva, A. T., 1974, p. 3).

Mesmo diante de uma revista que tinha como finalidade divulgar a cultura piauiense, não se pode esquecer o cenário político e social vivenciados no contexto de sua criação, o auge de um regime militar em que a censura era um dos pontos altos utilizados pelo Poder Público para evitar disseminação de ideias contrárias ao regime.

A revista *De Repente*, de acordo com o cordelista e seu idealizador Pedro Costa, foi criada em 1994, visando a divulgação e a valorização do cordel no estado do Piauí. Sua tiragem era trimestral e circulava em livrarias, bancas de jornais e por meio de seus colaboradores e assinantes. Costa (1995, p. 1, grifos do autor), na capa do n. 3, aponta os locais que o periódico pode ser encontrado: “Esta revista circula trimestralmente e se encontra em bibliotecas públicas, casas de cultura, bancas, churrascarias, escritórios e gabinetes de amigos dos amigos, você ao comprar ‘**DE REPENTE**’, está contribuindo para a continuação deste importante projeto.” A Imagem 1 traz um convite em versos destinado aos poetas para divulgar seus trabalhos.

² A revista pode ser encontrada em <http://www.cec.pi.gov.br/revistas.php>.

Imagem 1 – Convite em cordel, de autoria do Poeta Pedro Costa, dirigido aos cordelistas



Fonte: Costa (1995, p. 1)

Além disso, uma das propostas dos idealizadores era fazer o impresso chegar à escola e ocupar um lugar no seu acervo didático, como forma de conquistar novos leitores ou, até mesmo, uma nova geração de poetas.

O Estado era um jornal diário e, segundo Fontineles e Mota (2022), foi dirigido por Helder Feitosa Cavalcanti e era uma extensão do Jornal *Estado-CE*, fundado em 1936. Nesse periódico, encontramos apenas uma publicação sobre o cordel, em junho de 1977, sobre o *Encontro de Folgedos do Piauí*.

O Diário do Povo, fundado em 1987, difere dos demais, pois foi o único criado no período de redemocratização brasileira, ou seja, no período pós-Ditadura Militar. Foi idealizado pelos empresários Aerton Cândido Fernandes e Clementino Costa e vendido ao Grupo R. Damázio, em 1988. Nesse veículo impresso de comunicação, temos apenas uma

publicação sobre cordel, datada de 8 de outubro de 1987, com o título *Gilvan Santos: um poeta nordestinado* (Gilvan [...], 1987).

A revista da APL foi lançada um ano após a fundação da instituição, em 1918. Devido ao recorte temporal da pesquisa, recorreremos às revistas que circularam entre os anos de 1970 e 1990. Desde o período do seu lançamento, a revista teve algumas pausas, porém, com a presidência de A. Tito Filho, o periódico passou a circular de forma regular a partir de 1972. O número que nos interessa auxiliou na divulgação de publicações e reedições de livros com temáticas e autores cordelianos.

A partir dessas fontes, organizamos o presente trabalho em três capítulos, além desta *Introdução* e da *Conclusão*. O Capítulo 2 — *Entre o folclore e a cultura popular* — traz registros da presença dessa literatura ora como folclore, ora como cultura popular, promovendo, assim, um debate ideológico entre duas noções, conservadora e revolucionária, além dos discursos sobre a iminente “morte” do Cordel, a partir de cordelistas e pesquisadores da temática. No Capítulo 3 — *Cordel: o debate no meio acadêmico universitário e literato piauiense* —, acompanhamos a discussão do cordel dentro da universidade por meio de professores e acadêmicos, bem como por caminhos percorridos pelo cordel até se inserir na APL. Já no Capítulo 4 — *Cordel na escola: proposta de formação da identidade piauiense* —, abordamos o cordel como estratégia de formação e sua inserção na escola, a partir do *Projeto Cordel nas Escolas*.

2 ENTRE O FOLCLORE E A CULTURA POPULAR

Este capítulo é resultado da investigação e análise de jornais e revistas que circulavam nos anos de 1970 e 1980 e apresentavam publicações sobre a literatura cordelista. Está dividido em duas partes: *o debate sobre o cordel pela imprensa* e *os clamores dos cordelistas em meio à crise*.

O subitem *O debate sobre o sentido do cordel na imprensa* (2.1) traz registros da presença dessa literatura ora como folclore, ora como cultura popular, promovendo, assim, um debate ideológico entre duas noções: conservadora e revolucionária. Para essa discussão, abordamos o Decreto n. 43.178/1958, que estabelecia a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, a ideia de “povo” e de “Nordeste”, bem como vozes de protesto dos cordelistas e a tentativa de inserção do cordel na Academia Brasileira de Letras (ABL).

Em *Clamores dos cordelistas em meio à crise* (2.2), apresentamos os discursos sobre a iminente “morte” do cordel, a partir de cordelistas e pesquisadores. Embora nosso interesse seja compreender esse processo no Piauí, apontamos algumas notícias veiculadas em outros estados do Nordeste, como Pernambuco e Rio Grande do Norte.

2.1 O DEBATE SOBRE O SENTIDO DO CORDEL NA IMPRENSA

Um grupo de folcloristas, entre o final do século XIX e o início do século XX, passou, a partir de suas pesquisas e práticas, a divulgar o que seria ou não folclórico. Eram eles, segundo Albuquerque Júnior (2013a), Silvio Romero, Câmara Cascudo, Leonardo Mota e Fontes Ibiapina. Além disso, “[...] os jornais antes mesmo que os livros, serão os veículos através dos quais os primeiros ensaios eruditos sobre manifestações culturais ditas populares ficarão conhecidos e serão divulgados, tendo contribuído para a afirmação deste campo de estudo entre nós” (Albuquerque Júnior, 2013a, p. 140-141).

A necessidade de estudar o folclore como um componente “científico” partiu, ainda no século XIX, de filosofias positivistas e evolucionistas (Fernandes, 1989) e tomou um viés mais institucionalizado quando se organizou o *I Congresso do Folclore*, em 1951³, sendo estabelecido, na ocasião, o que deveria ser ou não considerado folclore (Anexo). Em 1958, o Decreto n. 43.178, de 5 de fevereiro (Brasil, 1958) instituiu a Campanha de Defesa do Folclore

³ Para o documento completo, cf. COMISSÃO NACIONAL DO FOLCLORE (1951).

Brasileiro (CDFB) em vários estados, assim como determinava, no seu art. 2º: “Caberá à Campanha promover, em âmbito nacional, o estudo, a pesquisa a divulgação e a defesa do folclore brasileiro”. E acrescentava, no artigo seguinte:

Art. 3º A Campanha terá por finalidades precípuas:

- a) promover e incentivar o estudo e as pesquisas folclóricas;
- b) levantar documentação, relativa às diversas manifestações folclóricas;
- c) editar documentos e obras folclóricas;
- d) cooperar na realização de congressos, exposições, cursos e festivais e outras atividades relacionadas com o folclore;
- e) cooperar com instituições públicas e privadas congêneres;
- f) esclarecer a opinião pública quanto à significação do folclore;
- g) manter intercâmbio com entidades afins;
- h) propor medidas que assegurem proteção aos folguedos e artes populares e respectivo artesanato;
- i) proteger e estimular os grupos folclóricos organizados;
- j) formar o pessoal para a pesquisa folclórica.

Assim, essa institucionalização do folclore fez com que estudiosos se interessassem pelo assunto e fossem chamados a participar de ações que o divulgassem, a partir da promoção de grupos folclóricos, fossem de dança, pesquisa ou artesanato, e, além disso, fazer o levantamento de acervos, criar museus e instituir, para a população, o conceito de folclore.

Para compreender melhor esse processo, tomamos como base o posicionamento de Albuquerque Júnior (2013a), quando este discute o embate ideológico que surgiu a partir das posições políticas conservadoras e revolucionárias a respeito das noções de folclore e cultura popular. São justamente essas posições políticas que levam os estudos do folclore a se tornar uma das principais temáticas institucionalizadas pelo Estado pós-Regime Militar. A própria criação do Museu do Folclore ocorreu em 1968, ano em que foi editado o Ato Institucional n. 5 (AI-5), isto é, o mais repressor dos Atos Institucionais da época. Dez anos depois, criou-se o Instituto Nacional do Folclore, onde os conceitos de folclore e de cultura popular aparecem como sinônimos. Assim, o movimento folclórico foi articulado ao aparelho do estado, enquanto a cultura popular abrigava-se no espaço da universidade, na década de 1980.

O folclore era um movimento de interesse político, isto é, sua discussão, institucionalização e circulação em diversas camadas sociais não se deram ao acaso. E, para não perder o “olhar científico”, no período do Regime Militar, folclore e cultura popular passam a ser considerados unívocos. Ademais, é importante evidenciar que os estudos sobre cultura popular no seio dos Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes

(UNE) se iniciaram antes do Golpe Militar de 1964, mas foi na década de 1980 que ganharam mais abertura, devido ao período de redemocratização brasileira.

Afinal, o cordel é cultura popular ou folclore? Segundo Albuquerque Júnior (2013a, p. 27-28), o folheto não se enquadra em nenhuma das categorias, pois esse autor considera essa discussão construída historicamente:

Não há nenhuma necessidade ou nenhuma obviedade no fato de que a literatura de cordel venha a ser um texto folclórico ou uma manifestação de cultura popular ou regional. Esta articulação entre um significante, o folheto de cordel, e um significado, o de ser uma literatura tipicamente nordestina, foi construída historicamente, em um dado momento, processo que fez com que hoje o cordel seja um signo da nordestinidade e que, ao vê-lo, imediatamente o associemos a outro conceito: o de Nordeste.

Não há uma certeza de que o cordel é puramente nordestino, isto é, sua origem ainda não é consenso entre os estudiosos. Porém, durante o processo de institucionalização do folclore, o cordel foi enquadrado dentro desse movimento em que se editavam documentos e obras folclóricas, como determinava o Decreto n. 43.178/1958, que estabelecia a CDFB.

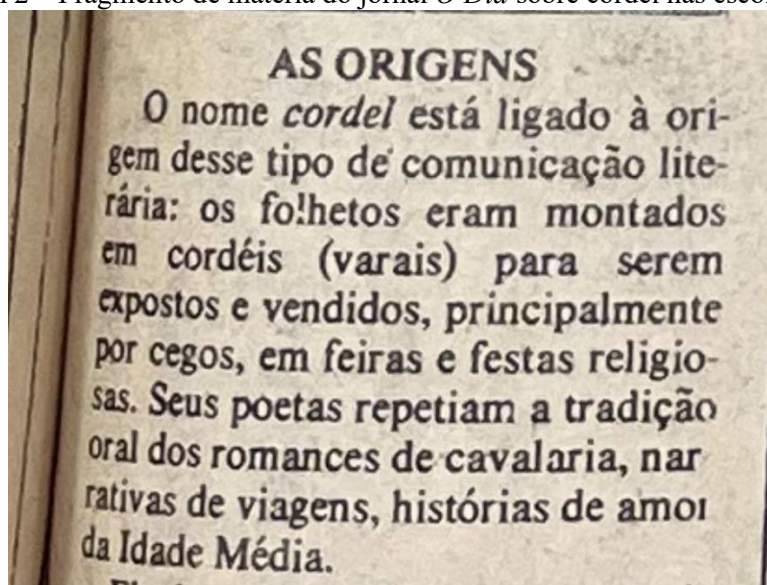
Como podemos observar do que já foi discutido até aqui, a questão da cultura popular e do folclore parece inesgotável, mas tais definições não se configuram numa tarefa fácil, pois dependem da escolha de um ponto de vista. Desse modo, discorreremos sobre o ponto de vista trazido nos jornais sobre o que vem a ser cordel, a partir das discussões sobre folclore e cultura popular.

A matéria do Jornal *O Dia* sobre cordel nas escolas (1973) traz aos seus leitores a apresentação do cordel, desde as origens, e o descreve assim: “A literatura de cordel existe há muito tempo, mas é pouco conhecida, a não ser entre os pesquisadores. Alguns estão fazendo, por conta própria, e com excelentes resultados, pesquisas sobre seu significado e a sua importância” (Cordel vai [...], 1973, p. 7). Como afirma Galvão (2005, p. 110), a década de 1970 traz consigo uma mudança no público que tinha interesse pelo cordel e, entre eles, os intelectuais:

Os estudos sobre literatura de cordel no Brasil tiveram seu apogeu nos anos de 1970, embora nas décadas anteriores sejam encontradas, esparsamente, publicações a respeito do assunto, como os estudos, que já se tornaram clássicos, de Renato Carneiro Campos, *Ideologia dos poetas populares* (1959) e aqueles realizados por folcloristas, que desde o século XIX — como Sílvio Romero — pesquisavam sobre as manifestações populares brasileiras.

Essa autora aponta outros trabalhos, como os estudos de Mário de Andrade e de Luís da Câmara Cascudo, que discorrem sobre o folclore como um elemento que contribui para o desenvolvimento da formação de uma cultura regional. Outros estudiosos, como Abreu (1999), afirmam que a própria palavra “cordel” passa a ser utilizada por estudiosos do assunto e é popularmente empregada. Além disso, o cordel também é reconhecido, a partir de suas características físicas e denominado de diversas formas, como livro de feira, romance e folheto, entre outras designações. A matéria também traz características do folheto de cordel e como ele tem influenciado autores brasileiros, como José Lins do Rêgo e Raquel de Queiroz, nos seus escritos. De acordo com o jornal analisado, o nome cordel está ligado à sua origem e à forma como era exposto para venda, conforme podemos observar na Imagem 2.

Imagem 2 – Fragmento de matéria do jornal *O Dia* sobre cordel nas escolas (1973)



Fonte: Cordel vai [...] (1973, p. 7)

Anos depois da publicação sobre as origens do cordel, o Jornal *Inovação*, em 1981, reafirma o conceito já divulgado anteriormente:

A literatura de cordel representa uma cultura popular nordestina trazida ao Brasil pelos colonizadores portugueses já no século XVII. O próprio nome cordel é da mesma origem e os folhetos tomaram este nome pelo fato de serem expostos para venda presos em barbantes ou cordel (Genuine, 1981, p. 5).

Porém, faz-se necessário mencionar que o cordel pode apresentar outras formas de exposição para além do barbante. No que se refere à origem portuguesa, autores como Almeida (1976) e Batista (1977) discordam da origem europeia e argumentam que as raízes dessa

literatura estão no Nordeste brasileiro, uma vez que as figuras que aparecem nos folhetos são genuinamente bois, cangaceiros, padre Ciço, bichos e lendas populares.

Mesmo diante das discussões sobre origem do cordel, seu nome e sua própria história, concordamos com o posicionamento de Foucault (2008), quando afirma que a história não é linear, mas feita a partir de descontinuidades:

A história ‘efetiva’ se distingue daquelas dos historiadores pelo fato de que ela não se apoia em nenhuma constância: nada no homem –nem mesmo seu corpo –é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. Tudo em que o homem se apoia para se voltar em direção à história e apreendê-la em sua totalidade, tudo o que permite retraçá-la como um paciente movimento contínuo: trata-se de destruir sistematicamente tudo isto. É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa ‘reencontrar-nos’. A história será ‘efetiva’ na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. (FOUCAULT, 2008, p. 27)

Diante da repetição das discussões sobre as origens do nome “cordel”, em um intervalo de oito anos em periódicos diferentes, e também em relação às diversas definições formuladas por folcloristas e estudiosos da cultura popular, é importante destacar que não existe um consenso entre os estudiosos da área nem sobre o seu desenvolvimento no Nordeste, como afirma Galvão (2006, p. 28):

Sabe-se que a questão das origens é sempre problemática no âmbito da historiografia contemporânea, revelando-se quase sempre, um falso problema e um esforço inócuo em busca de sua resolução, na medida em que a história tem sido considerada como feita de descontinuidades e rupturas e não somente de permanências que se deslocariam em uma trajetória linear e progressiva em direção (retrospectiva) a um suposto ponto de onde tudo teria se originado.

Na *Revista Presença*, Sousa (1983, p. 38) ressalta: “[...] pode-se afirmar que o nome CORDEL criado pelo estudioso francês Paul Sebillot, em 1881, já evidenciava uma estereotipação radical da linguagem entre a fala e a linguística oficial”. Diante dessa afirmação, o autor observa que a linguagem utilizada nos folhetos difere de uma linguagem oficial, aquela exposta nas literaturas “eruditas”. Nesse ponto, queremos chamar a atenção do leitor, ao dizer que a linguagem expressa nos cordéis não deve ser caracterizada como única, uma vez que o Nordeste é uma região que possui diferentes sotaques, os quais mudam de uma localidade para outra. Ora, o piauiense não pronuncia as palavras da mesma forma do pernambucano. Assim, faz-se necessário compreender que mesmo uma linguagem regionalista possui suas variações, como afirma Albuquerque Júnior (2013a, p. 135): “Esse “falar nordestino” se constitui, na

elaboração paulatina de uma língua imaginária, um sotaque imaginário que abarcaria o todo regional, desconhecendo as variações de pronúncia e usos linguísticos no Nordeste”.

A edição do dia 20 de agosto de 1982 do Jornal piauiense *O Dia* veiculou a notícia de que um dicionário editado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) foi condenado por poetas e repentistas na Cinelândia. O julgamento se deu a partir do verbete que define o cordel como “de pouco ou nenhum valor literário” (Dicionário [...], 1982, p. 3). Antes de atentarmos para o julgamento em si, vamos nos reportar ao local em que ele aconteceu: a Cinelândia, na cidade do Rio de Janeiro. Esse cenário foi e continua sendo palco de importantes manifestações políticas e culturais e, devido à sua localização que abriga o Museu Nacional de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Centro Cultural Justiça Federal, o Theatro Municipal e os cinemas, essas manifestações ganham visibilidade e força, ainda mais em um período de transição para um novo quadro político no Brasil, a década de 1980, ou seja, a escolha dos trovadores para esse ato cultural e político não se deu ao acaso.

O mesmo jornal traz, em sua nota, o julgamento do dicionário editado pelo MEC e tem como “sentença” a ida de uma comissão ao MEC, para levar à Ministra da Educação da época, Esther de Figueiredo Ferraz, o pedido da retirada de circulação do dicionário. Destacamos que a Ministra era também professora secundária de Português e, como é de conhecimento de pesquisadores, acadêmicos e dos próprios cordelistas, a linguagem utilizada nos cordéis é uma linguagem mais informal e obedece a regras próprias no que se refere a rima, métrica e narrativa, o que, conseqüentemente, difere daquelas que aparecem nos romances da literatura “oficial”. Apesar disso, o Jornal não veiculou mais notícias sobre a retirada do dicionário. A matéria também não deixa claro se existia algum piauiense no grupo de manifestantes.

Em 23 de agosto do mesmo ano, o tema retornou, trazendo vozes de protesto por parte dos cordelistas e repentistas que residiam no Piauí contra a violência praticada por intelectuais contra a literatura de cordel (Imagem 3).

Imagem 3 – Matéria sobre reação de repentistas a dicionário editado pelo MEC (1982)



Fonte: Repentistas [...] (1982, p. 7)

Os cordelistas Gabriel Sousa e Juvenal Evangelista discorrem sobre o dicionário, emitindo opiniões contrárias à definição nele contida. O primeiro considera a poesia como uma expressão de sentimentos e, o segundo, como jornal e instrumento educativo, no qual ele mesmo aprendeu a ler, e acrescenta que a literatura de cordel é a matéria-prima dos grandes artistas. Diante dessa disputa sobre o verbete veiculado no dicionário, parece haver uma neutralização do cordel, negando o contexto em que era produzido e o seu valor diante do seu grupo de leitores.

Diferentemente do que fora publicado nos periódicos da década de 1970, onde literatura popular e literatura erudita pareciam se complementar, aqui parece sobressair uma

disputa entre qual tipo de literatura possui maior influência dentro da sociedade. A publicação desse verbete em um dicionário traz uma mudança na representação do cordel dentro da escola, desfazendo um espaço aparentemente conquistado na década anterior. As décadas de 1970 e 1980 foram marcadas por lutas que tinham por finalidade proteger o folheto e poetas cordelistas. Foi nesse processo que os cordelistas passaram a se organizar em sindicatos e a realizar exposições e festivais. A esse respeito, Brandão e Derigond (2020, p. 98) afirmam:

Podemos dizer que desde o início da década de 1980, se estende pelos últimos trinta anos, constitui um novo balizamento marcado por mudanças no sistema editorial e literário do cordel brasileiro. A partir do momento que seus poetas consideram sua poesia como um patrimônio e não a descreve mais como uma simples tradição poética, eles estabelecem parcerias com órgãos culturais, quer sejam públicos ou privados, no sentido de organizar exposições, oficinas, palestras, publicações de folheto, sejam individuais ou coletivas.

Quando o cordel era considerado uma manifestação folclórica, ele era compreendido apenas como um elemento de uma tradição coletiva e na construção de uma identidade regional. É importante destacar ainda que muitos folcloristas foram responsáveis por retirar muitos folhetos do anonimato. Na década de 1980, como mencionado pelos autores, ocorre essa mudança de perspectiva em relação ao papel do cordel e do cordelista dentro do mercado editorial e da própria literatura.

Com o intuito de se fazer respeitados e valorizados, no ano seguinte, alguns poetas se candidataram à eleição para a ABL, ou seja, a imortalidade conferida aos seus membros poderia representar uma alternativa ao reconhecimento da poesia de bancada pela crítica literária:

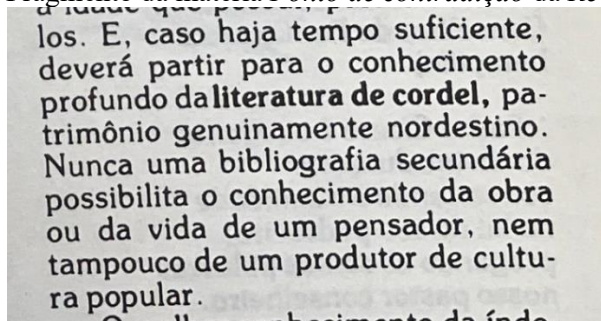
Em junho de 1983, o poeta Raimundo Santa Helena⁴ (1926-2018) compareceu à sede da Academia Brasileira de Letras (ABL). Na ocasião entregou um requerimento em que solicitava sua inscrição para concorrer à eleição para a cadeira que se encontrava vaga com a morte da romancista Dinah Silveira de Queiroz. Em 1983 Raimundo Santa Helena completou 38 anos de atividade literária como cordelista, tendo escrito centenas de poemas, com uma tiragem de aproximadamente 520 mil exemplares, alguns dos quais traduzidos para 12 países. Para obter o número de votos necessários para a escolha como imortal da ABL, Raimundo Santa Helena procurou o apoio dos membros da instituição. Escreveu um poema com elogios à entidade, imprimiu o cordel e distribuiu pessoalmente entre os acadêmicos (Melo, R., 2019, p. 255).

⁴ Nascido na Paraíba, residiu maior parte da sua vida no Ceará, teve importantes contribuições no universo cordelista, uma delas foi a fundação da Biblioteca de Cordel do Brasil -CORDELBRAS, uma instituição que teve como finalidade proteger os direitos dos poetas e a circulação do cordel (Iphan, 2018).

Ainda de acordo com R. Melo (2019), citando o jornal *Última Hora*, o poeta Raimundo Santa Helena perdeu a eleição para o diplomata Sergio Correia Costa, embaixador do Brasil nos Estados Unidos, à época, o que demonstra o olhar ainda estigmatizado da ABL em relação à poesia em verso, colocando-a como “menor” ou “sem nenhum valor”, como é denunciado no jornal *O Dia* de 1982. Esse fato evidencia que, mesmo com algumas conquistas cordelistas, entre os membros da ABL, o cordel não se configurava uma literatura de fato, ou não obedecia aos critérios daquela instituição, ou seja, não tinha o reconhecido mérito e valor literário de uma literatura considerada oficial.

Antes da candidatura de um cordelista à ABL, havia sido fundada, em 1982, em Fortaleza-CE, a Academia Brasileira do Cordel (ABC). Apesar da breve existência, podemos dizer que foi uma instituição precursora desse tipo de organização (Brandão; Derigond, 2020). Em 1984, na *Revista Presença*, o professor e poeta cordelista Pe. Matuzalém Sousa, escreve uma matéria, na coluna *Cultura Popular*, sobre Padre Cícero, um dos personagens que aparecem com frequência nos folhetos, e se posiciona sobre cordel, reconhecendo-o como “patrimônio genuinamente nordestino” (Imagem 4).

Imagem 4 – Fragmento da matéria *Ponto de contradição* da *Revista Presença*



Fonte: Sousa (1984, p. 31)

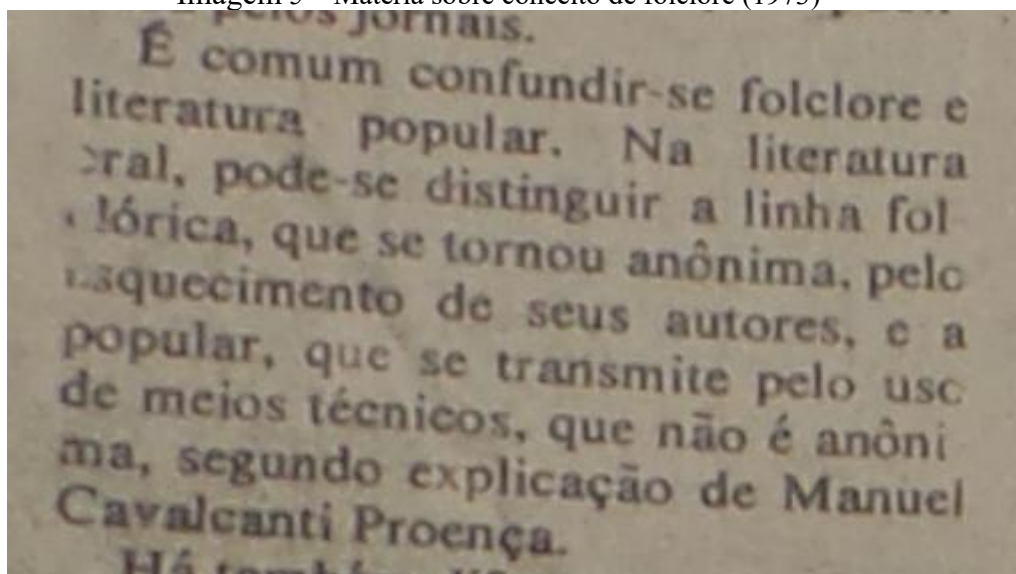
Essa adjetivação de “nordestina” e “popular” parece sobressair dentro da perspectiva dos poetas e estudiosos do assunto. Assim como o professor Pe. Matuzalém Sousa, o poeta e estudante universitário Gilvan Santos, em uma entrevista ao jornal *Diário do Povo*, considera o cordel “[...] como a arte que está mais ao alcance do povo. Aquela que é mais popular e nordestina” (Gilvan [...], 1987, p. 5). É comum, nas pesquisas e publicações desse período, o cordel como uma manifestação da identidade do povo nordestino, ou seja, é possível afirmar que seja uma herança dos primeiros folcloristas e estudiosos da cultura popular, além da construção de bibliografias e realidades instituídas sobre o objeto. Galvão (2005, p. 111)

realizou uma pesquisa no âmbito da cultura popular, especificamente sobre cordel⁵, e afirma ser recorrente a ideia de “povo”, “popular” e “Nordeste”:

De modo geral, os pesquisadores afirmam que os poetas, os editores e os leitores dos folhetos pertencem às camadas populares da população. Afirmam, ainda, que a literatura de cordel reflete a ‘visão’ de mundo e os valores desse segmento social. Finalmente, os estudos associam esse tipo de literatura a uma região específica, no caso brasileiro, o Nordeste.

Nesse sentido, é importante lembrar que o Nordeste não é homogêneo, havendo dentro de cada estado da região uma multiplicidade cultural. Então, não podemos assegurar a existência de uma única identidade nordestina, uma vez que o litoral nordestino não é igual ao sertão, que, por sua vez, não é igual ao agreste. Ao se fazer esse tipo de afirmação sobre “popular” e “visões de mundo”, é necessário refletir sobre alguns aspectos, como: qual nordestino? De qual estado? De que geração? De que classe social? Observar o contexto em que os folhetos foram escritos, o público ao qual se destinavam e quem eram seus consumidores. Porém, essa questão de folclore e cultura popular continua presente nos periódicos, a exemplo do Jornal *O Dia*, que traz a distinção entre folclore e literatura popular, de acordo com o posicionamento do literato e romancista Manuel Cavalcante de Proença (Imagem 5).

Imagem 5 – Matéria sobre conceito de folclore (1973)



Fonte: Cordel vai [...] (1973, p. 7)

⁵ Para detalhes da pesquisa, cf. Galvão (2005).

A matéria distingue folclore de literatura popular, sendo o primeiro anônimo e, a segunda, considerada mais técnica e sem anonimato nas criações. A Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB)⁶ também faz dessa diferença um critério na divisão do seu acervo, organizando-o em literatura folclórica e literatura popular, como afirma R. Melo (2020, p. 122): “[...] literatura folclórica (anônima transmitida pela oralidade) e a literatura popular (impressa e marcada pela autoria).”

Na década de 1980, Brandão (1984, p. 23) discorre sobre a dificuldade de conceituar o que vem a ser folclore:

Na cabeça de alguns, folclore é tudo o que homem do povo faz e reproduz como tradição. Na de outros, é só uma pequena parte das tradições populares. Na cabeça de uns, o domínio do que é folclore é tão grande quanto o do que é cultura. Na de outros, por isso mesmo folclore não existe e é melhor chamar cultura, cultura popular o que alguns chamam folclore.

Como podemos observar, instituir o que vem a ser folclore não é uma tarefa fácil, pois, mesmo com a Campanha de Defesa do Folclore ainda na década de 1950, trinta anos depois, ainda há dificuldade para defini-lo, como pode ser constatado na fala de Brandão. Ora é tudo o que o homem faz; ora é apenas uma parte; ora é tão imenso que não cabe defini-lo; e, por fim, modifica-se até a classificação para cultura popular. A exemplo disso, o jornal *Estado*, de 3 de junho de 1977, publicou a matéria *Encontro vai reunir folclore nordestino*: “[...] no palco de apresentação do Teatro de Arena, será montado um stand para exposição de trabalhos artísticos, tais como pintura, fotografia, talhas e qualquer outra manifestação artística. No mesmo local será instalada banca para venda de livretos do Cordel” (Encontro vai [...], 1977, p. 5). O principal objetivo do Encontro era incentivar essas manifestações populares, obedecendo ao que foi estabelecido no documento de 1958, ou seja, buscar cooperação de instituições públicas e/ou privadas para a promoção dessas manifestações folclóricas.

Na mesma esteira, a UFPI, na ocasião do Festival de Violeiros do Norte e Nordeste que ocorria no mês de agosto, em Teresina, promoveu palestras mediadas por folcloristas sobre o tema *Literatura de cordel*: “[...] o festival encerra-se amanhã, mas antes disso os poetas deverão fazer uma apresentação na Universidade Federal do Piauí, onde terão uma palestra, proferida por folcloristas, a respeito da literatura de cordel” (Violeiros [...], 1980, p. 11). O folclore que era visto nas ruas, no cotidiano, nas suas manifestações como lendas, cantigas e danças, passou a circular também nas universidades, como pode ser visto na Imagem 6.

⁶ Instituição pública federal localizada no Rio de Janeiro. É vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) e foi criada pela Lei n. 4.943, de 1966.

Imagem 6 – Matéria sobre festejo do Dia Nacional do Folclore pela UFPI

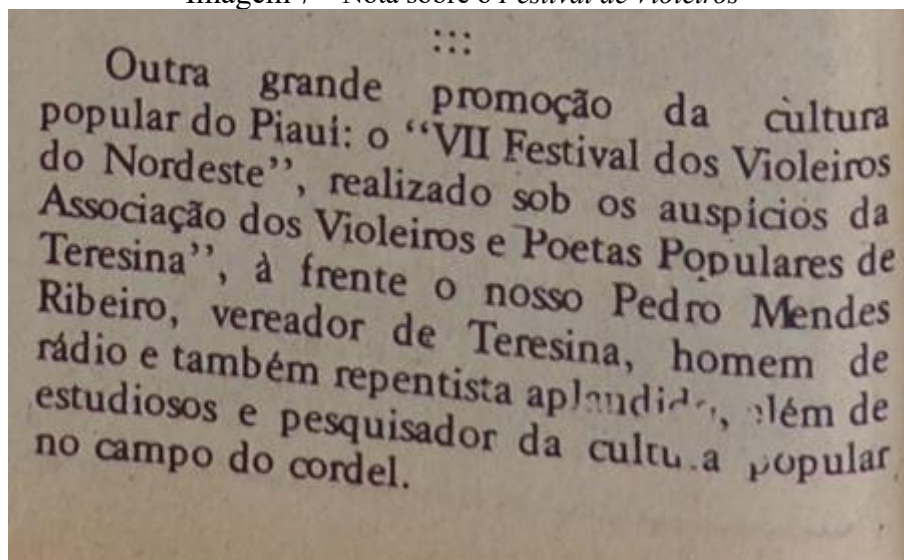


Fonte: Ufpi [...] (1983, p. 7)

O folclore circula com o objetivo de cumprir o que determinava a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, em 1958, mas, para além disso, de estabelecer uma cultura regional, ou seja, aquela que representaria de forma muito particular a autenticidade, a naturalidade dos modos de pensar do “povo”. Outro ponto que merece ser mencionado é o fato de que se fazer presente dentro de instituições, como a universidade, faz dele um conhecimento que deve ser repassado entre gerações, agora de maneira mais planejada, constituindo-se um tema relevante cientificamente não só para um grupo, mas que mobiliza o interesse de grande parte da população, podendo influenciar na relação entre homem e conhecimento.

Nessas publicações, novamente o cordel alterna entre se encaixar no que é constituído como folclore e o que é estabelecido como uma manifestação da cultura popular, como acontece com a nota publicada no jornal *O Dia*, de 1980, que apresenta Pedro Mendes Ribeiro como professor, pesquisador e presidente da Associação de Violeiros do Piauí, além de estudioso da cultura popular no campo do cordel (Imagem 7).

Imagem 7 – Nota sobre o *Festival de Violeiros*



Fonte: Outra [...] (1980, p. 2)

Cabe considerar que os atributos do Presidente da Casa do Cantador Pedro Mendes Ribeiro fortalecem o processo de divulgação do cordel e repente no Piauí. Além disso, ele é um dos principais responsáveis pelos Festivais de Violeiros em Teresina, desde 1971. No caso dessa nota de 1980, já vemos o cordel sendo considerado cultura popular. Antes de 1980, entre os anos 1940 e 1950, esse conceito já vinha ocupando o lugar do movimento folclórico paralelamente à criação do Comissão Nacional de Folclore (1947). Mas essa substituição se deu de maneira progressiva e foi impulsionada pelos intelectuais que passaram a se interessar pelo cordel como objeto de estudo. Segundo Albuquerque Júnior (2013a), essa atuação de intelectuais ligados à chamada cultura nordestina teve grande repercussão em toda a região Nordeste, Ariano Suassuna tendo sido um desses estudiosos que passaram a difundir sua obra a partir dessa nova categoria de cultura popular.

2.2 CLAMORES DOS CORDELISTAS EM MEIO À CRISE

Os discursos sobre “morte” e desaparecimento do cordel, pedidos de ajuda e crise eram frequentes na literatura de cordel, na década de 1960, e se tornaram ainda mais intensos na década de 1970, quando os intelectuais passaram a escrever e anunciar a tal “epidemia”. Alguns remetem a crise à popularização dos meios de comunicação no Brasil, em 1960, ao mesmo tempo em que, segundo R. Melo (2003), esses meios de comunicação foram instrumentos de divulgação do folheto, que, além de estarem na feira, também estavam no rádio, ocupando um importante espaço na programação das emissoras do país. No final de 1970, esse presságio volta à tona, agora com a figura da televisão, e mais uma vez o cordel aparece nas telenovelas, a exemplo de “[...] *Saramandaia*, de Dias Gomes, inspirada no folheto *O pavão misterioso*, que até hoje é considerado o folheto mais vendido do Brasil” (Melo, R., 2003, p. 141). Mesmo diante desses fatos, os jornais e trabalhos acadêmicos insistiam em responsabilizar os meios de comunicação pela crise.

Costa (2010) classifica esse movimento de crise como a quarta fase do desenvolvimento do cordel no Brasil e afirma que, com o rádio e a televisão, o cordel declinou, porém não desapareceu. Na *Revista Presença* de 1983, Pe. Matuzalém Sousa (1983) garante que, a partir de suas pesquisas, o cordel deixa de ser comprado pelo cidadão comum da cidade e da zona rural e passa a ser adquirido por um público de jornalistas, intelectuais e pesquisadores que passam a se interessar pelo folheto. Diante disso, os jornais seguem povoando suas páginas com os clamores.

O jornal *A Hora Fatal* (1972) trouxe a matéria ... *a literatura morta-virgem*, com entrevista do poeta e vendedor de cordel Alberto Januário que tinha um ponto de venda de folhetos em um terminal de ônibus de Teresina-PI. Ele aponta indícios de como estava essa crise no Piauí e afirma que a questão da impressão dos folhetos é um dos fatores que levavam o cordel à morte:

[...] hoje em dia não há quem possa publicar um romance mais. Por um romance de 8 páginas tão cobrando cento e cinquenta cruzeiros. Na imprensa que é o estado ainda cobram mais caro que os outros lugares. Eu sou escritor de histórias, mas até parei porque aqui não tem quem ajude a gente (... a literatura [...], 1972).

Nas palavras do vendedor de cordel, é possível analisar que houve uma mudança no processo de editoração do folheto impresso, o qual passou de uma escrita voltada apenas para o cultural para um viés mais organizado, obedecendo aos critérios das tipografias que estabeleciam uma nova estética para a produção desses folhetos, significando que, com os

intelectuais à frente dessas discussões, surgem, a partir de suas pesquisas, modos de versejar e classificar a poesia cordelista.

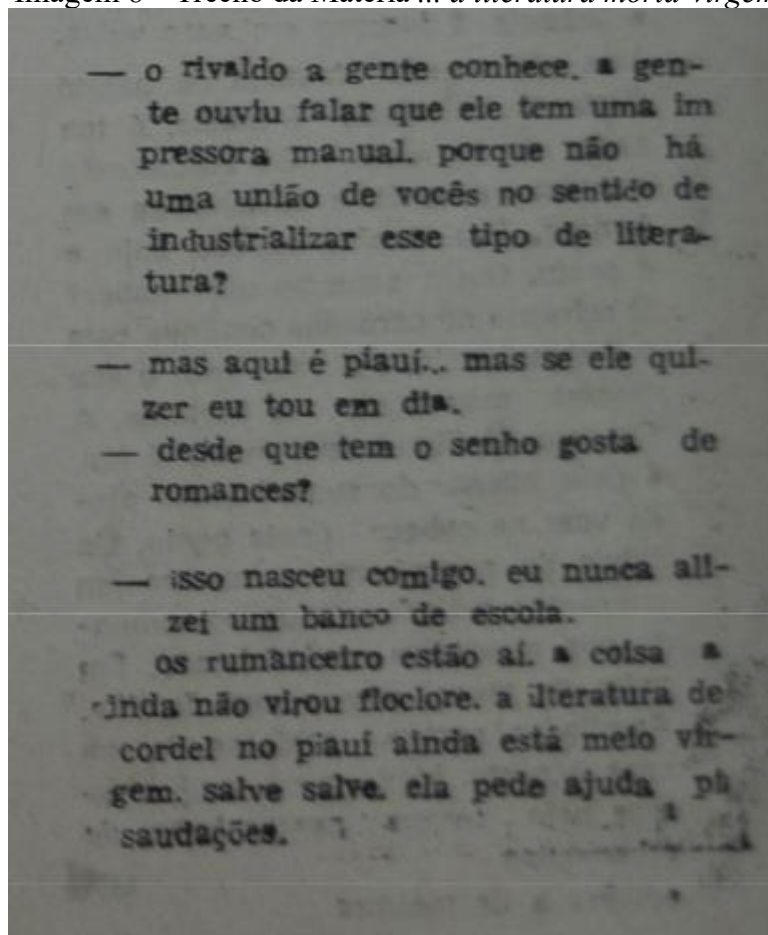
Que interesses estavam por trás dessa crise? Quando e por que se estabeleceu que o povo e suas manifestações culturais se tornariam objetos de estudo e curiosidade por parte de instituições e intelectuais? Não temos a pretensão de responder todos esses questionamentos, mas de incentivar reflexões sobre a eminente “morte” do cordel. O contexto de regime autoritário nos leva a essas ponderações. É possível afirmar que o olhar sobre o cordel não é guiado apenas por uma investigação acadêmica ou de saber do que se trata o objeto, mas também de revistar esse território? Albuquerque Júnior (2013a, p. 47) assim argumenta:

Torna-se comum a assertiva de que no povo estaria a própria essência da nacionalidade, que ele seria o repositório do que seria o espírito da nação, ele guardaria nossas tradições, aquelas que seriam a verdade da nacionalidade, daquilo que chamava de seu gênio ou caráter, numa retomada de noções caras ao romantismo e ao naturalismo, para repensar o papel que este povo desempenharia na política e na cultura nacionais.

Dentro dessa perspectiva em que o “povo” foi colocado, os estudiosos passam a trazer holofotes para a crise, pedindo para que a cultura fosse salva a partir de interesses políticos, como o de controle. É bem sabido que os poetas não poderiam escrever sobre o que quisessem e como quisessem, sem serem julgados pelo crime de subversão. Isso evidencia que “[...] a literatura de cordel é vista à beira do abismo do esquecimento, como uma manifestação cultural, e nunca literária, em extinção” (Santos, L., 2010, p. 77). Parece sobressair, a partir do que era veiculado na sociedade, o emudecimento dos poetas, dando visibilidade aos estudiosos de folclore e cultura popular.

Em trecho da notícia ... *a literatura morta-virgem* (Imagem 8), Alberto Januário denuncia que, no Piauí, esse processo de impressão dos folhetos ainda caminhava a passos lentos. Assim, o jornalista questiona sobre a união dos poetas piauienses no sentido de industrializar essa poesia.

Imagem 8 – Trecho da Matéria ... a literatura morta-virgem

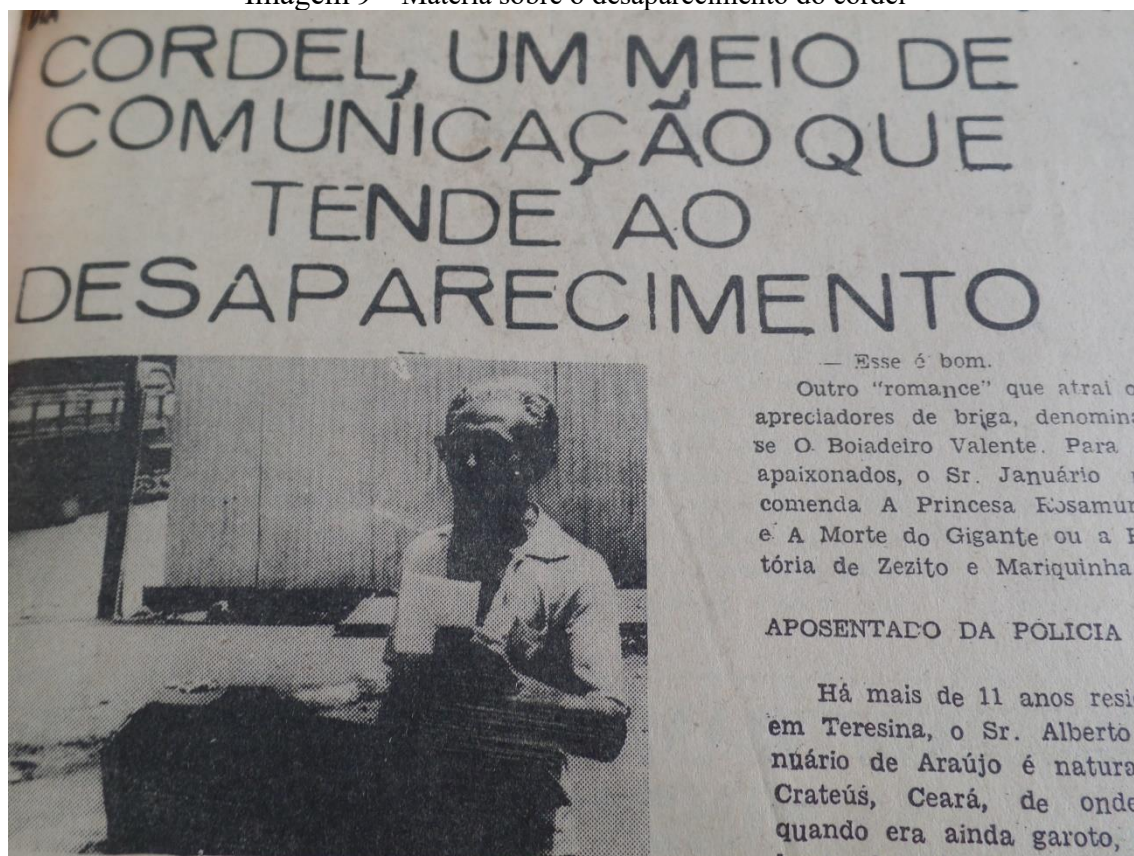


Fonte: ... a literatura [...] (1972)

No trecho que afirmou que estava “em dia”, é como se ele estivesse dentro dos critérios estabelecidos pela nova forma de versejar. Essa nova forma, segundo Abreu (1999), prescreve estrofes escritas em setissílabos ou em décimas, com estrofes de seis, sete ou dez versos, estabelecendo-se um esquema de organização das rimas. Além disso, ele declara que “nunca alisei um banco de escola”, afirmação comum entre os cordelistas do período, pois, segundo estudiosos do assunto, os poetas, em sua maioria, eram analfabetos ou semianalfabetos e autodidatas.

Um ano após a publicação sobre a situação do cordel, o Jornal *O Dia* (1973) volta a destacar a tendência ao desaparecimento do cordel no Piauí (Imagem 9):

Imagem 9 – Matéria sobre o desaparecimento do cordel



Fonte: Cordel [...] (1973, p. 5)

A publicação sobre o desaparecimento do cordel no Piauí, especificamente em Teresina, tem como personagem principal o poeta e vendedor de cordel entrevistado pelo jornal alternativo *A hora Fatal*, em 1972. De acordo com seu relato, o cenário de obstáculos continua, tais como a dificuldade de impressão dos folhetos e o comércio enfraquecido. Em 1983, as denúncias são as mesmas: “Os vendedores afirmam que as vendas têm enfraquecido ultimamente, isso em consequência da seca, e temem que as pessoas percam o gosto por esse tipo de leitura” (Literatura [...], 1983, p. 1).

Durante a nossa pesquisa de mestrado, tivemos a oportunidade de entrevistar, em 2015, o poeta e professor piauiense Pedro Mendes Ribeiro, Presidente da Casa do Cantador e idealizador do *Festival de Violeiros do Norte e Nordeste*, e, em 2022, dialogamos com o cordelista e presidente da Cordelaria Chapada do Corisco, ambos em Teresina, e colhemos seus relatos sobre a crise na década de 1970:

E aí me veio posteriormente já na década de 70, porque na década de 60 o cordel desapareceu no resto do mundo, estava agonizando na UTI (como se chama no Brasil). Não se fazia mais festivais, não se fazia impressão naquele tempo dos discos de vinil, hoje está mais moderno, na época era vinil, até 78 estava morrendo no Brasil (Ribeiro, P., 2015).

O rádio apareceu e mais tarde um pouquinho, a televisão, e foi desviando o interesse do público. Foi desviando o interesse do público pelo cordel. Tanto é que a cultura do Cordel e até mesmo do repente foi esmaecendo [...] é que durante duas décadas de mil novecentos e cinquenta a mil novecentos e setenta de acordo com os estudos, pesquisas que eu tenho feito, houve um declínio considerável na prática dessas duas atividades, o cordel e o repente que eu englobo tudo como poesia popular, né? E o cordel e o repente são apenas duas ramificações e uma só cultura que é o a poesia popular e chegando no final da década de sessenta estava quase, quase que desaparecendo (Mendes Sobrinho, 2022).

Esse cenário pode ser explicado também pela inflação que ocorria no Brasil, desde a década de 1970, quando se tornou difícil estabelecer um preço fixo para o folheto. Esse fenômeno atingiu as tipografias responsáveis pela tiragem dos cordéis; ao repassar o produto, estabeleciam uma margem de lucro que inviabilizou a compra por parte dos vendedores de feira e, conseqüentemente, atingindo o consumidor final do folheto. Segundo R. Melo (2003, p. 161), “[...] a crise se abateu sobre a economia do país, por sua vez, contribuiu para diminuir o poder de compra dos trabalhadores assalariados, principal público desse gênero literário.” E acrescenta que, ainda na década de 1960, quase todas as tipografias desse setor fecharam suas portas e as que continuaram enfrentaram grandes dificuldades financeiras.

A única novidade que aparece no relato é a mudança do local da banca do sr. Alberto que se encontrava agora no Mercado Central de Teresina. Nesse mesmo período, ocorre a sistematização dos estudos da FCRB, que legitimam, a partir da publicação de *Literatura popular em versos: estudos* (1973), o valor da produção de folhetos (Santos, L., 2010).

Analisando as questões trazidas até aqui, é possível afirmar que, com a influência dos intelectuais, estudiosos e folcloristas, entra em jogo a categoria popular, não como algo natural, mas como algo instituído e colocado dentro de um contexto que neutraliza a história, transformando-a em linear. Essa sistematização não veio dos poetas, mas de instituições que estabeleceram regras bem definidas que vão sendo incorporadas à produção cordelista.

Galvão (2005, p. 108) trouxe uma narrativa de Orígenes Lessa, segundo a qual, quando questionado sobre a decadência da poesia popular, respondeu: “[...] em literatura, tá ganhando terreno. Tá perdendo é na leitura...” Segundo a estudiosa, a fala do poeta evidencia as diversas mudanças que ocorriam na década de 1970, principalmente no público leitor e, levando em consideração as discussões feitas durante esse período, nos lembra que a produção acadêmica acontece em um contexto histórico em que vivenciávamos um regime político e econômico que tinha como principal característica o autoritarismo, e os intelectuais tinham que se posicionar a favor desse “popular”.

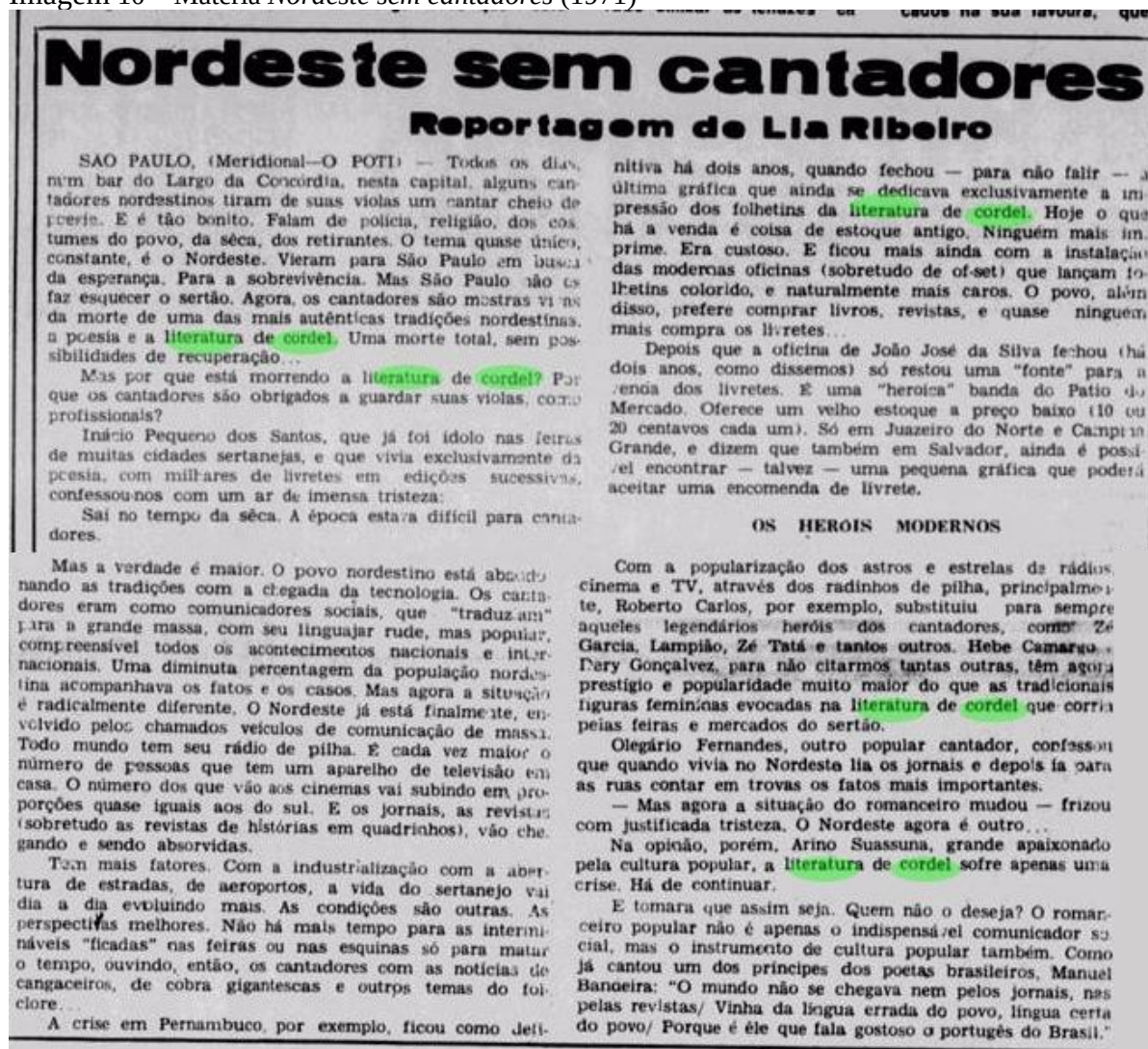
As denúncias retornam na década de 1980, como podemos observar a partir do lançamento do livro *Quadra, Quadrado e Quadrão*, de autoria do jornalista Wanderley Pereira (Barbosa). Na ocasião do lançamento, estavam presentes autoridades políticas, como o Governador do Estado do Piauí, Lucídio Portella, que fez um discurso no qual prometia auxiliar os autênticos poetas populares. Segundo o Jornal *O Dia* (Wanderley [...], 1981, p. 3), o “[...] governador prometeu estar presente a todos os empreendimentos que visem valorizar a cultura piauiense, sobretudo os cantadores da poesia popular, aqueles que se misturam com o povo, na feira e nas praças públicas”.

Desde 1970, há uma tendência por parte de jornais, revistas e autoridades, a formar a identidade piauiense, ou seja, a educar a população para o que seria ou não próprio dessa cultura. Nesse sentido, buscavam estabelecer algo puro sem influências de outras culturas, como pode ser visto na fala do jornalista Wanderley Pereira (Barbosa): “[...] a poesia popular está sendo influenciada por outras culturas, e corre o risco de desaparecer, caso os pesquisadores não procurem publicar os trabalhos mais sérios no gênero” (Wanderley [...], 1981, p. 3).

Nesse discurso, é possível analisar que há uma necessidade de homogeneidade dentro dessa literatura, colocando-a como instrumento de perpetuação dos costumes piauienses.

Porém, nesse período, acontece a migração de muitos poetas para o Centro-Sul do país, devido à seca e a grandes ofertas de emprego em São Paulo e Rio de Janeiro, que ocasionou uma influência nas temáticas cordelistas. Albuquerque Júnior (2013a) defende que, no campo cultural, nada é puro e original. O que se estabelece dentro desse espaço é exatamente a mistura, o hibridismo, e este não institui a preservação de uma identidade, uma vez que o homem é um sujeito que tem capacidade de criar e diversificar significados.

A crise também ocupou as páginas dos jornais de outros estados do Nordeste, com matérias que destacavam pedidos de ajuda às autoridades governamentais para a sobrevivência da poesia popular, o preconceito contra seus poetas e as perseguições por eles sofridas nas feiras nordestinas. Em busca de maiores oportunidades de trabalho e melhores condições de vida, cantadores e cordelistas se dirigiram à capital paulista, levando consigo a poesia improvisada ou a escrita. Nesse sentido, o *Diário de Natal* publica a matéria intitulada *Nordeste sem cantadores* (Imagem 10).

Imagem 10 – Matéria *Nordeste sem cantadores* (1971)

Fonte: L. Ribeiro (1971, p. 2)

A matéria *Nordeste sem cantadores* remete-nos ao período do quase desaparecimento do cordel e da cantoria, já abordado no início deste tópico. A partir de estudo sobre os folhetos de cordel nordestinos, Abreu (1997, p. 8) afirma:

Até a década de 60, a trajetória dos poetas é bastante semelhante. Posteriormente, verifica-se uma decadência na produção nordestina, com um deslocamento das principais atividades de produção e consumo para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, acarretando modificações no perfil de produtores e receptores desta literatura.

Assim como no Piauí, o entretenimento que antes se dava pela audição dos folhetos e cantorias, agora abre espaço para jornais, revistas, rádio e TV, meios de comunicação que, no período, passavam a ser mais absorvidos pela população. E, como já mencionado, o cordel encontrou espaço dentro dos meios de comunicação, que passaram a divulgá-lo, no rádio e

Telenovelas. Com o processo de industrialização, a vida do sertanejo também se modificou. Os modos de consumo, o tempo e as técnicas agrícolas foram se modernizando. Os cantadores alegavam que o tempo, antes utilizado para serões familiares depois das atividades domésticas, ficava cada dia mais escasso. Desde a década de 1960, com os processos migratórios, aparece um distanciamento entre os modos de vivenciar e organizar o cotidiano, isto é, os grupos foram ficando cada vez mais diferentes nas suas atividades diárias, tornando complexa a estrutura social estabelecida antes desse período (Albuquerque Júnior, 2013a).

As gráficas responsáveis pelas tiragens dos folhetos também foram afetadas, diminuindo a circulação e o consumo. Os poetas relataram que a transição para o *offset* tornou inviável, financeiramente, a impressão de folhetos. Sem matéria-prima, o poeta não consegue fazer-se conhecido, embora o “[...] estilo característico dos folhetos parece ter iniciado seu processo de definição neste espaço de oralidade, muito antes que a impressão fosse possível” (Abreu, 1997, p. 7). O *Diário de Natal*, de 21 de setembro de 1974, aborda as consequências dessa crise, trazendo um desabafo dos poetas:

[...] a profissão de cantador de viola e de literatura de cordel pode até desaparecer, se não houver um maior incentivo do Governo, pois muitos cantadores vivem sem quase nenhuma condição, embora outros já estejam até formados, como acontece com Apolônio Cardoso, que já se formou em filosofia e agora está terminando advocacia (Cantadores [...], 1974, p. 5).

A fala do cantador levanta indícios das modificações pelas quais a região Nordeste passava, sendo exigida, cada vez mais, instrução formal pela sociedade. Dessa forma, o poeta confirma que viver exclusivamente desse ofício não tem sido suficiente para gerar o próprio sustento. Assim, muitos cordelistas e cantadores se veem obrigados a deixar a literatura e a buscar profissões que sejam coerentes com o novo modo de vida.

É sabido que os grandes mestres do cordel e do repente eram oriundos da zona rural e que, dificilmente, frequentaram uma escola. Aprenderam a ler sozinhos ou com alguém da família. Aprenderam o ofício porque o vivenciavam diariamente. É raro encontrar um poeta que não tenha se inspirado em alguém da família para exercer o versejar e o entoar:

Filhos de pequenos proprietários ou de trabalhadores assalariados, a grande maioria dos poetas nasceu na zona rural. Com pouca ou nenhuma instrução formal, eram autodidatas ou aprenderam a ler com parentes e conhecidos. Não são raros os que aprenderam a ler a partir da audição de leituras de folhetos, feitas por vendedores ou autores, que eventualmente instruíam-nos sobre as regras de composição desta literatura. O aprendizado formal, em escolas, parece ser o menos freqüente (Abreu, 1997, p. 8).

Os cantadores reivindicam auxílio financeiro para cordelistas e repentistas de Natal e afirmam que outras iniciativas como esta já foram atendidas em outros estados nordestinos, a exemplo de Pernambuco. Além disso, aqueles que vivem desse ofício não têm amparo legal, caso venham a ter dificuldades financeiras, de saúde ou moradia, entre outras. Esse cenário vai se modificando, aos poucos, no final da década de 1970 e início de 1980, com a criação de sindicatos e associações de poetas espalhadas pelo país com a finalidade de reivindicar maior reconhecimento de direitos, além da profissionalização da categoria, diferente das lutas atuais de reconhecimento do cordel no campo literário (Brandão; Derigond, 2020).

No presente texto, já foi discutido, por diversas vezes, que, na década de 1970, houve a mudança do público que se interessava pelo cordel, entre eles, os folcloristas que assumem um papel de representantes de sua região, “[...] alguém que através de seu trabalho traz à tona os tesouros culturais, as tradições que legitimariam esse espaço, que demonstrariam a sua importância para a cultura nacional (Albuquerque Júnior, 2013a, p. 52). Dentro desse contexto, aparece a figura de Liêdo Maranhão, um dos mais importantes pesquisadores de cultura popular do Recife (Imagem 11).

Imagem 11 – Matéria sobre pedido de lei que ampare a cultura popular (1974)

Folclorista pede lei que ampare a cultura popular

Uma lei de amparo à literatura de Cordel, extensiva a poetas, agentes e folheteiros, foi sugerida pelo pesquisador Lício Maranhão, de Pernambuco, durante conferência que realizou em Brasília, semana passada, sobre cultura popular, tendo enfatizado origens e declínio do folheto. Para Lício, com a formalização de normas específicas seria, então, criada a classe dos trovadores, tendo em vista o grande número existente no Nordeste — cerca de três mil.

Ele entende que somente com a interferência das autoridades constituídas se poderá salvar a literatura de Cordel, atualmente em declínio, sofrendo inclusive deturpações nas suas características e origens, em virtude da exploração de particulares que utilizam esses valores para auferir vantagens exclusivamente financeiras.

Lembrou que a maioria dos poetas populares vive em precárias condições materiais, sem recursos sequer para imprimir o que escrevem. Alguns chegam à velhice em completo abandono nas indigências dos hospitais, tal como ocorreu com o trovador Antonio Domingos, em Juazeiro do Norte, e Antonio Luiz da Penha, em Pernambuco, falecidos recentemente em péssima situação financeira.

APOIO

Coordenando o plano de ajuda aos poetas populares do Nordeste, criado pela Universidade Federal de Pernambuco (Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários-DEC), desde 1972, Lício Maranhão destaca-se como pesquisador (possui uma coleção de dois mil folhetos) e baluarte pela preservação da cultura popular. Acha que poderiam ser utilizados vários meios oficiais, como o Mobral, por exemplo, para maior incentivo aos valores da literatura de Cordel, principalmente os autores clássicos.

Defende Lício Maranhão a inclusão da literatura de Cordel nos currículos dos estabelecimentos de ensino, argumentando que a cultura popular é tão importante quanto a produção dos autores da literatura erudita. Lembrou, inclusive, que outros países, como a França, desenvolvem pesquisas e estudos sobre os valores da cultura popular brasileira, notadamente do Nordeste.

Fonte: Folclorista [...] (1974, p. 24)

Liêdo Maranhão sugere a criação de uma lei que ampare a literatura de cordel, assim como seus poetas e folheteiros, por ocasião de uma conferência proferida em Brasília. O jornal também ressalta o fato de os poetas, por si só, nesse período de declínio do cordel, não conseguirem alcançar o mesmo reconhecimento e apoio da fase áurea, vivenciada no período de 1930 a 1950.

Nessa perspectiva, os folcloristas geralmente eram filhos da elite que saíam das pequenas cidades e se distanciavam de um universo do qual faziam parte; assim, eles classificavam o cordel como sendo popular devido à origem dos seus poetas e estabeleciam uma nostalgia como sendo o folclore aquilo que os dava identidade, num mundo em declínio, como afirma Albuquerque Júnior (2013a). Então, para muitas produções acadêmicas, numa perspectiva cultural, a presença desses estudiosos/pesquisadores no movimento do cordel permitia que os valores nordestinos, em médio prazo, fossem reconhecidos como agentes constitutivos da cultura brasileira. Porém, Albuquerque Júnior (2013a) ressalta que o agente folclorista não resgata nada, nem a autenticidade e nem a originalidade. Ou seja, a cultura nordestina, se é que existe uma única, é múltipla.

Existem linhas que defendem que o declínio que o cordel estava enfrentando refere-se ao cordel tradicional, sem influências de terceiros e de tipografias. Na citação de Menezes Neto (2022, p. 196), é possível observar que a concorrência com a modernização dos meios de comunicação fez com que o cordel também modificasse suas características originais:

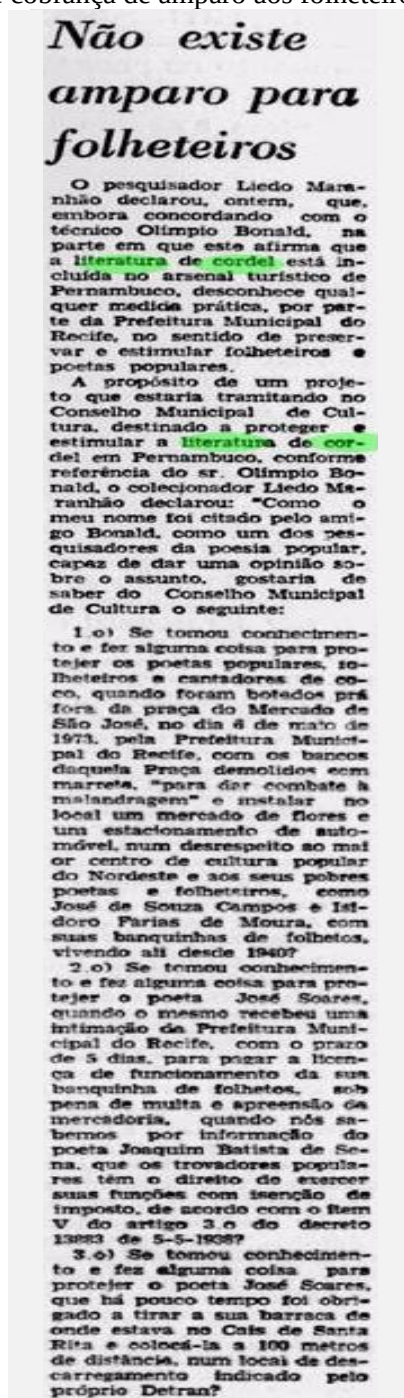
Já na década de 1960, momento das pesquisas de Raymond Cantel e Mark Curran, começava a surgir uma preocupação com o fim da literatura de cordel ‘original’, devido às alegadas concorrências dos modernos meios de comunicação, como a televisão. Essa preocupação foi intensificada na década de 1970, época das pesquisas de Joseph Luyten e Candace Slater, principalmente com o novo formato de folheto comercializado pela editora Luzeiro. Tendo em vista tal compreensão naquele momento, era urgente registrar o máximo possível dessa manifestação tida como folclórica que estava prestes a desaparecer [...].

Em outros jornais citados anteriormente, poetas ou simpatizantes da arte da cantoria e do cordel relatam promessas de publicações e de auxílios financeiros, entre outros, que não chegam a ser cumpridos. A partir de suas pesquisas, Sautchuk (2012, p. 212) afirma que, “[...] nos anos de 1970 [...] se iniciou a tentativa de criação de uma ‘consciência de classe’ entre os cantadores e de politização em defesa da regulamentação de direitos [...]”.

Em 1975, ano seguinte à matéria da Fotografia 11, o folclorista Liêdo Maranhão reivindica, mais uma vez, o amparo à literatura popular, mais especificamente aos folheteiros,

cobrando alguma iniciativa da Prefeitura Municipal do Recife (Imagem 12). A inclusão do cordel como uma das atrações do turismo no Recife, segundo defende Liêdo Maranhão, não era suficiente para a manutenção do cordel nem dos folheteiros, sendo necessário ir além.

Imagem 12– Matéria sobre cobrança de amparo aos folheteiros por Liêdo Maranhão (1975)



Fonte: Não existe [...] (1975, p. 3)

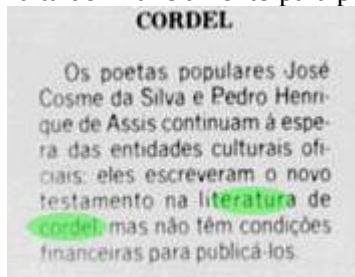
Atravessada por conflitos, a relação entre autoridades e entidades representativas do cordel e da cantoria converte-se em notícia e denúncia. Na ocasião da entrevista concedida ao

Jornal, é mencionado um projeto que estaria tramitando no Conselho Municipal de Cultura e que teria por finalidade a proteção a poetas e folheteiros. A matéria coloca, também, questões que provocam as autoridades para uma tomada de decisão, trazendo questionamentos sobre os últimos acontecimentos na praça São José, assim enumerados: a) proteção aos poetas, devido à demolição dos bancos da Praça São José para construção de uma banca de flores e de um estacionamento, com a alegação de “combate à malandragem”; b) intimação do poeta José Soares, pela Prefeitura, para pagar a licença de funcionamento da banquinha de folhetos, sob pena de apreensão de mercadoria e multa, ferindo o Decreto n. 13.883, de 5 de maio de 1938, e c) o poeta José Soares foi obrigado a retirar sua barraca da Praça São José.

As reivindicações pelo respeito ao cordel e ao repente e seu reconhecimento são antigas. Desde o século XIX e, principalmente no século XX, foram inúmeros os esforços e iniciativas para que essa literatura conquistasse o direito ao reconhecimento. Segundo R. Melo (2019), no período que compreende os anos de 1950 a 1970, era comum a perseguição a poetas e folheteiros, episódios conhecidos como “rapa”. Além de ter de conquistar o direito de venda e circulação dos cordéis, esses agentes culturais ainda lutavam para ter o reconhecimento da crítica literária.

Como podemos observar, a aceitação do cordel e do repente foi caminhando a passos lentos e sujeita a intempéries, como retratado na Fotografia 12. Não havia respeito à prática da poesia nem aos seus intérpretes, sendo estes obrigados a desocupar lugares demarcados pela prática de leitura, declamação e cantoria, por ações contrárias a decretos e repressão à poesia popular. As coerções movidas pelas autoridades governamentais dificultavam o trabalho de repentistas, cordelistas e folheteiros (Imagem 13).

Imagem 13 – Nota sobre falta de financiamento para publicação de cordel (1976)



Fonte: Cordel (1976, p. 26)

Com a modernização dos meios de impressão e exigência do próprio público consumidor, os folhetos foram ganhando nova roupagem. Dessa forma, os conflitos gerados em torno do movimento cordelista e repentista fizeram com que os poetas se submetessem a

entidades culturais oficiais, para que seus escritos fossem publicados e vendidos. Esses relatos denunciam as condições financeiras de seus intérpretes, a mudança do público consumidor e a representação social à qual estavam submetidos.

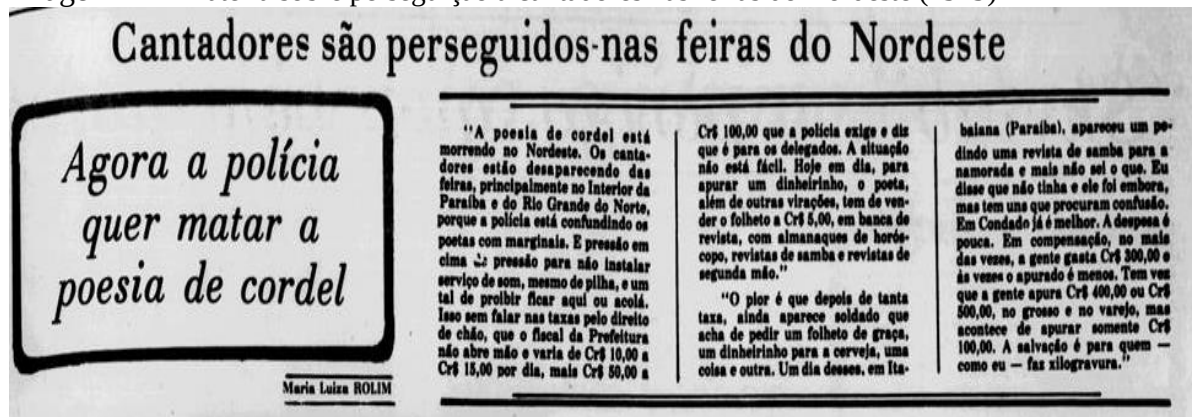
Não por acaso, os poetas recorrem a todos os meios para conseguir visibilidade, respeito e proteção, com a criação de eventos, sindicatos e associações. Buscam auxílio de escolas, instituições culturais, meios de comunicação, pesquisadores e até a inserção na ABL, sem sucesso em suas tentativas, no período que compreende o início da década de 1980.

Segundo o dossiê de registro da literatura de cordel, organizado pelo Iphan (2018, p. 186), eram comuns as perseguições aos poetas, vendedores de cordel, repentistas e emboladores, no início do século XX:

A prisão de poetas e folheteiros expressava o preconceito social existente no Brasil em relação a uma das formas de expressão mais importantes da cultura brasileira. O comércio de literatura de cordel foi, por muitos anos, considerado uma contravenção, semelhante ao trabalho dos camelôs (vendedores ambulantes que eram perseguidos por não pagarem impostos). Além do desrespeito cotidiano, quando a liberdade de declamar e vender poesia era considerada uma prática clandestina, os repentistas e poetas de bancadas eram autores de um gênero ignorado pelos críticos literários e pelas elites culturais e econômicas.

Além de serem perseguidos por não pagar impostos, ainda existia o preconceito contra a literatura e os poetas, folheteiros e repentistas que ficavam à margem daquilo que era considerado cultura letrada ou oficial. Assim, a luta para ocupar um lugar de prestígio dentro da sociedade durou décadas (Imagem 14).

Imagem 14 – Matéria sobre perseguição a cantadores nas feiras do Nordeste (1979)



Fonte: Rolim (1979, p. D1)

O desaparecimento dos cantadores das feiras, os impostos pelo direito de chão, a venda do cordel ao lado de outros títulos para a sua subsistência e o assédio policial foram os pontos mais citados na edição do dia 20 de maio de 1979, do *Diário de Pernambuco*.

O *Diário de Pernambuco* ainda nos traz questionamentos do poeta paraibano José Costa Leite, que se mudou, ainda na infância, para Pernambuco e foi considerado profissional polivalente, pois fazia versos, xilogravuras e edição (Fotografia 14). Como, desde criança, escrevia poesias, podemos afirmar que passou por todas as fases do cordel e da cantoria, fazendo-se autoridade para estimular algumas reflexões:

[...] vai ter condições de sobreviver, sem ao menos exercer uma profissão paralela? E se os folhetos desaparecerem das feiras e mercados públicos? Sua venda ficará restrita a uma ou outra livraria, para um público consumidor reduzido, formado por intelectuais e meia dúzia de estudantes? E o povo, a massa, como é que fica nessa história? A literatura de cordel não é literatura do povo, feita para o povo? (Rolim, 1979, p. 1, D).

Nosso intuito não é o de responder aos questionamentos do poeta José Costa Leite, mas um convite à reflexão sobre as condições em que se encontrava o cordel, sob a ótica dos poetas no período aqui estudado. A busca pelo direito de comercializar os folhetos em praça pública, feiras e outros locais comuns de circulação e venda, está noticiada, mensalmente, em jornais, e diariamente, de “boca em boca”.

O poeta José Costa Leite afirma que a poesia popular não nasceu com o propósito de ficar parada em prateleiras, fazer parte de museus e coleções ou ainda como objeto de estudo. Ela é, acima de tudo isso, um patrimônio cultural a ser reconhecido e oficializado. Em novembro de 1979, o poeta volta às páginas do *Diário de Pernambuco*, na matéria *Cordel: uma literatura ameaçada de morte* (Imagem 15).

Imagem 15 – Matéria sobre o declínio do Cordel, segundo o poeta José Costa Leite (1979)



Fonte: D'Oliveira (1979, p. 1)

Logo no início da matéria, deparamo-nos, novamente, com a precariedade do trabalho do poeta popular que se vê obrigado a exercer mais de uma função. "Além de pagar o chão, paga-se mais de Cr\$100,00 ao delegado, além de algumas gorjetas para os soldados." A partir desse relato, é possível afirmar que a venda de cordéis já não constituía fonte de renda exclusiva, e, com o avanço das perseguições e a corrupção por parte das autoridades, ficava ainda mais

difícil se manter nesse mercado, o que, conseqüentemente, fez com que muitos poetas e folheteiros fossem deixando de exercer a função de vendedor, passando a escrever cordel apenas sob encomenda, constituindo esta uma nova forma de comercialização.

Outra consequência das perseguições refere-se à transição do folheto escrito para os discos de cordel. O poeta que não tinha habilidade com a viola contava com o auxílio do repentista que emprestava a melodia, para que o cordelista pudesse entoar a poesia. Dessa forma, a poesia escrita é transmitida de forma oral para seus consumidores, fidelizando o uso do rádio nas casas dos ouvintes, embora ainda existissem aqueles fiéis aos folhetos escritos.

3 CORDEL: O DEBATE NO MEIO ACADÊMICO UNIVERSITÁRIO E LITERATO PIAUIENSE

Estávamos apreensivas quanto a encontrar o cordel na universidade piauiense, pois, até então, nossos estudos tinham percorrido caminhos muito homogêneos no que diz respeito à pesquisa sobre a temática, e trazíamos certas afirmações e ideias que tendiam a naturalizar o “popular” e o “nordestino”, além de usar os termos “folclore” e “cultura popular” como sinônimos, como faziam os folcloristas.

Por sugestão de um amigo da universidade, resolvemos visitar a APL. Fomos descrentes de que o cordel poderia se manifestar de alguma forma em um lugar que tinha o poder de reconhecer a legitimação ou não de obras literárias. Preconceito? Talvez. Encontramos, nas revistas da APL, solenidades de lançamentos de obras, revisão e reedição de livros de poetas cordelistas, além da participação dos seus intelectuais em eventos cordelianos. De início, questionamentos povoavam nossas mentes: o que fazer com essas informações? Como inseri-las nessa discussão que antes estava apenas na universidade?

O aparecimento dessa nova fonte não só enriqueceu nossas discussões sobre o cordel no Piauí, como também nos fez modificar o título deste capítulo, antes intitulado *O cordel por meio da universidade* para *Cordel: o debate no meio acadêmico universitário e intelectual literário piauiense*. A mudança no título trouxe também uma mudança na perspectiva do texto que ganhou aspectos jamais imaginados no início deste trabalho.

Para compreender como o cordel transitava na universidade e na APL, apoiamo-nos no conceito de capital social de Bourdieu (2010), pois os indivíduos inseridos nesses espaços possuíam uma rede de relações sociais estável que gerava um efeito multiplicador material ou simbólico para os membros desses grupos e para o cordel no Piauí.

Em 3.1 — *Cordel a partir de professores e acadêmicos* —, debruçamo-nos na discussão do cordel dentro da universidade e sua operacionalização dentro dos moldes do folclore e da cultura popular, a partir de professores e alunos que o faziam circular nesse meio.

Em 3.2 — *A manifestação do cordel por meio da APL* —, analisamos os caminhos percorridos pelo cordel até se inserir na APL, a partir do Plano Editorial do Estado, das publicações e da participação de imortais nos festivais que faziam circular o folheto no estado.

3.1 CORDEL A PARTIR DE PROFESSORES E ACADÊMICOS

No início da tese, discutimos o cordel entre folclore e cultura popular, e vimos que, na década de 1960, ele ganha um viés mais político. Na década de 1970, como também já abordamos, o cordel ganha o interesse de intelectuais, ao mesmo tempo em que há um fortalecimento dos programas de pós-graduação no Brasil. Segundo R. Melo (2019), três pesquisas acadêmicas trouxeram um novo olhar sobre a literatura de cordel no país, sob a ótica histórica, sociológica e antropológica, entre 1978 e 1979: *Memórias de lutas: primórdios da literatura de folhetos no Nordeste (1893-1930)*, dissertação de Ruth Terra; *O trabalho e a fala: estudo antropológico sobre os folhetos de cordel*, tese de doutorado de Antônio Augusto Arantes; e *Folhetos: a literatura de cordel no Nordeste brasileiro*, dissertação de Mauro William Barbosa de Almeida.

Ainda segundo a mesma autora, o trabalho de Ruth Terra trouxe um olhar para o significado político dos folhetos dentro do contexto das lutas sociais, possibilitando uma abertura para os dois trabalhos seguintes, ou seja, o cordel é visto a partir de sua historicidade. A tese de Antônio Augusto Arantes fez uma investigação a partir do quadro social que estavam inseridos autores e leitores de cordel. O de Mario Barbosa problematiza o folheto, levando em conta os fatores político e econômico no início da década de 1960 e pós-golpe de 1964.

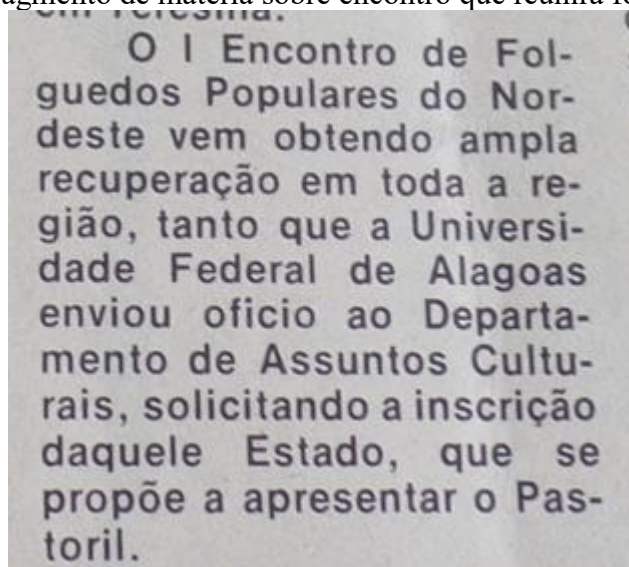
Os debates sobre a formação de uma identidade nacional ocorrida pós-1822 fizeram com que estudiosos identificassem elementos constituidores para essa proposta. Instigados por variadas motivações, a literatura passa a fazer parte desse repertório de análise, a partir de produções e fontes, onde, segundo eles, a presença do “povo” era marcante. Em outras palavras, os intelectuais saem de um ponto de vista indianista e se voltam para o sertanejo e sua produção literária, que passa do oral para registros escritos (Melo, R., 2019).

Outros fatores que cabem mencionar são a *Semana de Arte Moderna* de 1922, que também contribuiu para esse processo de construção de uma identidade nacional, uma vez que esse movimento teve por finalidade romper com os modelos da cultura europeia. O segundo fator refere-se à publicação do livro *Cultura posta em questão*, de autoria de Ferreira Gullar, no período ditatorial, no seio da editora universitária da UNE, que modificou a noção de cultura popular trabalhada anteriormente pelos folcloristas e passou a ser apreciada como instrumento de transformação social. As diferenças nos estudos sobre folclore e cultura popular foram ficando cada vez mais nítidas na década de 1970. Com isso, R. Melo (2019, p. 85) argumenta que o folclore não conseguiu se inserir nas universidades, nesse período, porque “[...] com vistas a promover a valorização do civismo, o amor à pátria e as tradições nas escolas, durante

a ditadura, instaura cada vez mais clivagens entre os estudos folclóricos e as pesquisas acadêmicas”.

Diante desses fatos, é importante compreender como se deu esse processo a partir do que foi veiculado em jornais e revistas que circulavam no Piauí. No trecho da matéria do Jornal *O Estado*, de 1977, na ocasião do *I Encontro de Folguedos Populares do Nordeste*, houve a participação de setores vinculados ao Departamento de Assuntos Culturais da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que, segundo veiculado na notícia, enviou um ofício solicitando a sua inscrição no evento para apresentação de uma de suas manifestações culturais no Piauí (Imagem 16).

Imagem 16 – Fragmento de matéria sobre encontro que reunirá folclore nordestino



Fonte: Encontro vai [...] (1977, p. 5)

O *Encontro de Folguedos* foi uma promoção do Governo do Estado do Piauí e reuniu, a partir de apresentações de dança, artesanato e culinária típica, os estados do Piauí, Maranhão, Ceará, Paraíba e Pernambuco. A principal finalidade do Encontro “[...] é incentivar a apresentação de grupos folclóricos autênticos e de divulgar as manifestações populares de cada estado numa integração parcial do folclore nordestino” (Encontro vai [...], 1977, p. 5). O evento teve apoio do MEC, através da Fundação Nacional de Artes (Funarte). Essa participação do Estado muito mais forte do que da Universidade demonstra que o folclore, nesse contexto, estava a cargo dos poderes públicos, enquanto os estudos de cultura popular ficavam a cargo das instituições de Ensino Superior.

No que se refere à solicitação da UFAL para participar do Pastoril balizado como um folguedo popular daquele estado, aponta que o folclore adentra os espaços das instituições de

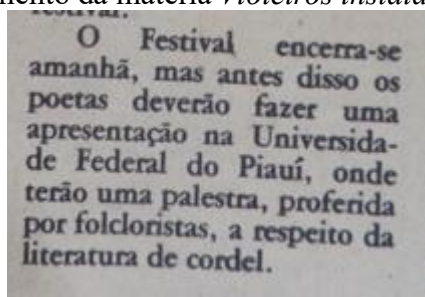
Ensino Superior, nesse caso específico, não como um objeto de estudo e sim como uma manifestação cultural tradicional mais conservadora, se olharmos pelo viés da ideologia folclórica. O jornal, nesse caso, é utilizado como veículo dessas manifestações ditas populares, contribuindo para a divulgação dessa noção de folclore, que delimita e categoriza um sistema de símbolos dentro desse conceito.

No rol dessas apresentações, a matéria identifica a literatura de cordel na categoria folclore. Tal proposta se apropria do cordel, tirando-o do seu contexto de produção, neutraliza-o politicamente e o coloca numa categoria de manifestação de uma regionalidade. Esses indícios evidenciam que a Campanha do Folclore Brasileiro, instaurada em 1958, ainda surtia efeitos no Piauí, pois estabelecer que o cordel é um aspecto do folclore cumpre uma das finalidades da campanha, que é esclarecer a opinião pública quanto à significação e aos aspectos que devem ser considerados como parte constitutiva dessas manifestações.

Na Fotografia 17, vemos mais um exemplo de como o cordel como folclore adentrava a universidade piauiense. Na ocasião do *VII Festival de Violeiros do Norte e Nordeste*, os poetas fizeram uma apresentação na UFPI, onde tiveram uma palestra sobre literatura de cordel. A interpretação literal do texto passa essa ideia, mas devido ao contexto, considerando que se tratava de um festival, acreditamos que a palestra tenha sido proferida para um público além dos poetas. Segundo Albuquerque Júnior (2013b), o folclore foi inventado pelos folcloristas, pois não existem objetos prontos e nem algo em si mesmo folclórico. A visão de cada objeto é conceitualmente orientada. Ele chama atenção para o termo “inventar” e considera que inventar não é sinônimo de mentir nem fazer surgir do nada, mas trazer significação às coisas e nomeá-las.

A notícia de que folcloristas proferiram palestras no espaço da universidade é datada de 1980, período em que ainda se vivenciava a Ditadura Militar; por outro lado, é uma década que o cordel, a partir de seus agentes culturais, passou a estar mais presente nesses espaços institucionalizados. No Piauí, acontecia o movimento inverso: uma vez que, em outras regiões do Brasil a cultura popular é que se firmava na universidade; aqui, o folclore ainda encontra brechas para adentrar a instituição de ensino superior em Teresina.

Imagem 17 – Fragmento da matéria *Violeiros instalam festival na capital*



Fonte: Violeiros instalam [...] (1980, p. 11)

No ano de 1983, aconteceu o *X Festival de Violeiros* e, de acordo com a Fotografia 19, assim como em festivais anteriores, “[...] diversos pesquisadores da arte popular deverão estar presentes [...]” (Festival [...], 1983, p. 9). Essa informação evidencia as discussões que já destacamos ao longo da tese, a presença de pesquisadores em eventos sobre cordel.

Na ocasião de nossa pesquisa de Mestrado sobre o *Projeto Cordel nas Escolas*, o professor e repentista Pedro Mendes Ribeiro, em uma entrevista a nós concedida, revelou que os pesquisadores que faziam parte do público do festival não eram só brasileiros:

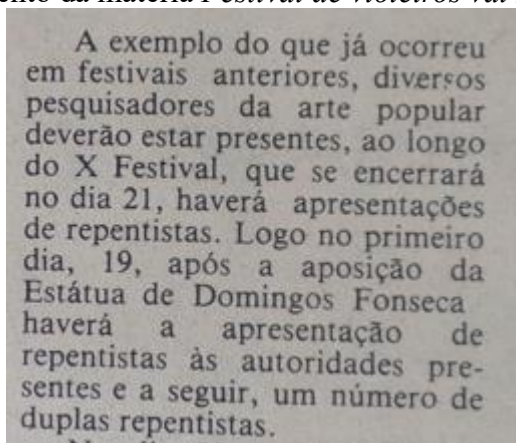
Em 75, veio ao Piauí uma equipe de pesquisadores dos Estados Unidos. Então, eles gravaram e filmaram nosso festival. Chegando nos Estados Unidos, coincidentemente chegou ao restante do mundo. Aí, chegou à Sorbonne, e daí até agora, nós temos contado com a participação presente constante de pesquisadores do Brasil e do mundo e já podemos afirmar com maior segurança que hoje se fazem festivais de violeiros no mundo inteiro. E a literatura de cordel está resgatada também no mundo inteiro com pesquisadores dos diversos países que vêm aqui com tese de doutorado, tese de mestrado, fazer pesquisa (Ribeiro, P., 2015).

As cenas narradas por Pedro Ribeiro eram recorrentes nesse período, sendo a figura de pesquisadores interessados pelo cordel e em registrar festivais um dos fatores que marcam a mudança significativa no público leitor e ouvinte. Os estudos sobre esse objeto não ficavam apenas entre os pesquisadores nacionais, como podemos observar a partir do depoimento acima. O discurso de resgate também está presente no relato, a presença de pesquisadores nesse festival parece suscitar esperança por parte do poeta em ver a divulgação e circulação do cordel nesse espaço de produção e difusão de conhecimento.

Na década de 1970, nasce o *Festival de Violeiros do Piauí* e, em 1983, transforma-se em *Festival de Violeiros do Norte e Nordeste*, por iniciativa da Associação de Violeiros (Fotografia 18). No relato do professor Pedro Mendes Ribeiro, podemos perceber que a entrada do cordel e do repente como objetos de pesquisa em dissertações e teses a serem discutidas no Brasil e em outros países demonstram, segundo Chartier (1995, p. 185), que “[...] as formas

‘populares’ da cultura, desde as práticas do cotidiano até as formas de consumo cultural, podem ser pensadas como táticas produtoras de sentido, embora de um sentido possivelmente estranho àquele visado pelos produtores [...]”. Isto é, a finalidade dos pesquisadores era classificar o cordel ora como cultura popular, ora como folclórica, a partir de interesses políticos distintos que advinham tanto da universidade quanto do Governo, enquanto o objetivo do festival era fazer renascer o cordel que estava, segundo anunciavam os pesquisadores, sucumbindo, à “beira da morte”. Além do mais, é importante destacar que, tratando-se de cordel ou qualquer outro gênero literário ou textual, “[...] há sempre um espaço entre o que o texto propõe e o que o leitor faz dele” (Chartier, 1995, p. 186).

Imagem 18 – Fragmento da matéria *Festival de violeiros vai ser iniciado no dia 19*



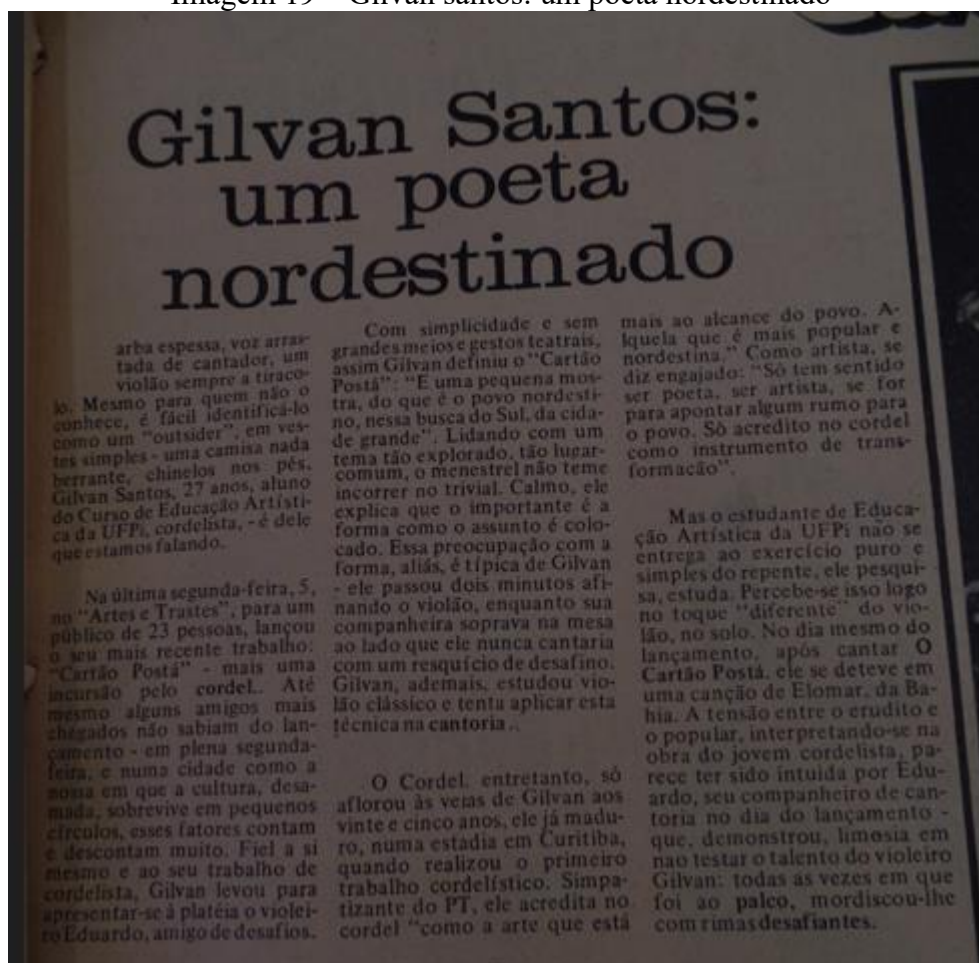
Fonte: Festival [...] (1983, p. 9)

As discussões no interior do movimento estudantil, como já mencionado no início deste tópico, trouxeram inflexões nos estudos sobre cordel. E, assim como no seio da UNE, o estudante Gilvan Santos, aluno do Curso de Educação Artística da UFPI, em uma entrevista concedida ao jornal piauiense *Diário do povo*, também acredita na cultura como instrumento de transformação social. Diante disso, publicou cordéis com temáticas que, segundo ele, “dão rumo ao povo”: *Os dois lados do Brasil*, *O povo e a constituinte*, *O direito ao trabalho*, *Reforma agrária*, *Boff e a fogueira*, *Francisco de Assis* e *O povo de Deus*. Segundo R. Melo (2019), essa nova geração de poetas e intelectuais que mantinham vínculo com a universidade, seja no interior da UNE ou em outros movimentos, pretendia mudar a realidade social do país.

Esses debates nacionais sobre as abordagens que tomavam o espaço da universidade mostraram que, no Piauí, mesmo de forma tímida, o folclore adentrava a instituição a partir de seus professores que faziam circular ideias e produções nesse meio, com raras exceções, como o exemplo do estudante Gilvan Santos (Imagem 19), que estava, segundo a matéria, voltado

para o cordel como instrumento de transformação social, assim como defende a definição de cultura popular.

Imagem 19 – Gilvan santos: um poeta nordestinado



Fonte: Gilvan [...] (1987, p. 2)

Desde a década de 1960, a movimentação em torno do folclore se intensificava não só como objeto de estudo como também para definição de nossa identidade nacional. Em 1975, acontece a reunião estadual da Campanha Nacional do Folclore, com a finalidade de criar uma comissão no Piauí com as mesmas finalidades da campanha nacional, como defender e divulgar o folclore, proteger os grupos folclóricos, promover cursos, pesquisas e festivais, entre outras.

Segundo Negreiros (2016, p. 67), "[...] a saída para o problema que estigmatizava o perfil do folclorista, seria por meio da consolidação aos espaços acadêmicos, onde, legitimados no campo de produção de saber, estariam garantidos para atuarem na pesquisa e divulgação da cultura popular". Não foi o que aconteceu, pois Florestan Fernandes, intelectual da Escola Sociológica Uspiana, não acreditava que os estudos folclóricos tinham um viés científico, gerando conflitos com os ideólogos da Campanha Nacional do Folclore.

Nosso interesse não é historiar a campanha, mas compreender como o cordel foi operacionalizado dentro da universidade, e a campanha aparece como um instrumento dessa operacionalização. Nesse sentido, havia iniciativas de publicações de revistas, livros e documentários sobre o folclore. No Piauí, esse movimento teve apoio do Governo Estadual, da Fundação Monsenhor Chaves⁷ e, mais tarde, da Coordenação de Assuntos Culturais da UFPI (CAC/UFPI), onde Noé Mendes de Oliveira foi coordenador e professor. Ele também foi secretário-geral da Comissão Piauiense de Folclore e autor do livro *Folclore brasileiro: Piauí*, lançado em 1977, obra que o consagrou como folclorista (Negreiros, 2016).

Ainda segundo o mesmo autor, Aldenora Mesquita⁸ e Noé Mendes foram indicados pelo reitor da época, José Camilo da Silveira Filho, para assumir a CAC/UFPI. A partir desse fato, o professor conseguiu desenvolver projetos e múltiplas atividades com órgãos ligados ao MEC, ao Departamento de Assuntos Culturais deste Ministério e à CDFB, vinculada à Funarte.

Portanto, destacamos que os dois principais nomes da Comissão Piauiense de Folclore, atuaram na coordenação de Assuntos Culturais da Universidade Federal do Piauí, contribuindo ‘involuntariamente’ para desagregar a própria Comissão, ou seja, as ações do Secretário-Geral e da Diretora-Executiva reorganizadas em outro espaço institucional, distancia da própria Comissão Piauiense do Folclore em suas ações, embora as atividades desenvolvidas pela CAC tenham afinidade temática pela cultura popular, tanto quanto a Comissão de folclore (Negreiros, 2016, p. 87).

Assim sendo, podemos dizer que Noé Mendes passa por uma transição nas atividades desenvolvidas entre a Comissão Piauiense de Folclore e as atividades da CAC/UFPI, agora como professor e pesquisador. Nesse contexto, destacamos a publicação do livro *Segredos do repente*, de autoria do professor universitário Pedro Mendes Ribeiro, publicado em 1977, a partir da CAC/UFPI, que abriu portas para a produção de um livro voltado para a poesia oral, que é, segundo o autor, resultado de análises de entrevistas, literatura de cordel, memórias, jornais e revistas. P. Ribeiro (1997) afirma, na *Introdução*, ter sensibilizado diversos órgãos de cultura para publicar essa obra, mas o apoio veio apenas da instituição de Ensino Superior, a UFPI.

Ainda na *Introdução* do livro, o professor agradece a oportunidade e reconhece que, antes, esse tipo de assunto se encontrava à margem do valor que ocupa na cultura brasileira: “[...] como professor da Universidade Federal do Piauí, sentimo-nos gratificados,

⁷ Criada pela Lei Municipal n. 1.842, em 26 de fevereiro de 1986, sua finalidade é auxiliar a administração pública municipal na formulação das diretrizes da política cultural.

⁸ Secretaria Executiva da Comissão Piauiense de Folclore.

em subscrever um livro referente aos gênios da Poesia que, sem embargo do mérito artístico que possuem, permanecem anos e anos marginalizados do estrelato da glória” (Ribeiro, P., 1997, p. 3).

Consideramos importante mencionar a figura do professor Pedro Mendes Ribeiro, por ele ser Presidente da Associação dos Violeiros e Poetas Populares do Piauí desde a década de 1970. Como professor e pesquisador, diante do que vinha acontecendo com a literatura de cordel, nesse período, ele viu diante da “crise” a oportunidade de criar o *Festival de Violeiros do Norte e Nordeste* com apoio do empresário João Claudino Fernandes (1930-2020).

Em 1971 na praça da bandeira, nós realizamos o I Festival de Violeiros do Norte e Nordeste, veja bem, o I Festival de Violeiro do Norte e Nordeste, onde a dificuldade imensa daquela época, os órgãos de cultura não nos deram o menor apoio, mas nós tivemos, porque sempre acreditamos no que possamos fazer na vida e o que podemos fazer pela vida, e tivemos a graça de Deus de encontrarmos pela primeira vez com o João Claudino, ele que é um poeta (pouca gente sabe disso). Ele que é um poeta, admirador, um amante, um apaixonado pelo repente, me procurou e disse: — rapaz esse movimento... vamos tocar isso ‘pra’ frente... E eu expliquei quais eram meus objetivos e ele disse: — conte comigo pro que der e vier (Ribeiro, P., 2015).

A relação do festival com o cordel ocorre devido ao processo de circulação e produção dessa literatura. Esse evento proporciona a venda e troca de folhetos e o encontro dos poetas do Piauí e de outras regiões do Nordeste, possibilitando a construção do processo criativo entre letra e voz do ofício poético, além de um espaço de sociabilidade, já que depois dos festivais, eles se encontram para produzir versos, trocar experiências e fazer um “festival” entre os pares. Esse evento, segundo as palavras do seu idealizador, foi pensado com vistas à preservação tanto do cordel como do repente no Piauí.

Apesar de o livro ser voltado para a temática repentista, o seu autor é um dos responsáveis por fazer circular o cordel no Piauí, nesse período. Assim, encontrar guarida na universidade para esse gênero suscita a importância dessa produção para o meio acadêmico e cultural, o que, consequentemente, pode atrair o interesse de outros intelectuais na investigação e no apoio à literatura de cordel piauiense. A exemplo disso, o livro é prefaciado pelo Professor João Porfírio de Lima Cordão (1923-2003), para os mais íntimos e no meio repentista e cordelista, apenas Professor Cordão. Intelectual e imortal da APL, ocupando a cadeira de n. 29, foi considerado pelo professor Pedro Ribeiro um defensor do cordel, diante do apoio prestado à realização do festival e à circulação das produções cordelistas no Piauí.

Levando em consideração esse conjunto de fatos, é possível afirmar que essa rede de sociabilidades corresponde à noção de capital social, que, segundo Bourdieu (2010, p. 67),

[...] é um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação de um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis.

Isto é, as redes de relações construídas pelo indivíduo durante a sua vida são estratégias elaboradas, consciente e inconscientemente, e acontecem de forma subjetiva ou institucionalizada. Desse modo, a rede de relações construída pelos cordelistas e repentistas resultou em um reconhecimento material e simbólico para a manutenção dessa literatura no Piauí. É possível afirmar que essa rede durável possibilitou não só a doação do espaço físico para a Casa do Cantador, mas também o investimento no *Festival de Violeiros* e na introdução deste nas solenidades comemorativas ao aniversário de Teresina.

No dia 16 de agosto de 1985, com a inauguração da Casa do Cantador, esta passa, então, a ser um núcleo de apoio a violeiros e poetas populares de todo o Nordeste. A Casa conta também com uma biblioteca de cordel para os pesquisadores interessados na temática, além de prestar assistência à saúde, com financiamento de internações hospitalares, passagens e remédios, dentre outros benefícios. O imóvel foi doado pelo empresário João Claudino Fernandes, proprietário do Grupo Armazém Paraíba, um amante e incentivador da arte do repente.

É nítido que o capital social pode efetivamente movimentar um resultado multiplicador no rendimento de um grupo. O cordel circulou na universidade por intelectuais que, inseridos em ambos os espaços (internos e externos a instituição), levaram discussões e debates sobre o cordel para os ditames do mundo acadêmico.

3.2 A MANIFESTAÇÃO DO CORDEL POR MEIO DA APL

Os intelectuais têm um papel fundamental no reconhecimento da legitimação de ideias, obras literárias e discursos que atendam a interesses político-culturais. Segundo Moura (2015), no período que compreende os anos de 1964 a 1984, houve aumento na produção e no consumo cultural. Nesse sentido, para renovar a identidade piauiense, o governador Alberto Silva contou com o apoio da “cidade letrada”, a partir do Plano Editorial do Estado, e a Secretaria de Cultura com o apoio da APL e do Conselho Estadual de Cultura, para colocar o Piauí em um lugar de

destaque, e as obras lançadas a partir desse plano eram enviadas e oferecidas às principais instituições culturais do Brasil.

Acreditamos que os verdadeiros leitores das obras de história e literatura piauienses editadas pelo Plano Editorial não eram um público leigo, isto é, os consumidores por excelência, que dão suporte financeiro e moral ao historiador e/ou literato, mas seus pares intelectuais, responsáveis por apresentar um juízo de valor às produções historiográficas e literárias, critérios que são decisivos para o seu reconhecimento (Moura, 2015, p. 231).

Ao folhearmos as revistas da APL, deparamo-nos com publicações e distribuição de obras de poetas populares piauienses e pesquisadores da área cordeliana, significando que o cordel também esteve presente no meio intelectual literário.

A primeira revista à qual tivemos acesso foi a de 1974, muito embora antes desse período já houvesse produção e circulação do cordel no Piauí, sem o apoio e divulgação da APL. As primeiras páginas da fonte hemerográfica apresentam os fatos acadêmicos da APL. Nela, foi descrito o contexto de uma festa literária com apoio do governador Helvídio Nunes de Barros, tendo como convidado o poeta e pesquisador Felix Aires, membro da Academia Maranhense de Letras (AML) e designado pela revista como “piauiense espiritual”, para pronunciar uma palestra a respeito da poesia popular do Piauí.

Tivemos acesso ao livro *O Piauí na poesia popular*, que deve ter sido a referência para a palestra na APL. Nele, há versos e os grandes nomes da poesia popular do Piauí, como Hermínio Castelo Branco (1851-1889), Zé da Prata (1871-1945), trovas sertanejas, mulheres repentistas, cordel e outros cantadores repentistas brasileiros, isto é, essa obra, além de se somar às publicações feitas pelo Plano Editorial do Estado, ainda serviria como a sistematização de fontes para futuros pesquisadores da temática.

Na década de 1970, vemos a busca de cordelistas e demais agentes culturais pelo regaste e difusão do cordel no Piauí, e vemos o cordel transitar em diversos espaços com o auxílio de professores e intelectuais literários, como medida para o seu reconhecimento como parte constitutiva da cultura piauiense.

De acordo com Brandão e Derigond (2020), no início dos anos de 1980 os agentes culturais ligados ao cordel passam a se organizar em sindicatos e outras associações que implicam, conseqüentemente, na sua atuação em territórios mais institucionalizados, agora movidos pelo reconhecimento do cordel como expressão cultural no campo literário, uma vez que, nesse período, os poetas têm mais consciência autoral dos seus escritos.

Outras revistas encontradas na APL datam exatamente desse período, quando há mais divulgação de livros de autores piauienses ou radicados no Piauí (Quadro 3).

Quadro 3 – Livros lançados e divulgados pela APL

ANO DE DIVULGAÇÃO OU PUBLICAÇÃO	LIVROS	AUTORES
1981	<i>Quadra, quadrado e quadrão</i> (publicação)	Jornalista Vanderley Pereira
1982	<i>Cordel, fé e viola</i> <i>Teresinando em Cordel</i>	Pe. Matusalém Sousa A. Tito Filho
1984	<i>A igreja e o povo na literatura de cordel</i>	Pe. Matuzalém Sousa
1985	<i>Lira sertaneja</i>	Hermínio Castelo Branco (organização e atualização ortográfica de A. Tito Filho)
1986	<i>Lira sertaneja</i> (divulgação)	Hermínio Castelo Branco
1988	<i>O Piauí no folclore</i> (publicação) <i>Nordeste</i> (publicação)	Pedro Silva Hermes Vieira
1989	<i>Pelo sertão</i> (publicação)	Hermes Vieira

Fonte: A autora

Dados: *Revista da APL*

A partir do Quadro 3, observamos que aparece o lançamento ou a divulgação de, no mínimo, um livro por ano na *Revista da APL*, voltados para a temática cordelista, e seus autores são poetas populares, professores e membros da própria APL, a exemplo de A. Tito Filho. Os poetas Hermes Vieira (1911-2000) e Matuzalém Sousa são os que aparecem com mais de um livro entre 1982 e 1989.

Hermes Viera teve dois livros publicados pela APL, por dois anos seguidos (1988 e 1989). Além de poeta, era cronista, romancista, indianista e folclorista. Foi reconhecido pelo dom de versejar por acadêmicos da APL e por folcloristas, como Câmara Cascudo, tendo sido comparado, na ocasião do lançamento das obras, com o poeta Herminio Castelo Branco, um dos grandes nomes da poesia popular do século XIX, no Piauí.

Manoel Matuzalém Sousa, no mesmo período de suas publicações, foi aluno do Curso de Filosofia da UFPI e seus trabalhos eram divulgados pela APL e pela *Revista Presença*, criada como instrumento de divulgação da cultura piauiense, e ficava a cargo do Conselho Estadual de Cultura do Piauí, uma das instituições que fazia parte do Plano Editorial do Estado, na década de 1970, com o mesmo objetivo de promover a imagem do Piauí.

Uma das obras editadas pela APL é *Lira sertaneja*, do poeta Herminio Castelo Branco (1851-1889), publicada, pela primeira vez, em 1881, com o título *Ecos do coração*. De acordo com informações constantes na revista, a obra foi reeditada e organizada por A. Tito Filho e foi uma das primeiras reeditadas pelo plano editorial de caráter literário. Segundo P. Ribeiro (1997),

a obra de Herminio é uma grande contribuição para a literatura de cordel no Piauí, desde o século XIX, quando o som da viola passava das fazendas ao litoral.

Arimathéa Tito Filho (1924-1992) presidiu a APL no período de 1971 a 1992, ou seja, no mesmo período em que as publicações e divulgações de obras consideradas populares povoavam a revista da academia. O intelectual foi poeta, historiador, cronista e professor de escolas estaduais e da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI). Tais atributos o levavam a participar de importantes tomadas de decisão no que se refere à revisão e à atualização das obras a serem editadas pelo plano editorial. Além disso, em 1982, ele publicou um folheto intitulado *Teresinando em cordel*, no qual homenageia a memória de Hermínio Castelo Branco e João Ferry, designados por ele poetas do povo. Dedica os versos a Hermes Vieira e ao Vereador, repentista e presidente da Associação de Violeiros e Poetas Populares do Piauí (Avipop), Pedro Mendes Ribeiro.

No jornal *O Dia*, Cavalcante (1982, p. 5) afirma que “[...] o autor de TERESINANDO EM CORDEL criou o presente trabalho em prolongamento do elogio da amada Teresina, expressado em 1973 [...]”. A obra referenciada é *Teresina meu amor* (1973), coletânea que caracteriza a capital do Piauí. Esta obra estava inserida no Plano Editorial do Estado, criado pelo governador Alberto Silva, com a finalidade de formar uma imagem do Piauí a partir de publicações de intelectuais piauienses vivos e mortos.

Faziam parte da comissão do Plano Editorial do Estado Raimundo Wall Ferraz (Presidente) e, selecionadas por Alberto Silva, entidades, como APL, Conselho Estadual de Cultura, Companhia Editora do Piauí, Assessoria do Palácio do Governo e Fundação Universidade Federal do Piauí, representada por Noé Mendes de Oliveira.

Para que o objetivo do plano fosse atingido, o governador contava com a população de intelectuais que se concentravam principalmente na APL e no Conselho Estadual de Cultura, como argumenta Moura (2015, p. 186):

[...] Tito filho já assumira, em 1970, o cargo de Secretário de Educação e Cultura, contribuindo assim para a promoção de edições de obras literárias, a exemplo da obra *Antologia de poetas piauienses*, de Felix Aires. No conselho de Cultura, Arimathéa Tito Filho ficou responsável por coordenar a seleção, a revisão e os comentários de obras literárias e históricas sobre o Estado do Piauí, a serem editadas e/ou reeditadas pelo Plano Nacional do Estado.

Dessa forma, percebe-se que essas publicações, reedições e divulgações eram, na verdade, uma política de Estado, que visava desenvolver a legitimação positiva da cultura piauiense no contexto nacional. Isto é, esses produtos culturais eram vigiados pelo Estado, tanto

no seu processo de produção como de divulgação; além disso, era necessário trazer um olhar otimista da população na construção desse novo estado. Nesse conjunto, é possível perceber que a APL teve um papel importante nas produções piauienses e na legitimação dessas políticas editoriais piauienses.

Diante desses fatos, e levando em consideração a comissão formada para a seleção das obras, principalmente no que se refere à APL, é importante dizer que essas instituições detinham o poder de reconhecer a legitimação ou não de uma produção literária, ou seja, elas definiam quais seriam os destaques e os valores culturais constitutivos da historiografia piauiense.

No processo de execução do Plano Editorial, houve conflitos entre a Secretaria de Cultura e a APL e o Conselho Estadual de Cultura, uma vez que Wilson de Andrade Brandão⁹ alegava que as duas últimas estavam favorecendo e personalizando obras histórico-literárias piauienses para publicação, além da lentidão quanto à difusão dos livros. Ou seja, a crítica não era ao Plano, mas às instituições responsáveis por operá-lo (Moura, 2015).

Partindo da constatação de que existiam obras de cunho cordelista publicadas ou divulgadas pelas instituições que faziam parte do Plano Editorial do Estado, mais especificamente pela APL e UFPI, podemos dizer que o cordel transitava por essas instâncias a partir de seus professores, como Noé Mendes de Oliveira, o discente Matuzalém de Sousa e A. Tito Filho que, junto a Felix Aires, eram intelectuais da APL e da AML. Ou seja, o que facilitava esse processo era exatamente uma rede de sociabilidade desenvolvida por membros de distintos espaços, mas que mantinham uma relação a partir de um grupo sólido com ideais comuns.

Assim, podemos novamente acessar a categoria trabalhada por Bourdieu (2010), que defende essa rede de relações designada de Capital Social. São trocas materiais ou simbólicas entre os membros do grupo e, para que essas relações se mantenham, é necessário que implique sentimentos de reconhecimento, amizade e direitos. Nesse sentido, o reconhecimento vinha a partir de convites à participação em eventos importantes da cidade, em cargos de secretarias e comissões, troféus e divulgação de obras literárias.

Foi a partir dessas relações que o *Festival de Violeiros*, um dos eventos que faz circular o cordel no Piauí, se manteve na década de 1970, a partir de mecenas e da solidariedade de amigos e intelectuais literários:

É como se fosse uma grande solidariedade. No início aqui das nossas atividades, os primeiros festivais, eles eram patrocinados, incentivados por

⁹ Professor e administrador da Secretaria de Cultura do Piauí.

peessoas, por particulares, né? Não tinha incentivo público não, certo? [...] Mecenas. Eles juntavam aí as colaborações deles e realizava o festival. Depois e já mais tarde... (pausa) depois da fundação da Casa aqui, em oitenta e cinco, foi que nós começamos a elaborar projetos para o Ministério da Cultura, para os órgãos da prefeitura, para o governo do estado. E começaram a aparecer os incentivos, né? Públicos (Mendes Sobrinho, 2022).

Na ocasião do *I Festival de Violeiros do Piauí*, a Associação de Poetas e Violeiros ainda não possuía prédio próprio, a futura Casa do Cantador só viria a ser inaugurada em 1985, em terreno doado pelo empresário João Claudino Fernandes. No intervalo entre o *Festival de Violeiros* e a construção da sede, foi o professor Cordão, membro da APL, que cedeu sua casa para hospedar os participantes do festival e para a realização do I Festival de Violeiros, segundo afirma P. Ribeiro (1995, p. 60): “[...] em 1970, quando iniciávamos a luta para resgatar o cordel e, sobretudo o repente, fomos encontrar nele um parceiro decidido que nos apoiou [...]. Desde essa época Cordão foi peça fundamental na batalha.”

Outra figura importante nesse processo foi Wall Ferraz, presidente da comissão que criou o Plano Editorial do Estado. Além de dar apoio material, incorporou o Festival às solenidades comemorativas do aniversário de Teresina. Criou a Lei n. 2.194, de 24 de março de 1993, Lei A. Tito Filho, que financiava projetos culturais para pessoa física ou jurídica que residisse no município de Teresina, e o Festival também foi beneficiado.

Na *Revista da APL*, de 1983, foi destaque a participação do acadêmico José Miguel de Matos (1923-2000) no *Festival de Violeiros* no Teatro de Arena, por ocasião da inauguração da estátua do poeta Domingos Fonseca (1913-1960). Como podemos perceber, não eram só obras de cunho cordeliano que estavam na APL, os seus membros também marcavam presença e muitas vezes pronunciavam discursos nos meios da literatura dita popular. Isto é, ter uma figura da crítica literária nesses eventos dava visibilidade e divulgação perante o Estado e suas instituições.

De acordo com Bourdieu (2010, p. 67), o “[...] volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital (econômico, cultural, simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado”. Isso significa que, para que houvesse uma troca entre os membros desse grande grupo que envolve professores, cordelistas, repentistas, intelectuais literários e políticos, não se pode contar exclusivamente com a rede de relações, é necessário o capital econômico, como ocorre no caso dos mecenas. Ainda segundo Bourdieu (2010), a participação nesses grupos assegura lucros proporcionados pelo pertencimento, ou seja, o capital social pode ser transformado em econômico ou cultural. Nessas relações ou rede de

relações, os indivíduos podem acumular ou reproduzir capital social dependendo do lugar que ocupa dentro desses espaços.

A literatura de cordel não ficou restrita apenas a feiras, festivais, universidades e academias de letras; ela participa de outras instituições educativas, a partir de projetos e discursos presentes em revistas e jornais, pontos que serão detalhados no próximo capítulo.

4 CORDEL NA ESCOLA: PROPOSTA DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PIAUIENSE

Nas décadas de 1970 a 1980, jornais, revistas, discursos de cordelistas e demais agentes culturais, tiveram a finalidade de sensibilizar e educar a nova geração para não só conhecer o cordel, como também para divulgá-lo como marca da expressão da cultura que constitui o povo piauiense e nordestino a partir do seu uso no cotidiano escolar.

Na nossa dissertação de mestrado, discutimos de maneira mais aprofundada e concreta as experiências do “Projeto Cordel nas Escolas” em duas fases, tanto na formação de professores quanto em um projeto apenas com alunos que desencadeou mais tarde uma coletânea de cordéis produzidos pelos próprios discentes¹⁰.

Nesse sentido, o *4.1 Cordel como estratégia de formação*, versa sobre o cordel nas escolas a partir do que estava sendo estampado nos jornais e revistas que circulavam no Piauí, muito embora utilizemos como exemplo outros estados do nordeste, dentro do nosso recorte temporal. Os discursos estão relacionados ao folclore, à cultura popular e aos aspectos que os constituem. Ainda nesse item, trazemos discussões sobre as ações que se davam no Piauí no contexto da Campanha Nacional do Folclore, e a formação de professores como instrumento de divulgação, proteção, perpetuação, além do conceito de memória como elemento da identidade defendido por Le Goff (2003) e como vivacidade identitária de um grupo segundo Halbwachs (1990).

No 4.2 “*O meu grande objetivo era levar o cordel para as escolas*”: um curso para formar professores, nosso foco está no Projeto Cordel nas Escolas, que tinha como público professores da prefeitura de Teresina-PI, idealizado pelo professor Pedro Mendes Ribeiro na década de 1990. Nossas discussões se basearam em relatos de memória, nos conceitos de capital social de Bourdieu (2010), e Intelectuais mediadores de Gomes e Hansen (2016).

4.1 CORDEL COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO

¹⁰ Para maiores informações ver a dissertação, SILVA, Amanda Ribeiro da. **Entre versos e violas: história e memória do Projeto Cordel nas Escolas (1990-2007)**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

A palavra “estratégia” refere-se ao conceito de Certeau (1998, v. 1), ou seja, é a competência que grupos com poder têm para materializar seus objetivos, a partir de ações racionalizadas. Nesse sentido, um conjunto de agentes, institucionalizados ou não, lança mão de estratégias e de investimentos para valorizar, apoiar e dar visibilidade a aspectos que considera importantes para a formação ou fabricação de uma dada realidade. Vemos os jornais das décadas de 1970 e 1980 povoarem suas páginas com matérias relacionadas ao folclore, à cultura popular e aos aspectos que os constituem. Aqui, interessa-nos a literatura de cordel e como esta foi operacionalizada, a partir da imprensa como um instrumento didático e formativo.

O primeiro registro que encontramos nesses moldes foi a matéria intitulada *O cordel vai para as escolas* (Imagem 20). Para compreender como matéria articulava esses universos, faz-se indispensável lançar nosso olhar sobre outros elementos importantes, como o fato de haver sido publicada no final de semana (sábado), quando, hipoteticamente, as pessoas tinham mais tempo para se debruçar sobre uma leitura mais extensa, principalmente as que estavam na sessão temática do *Caderno 2*¹¹. Logo abaixo do título da matéria, aparece o seguinte texto em destaque: “A literatura de cordel está influenciando, cada vez mais, a literatura erudita. Por isso, está sendo mais pesquisada. E agora ela pode entrar também nas salas de aula, onde há muitas cadeiras para recebê-la” (Cordel vai [...], 1973, p. 7). Existe uma condicionante, ou seja, a literatura de cordel vai para a escola porque influencia aquela literatura que é da escola. Nesse sentido, ela é bem-vinda, pois mantém uma relação harmoniosa naquele ambiente institucionalizado. A afirmação de que “[...] agora ela pode entrar também nas salas de aula [...]” sinaliza que, antes, ela não estava lá, pelo menos da forma como é apresentada agora, ou seja, de maneira oficial.

¹¹ As notícias dessa sessão são mais voltadas a agendas culturais, obras de arte e produções artísticas.

Imagem 20 – Matéria do jornal *O Dia* sobre cordel nas escolas (1973)

O DIA — Sábado
Terceira, 23 de Dezembro de 1971

caderno 2

CORDEL VAI PARA AS ESCOLAS

A literatura de cordel está influenciando, cada vez mais, a literatura erudita. Por isso, está sendo mais pesquisada. E agora ela pode entrar também nas salas de aula, onde há muitas cadeiras para recebê-la.

DELEGADO DE PARNARA
FAZ GUERRA AO JOGO

A literatura de cordel existe há muito tempo, mas é pouco conhecida, a não ser entre especialistas e pesquisadores. Alguns projetos estão sendo feitos, por conta própria, e com excelentes resultados. Algumas sobre seu significado e importância.

Os três fatores importantes para a literatura de cordel são:

- 1 - ela protege a memória dos trovadores, que o povo conhece ao estudar Literatura; 2 - ela influencia a literatura erudita; 3 - existem ligações bem nítidas entre esse tipo de literatura e a literatura erudita, como Antropologia, Sociologia, Comunicação.

A literatura de cordel pode ser usada a nível de ensino e de divulgação como Antropologia, Sociologia ou Comunicação.

AS ORIGENS

O nome cordel está ligado à origem desse tipo de comunicação literária: os folhetos eram montados em cordões (varais) para serem expostos e vendidos, principalmente por cegos, em feiras e festas religiosas. Seus poetas repetiam a tradição oral dos romances de cavalaria, narrativas de viagens, histórias de amor e de lutas.

Ela irradiou-se por toda a América espanhola, e chegou ao Nordeste, provavelmente, durante as lutas pela abolição da escravidão. Surgiu em poemas e os poetas sentiram a necessidade de colocar suas mensagens em folhetos para atingir o público maior. E assim foi feito, tornando-se sempre uma caracte-

ística, que é da inseparável literatura de cordel, sua vinculação ao cego, um fato potencial, uma característica, uma notícia qualquer publicada em jornais.

É comum confundir-se folclore e literatura popular. Na literatura popular, pode-se distinguir a linha folclórica de seus autores, e a popular, que se transmite pelo uso de meios técnicos, que não é anônima, segundo a explicação de Manuel Cavalcanti Proença.

Há também diferenças, por exemplo, entre cantador e glosador. Quem explica é Sebastião Nunes Batista:

— O cantador improvisa ao som de antologia. *Literatura Popular em Versos*, o primeiro tomo do catálogo, com 1.000 folhetos relacionados.

O FOLHETO

No começo, o folheto era de formato pequeno, com vinhetas na capa, sem ilustração. Depois, veio a xilogravura, característica do cordel.

Ele mede, geralmente, 16 x 12 cm e tem capa colorida. Sua tiragem — levando-se em conta a tiragem de qualquer livro no Brasil — é fabulosa: o folheto sobre a morte de Getúlio Vargas, por exemplo, vendeu 70.000 exemplares em 48 horas.

Segundo Sebastião Nunes Batista, Leandro Gomes de Barros manteve uma grande família, educou os filhos e viveu unicamente do verso.

Quando o poeta é importante, tem agentes nas principais feiras do Nordeste e passa a editor. Caso contrário, vende seus versos e recebe o pagamento em folhetos. O editor suprime o nome do autor, coloca o seu e passa a ser autor.

Leandro tinha em casa um prelo manual: quando acontecia um fato notável, escrevia, imprimia e vendia a obra. Calcula-se que tenha escrito 1.000 folhetos e eles já tiveram 10.000 reedições.

Em São Paulo, algumas tipografias contratam "poetas" e desenhistas e produzem, em grandes edições, "a mais autêntica literatura de cordel do Nordeste".

NAS ESCOLAS

Hoje existe uma grande bibliografia nacional e estrangeira sobre cordel, e muitos professores estão se interessando pelo tema.

Raymond Castel, professor da Sorbonne, deu um curso chamado "Literatura de Cordel: Canal de Comunicação", na Universidade de São Paulo. A Universidade Federal de Brasília promoveu uma semana de estudos sobre o assunto. Em São Paulo, o professor José Luís Silva introduziu o estudo da literatura de cordel nas faculdades de Letras e Comunicações.

Luis da Câmara Cascudo, em entrevista à revista *Veja*, disse:

— Agora a literatura de cordel e o folclore interessam aos professores, universitários, cineastas e poetas.

O professor José Luís Silva, defende a inclusão da literatura de cordel no currículo escolar:

— Dependendo do nível, poderá ser dada nas cadeiras de Litera-

tura Brasileira, Estudos Brasileiros, Antropologia, Cultura Religiosa ou Artes Plásticas.

da viola, cana, enquanto o glosador improvisa, mas apenas declamando, pois não canta nem toca viola. Os maiores não cantavam, como Leandro Gomes de Barros, que tinha uma voz horrível. A maioria tocava viola, uma viola diferente da de hoje. O cego Aderaldo tocava rabeca. O pandeiro era raro, embora fricção da Caingueira cantasse "rufando um pandeiro enfeitado de fitas".

A literatura de cordel começou a ser pesquisada a partir de 1957 pelo Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa, então dirigido por Thiers Martini Moreira, que compreendeu a sua importância lingüística e literária.

A coleção da Casa de Rui Barbosa tem, hoje, 2.500 folhetos e Thiers Martini Moreira, durante muito tempo, contou com a colaboração de especialistas e colecionadores da importância de Manuel Cavalcanti Proença, Orígenes Lessa, Manuel Diegues Júnior, Antônio Houaiss.

O Centro planejou três séries de obras: os catálogos (registro dos folhetos), as antologias (histórias e críticas) e os estudos (ensaios). Em 1961 foi publicado o primeiro tomo

*"Já tive muito prazer
Hoje só tenho agonia.
Não sinto o por que sou cego,
Eu sinto a falta de luz.
Quando mandei era viva
Eu sou um cego que vive"*

A sextilha sofre certas variações como a articulação de interjeições. É quando os versos se revestem de quitismo, "geneteira". O mourão é sobretudo desafio. Já o quadro tem oito versos de sete sílabas. De Lourival Batista, considerado atualmente um dos melhores cantadores do Nordeste:

*"O cantador repintista
Em todo ponto de vista
Precisa ser um artista
De féta imaginação.
Para dar copicho a obra
E ter nome em toda parte.
Honrando o grande estandarte
Das oito pés em quadro!"*

Há ainda os cantadores de emboaldia, de ganzá e de punho. A peje do cego Aderaldo com Zé Pretinho marcou época:

*"Negro de monturo
Melancólico raizado,
Cachimbo apagado,
Recanto de muro,
Negro sem futuro,
Perna de ração,
Boca de porão,
Bêgo de galo,
Vento de muralha,
Molhepe ladrão!"*

A glosa é resposta do poeta ao tema apresentado (moço). João Mar-

ins de Atayde, um clássico da literatura de cordel, recebeu o mote: "A saudade é companheira de quem não tem companhia". E o poeta foi buscar as saudades de Cristo:

*"Três dias de humanidade
Alguns dirão, mas não é
Diz a bíblia que eu
Jurei chorar de saudade,
Seu coração de bondade,
Da Virgem se despartiu,
Chorou o mundo Maria,
A sombra de uma criança
A saudade é companheira
De quem não tem companhia!"*

Há ainda o marido galateado, que favorece a rima e permite que o poeta desenvolvesse seus improvisos. Um exemplo, de Dina Batista: "Amor é tragédia do dilúvio", "Com temple tudo incêndio de Sodoma", "Fui ministro dos Céus, em Roma", "Penetrei nas criaturas do Venúvio".

Segundo Manuel Cavalcanti Proença, "a silaba não é uma unidade métrica na poesia popular. A unidade é o verso ou a estrofe". Quatro seriam os tipos de versos: os de cinco e sete sílabas (as duas redondilhas), o decassílabo (marte-lo) e o hendecassílabo. No cordel, verso é "pé" e estrofe é "verso". Versos de quatro pés são quadras. Quanto às estrofes, existem a quadra, a sextilha, a estrofe de sete versos, a oitava, a décima. Quanto à organização, na quadra há duas unidades, compostas, cada qual com dois versos, o primeiro ascendente, o outro descendente. Como em "Ra-bicho da Geraldina".

*"Tinha adiantado um pézinho
Na direita de um risinho
O cabelo pulso por cima
O risco passava por baixo!"*

INFLUÊNCIAS

O cordel tem influenciado muitos autores brasileiros contemporâneos. Essas influências podem ser observadas, com alguma facilidade, nas obras, por exemplo, de José Lima do Rego, José Américo de Almeida, José Góes, Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Dias Gomes, Ariano Suassuna, Antônio Callado, Hernilo Borba Filho, João Cabral de Melo Neto.

O mesmo fenômeno ocorre na música popular, onde o melhor exemplo pode ser tirado desse trecho de "Roda", de Gilberto

De acordo com T. Silva (2019), o centro do currículo é apontar qual conhecimento deve ser ensinado. Partindo dessa premissa, as teorias de currículo discutem, sob diversos olhares, natureza humana, aprendizagem, conhecimento, cultura e sociedade.

O currículo é sempre o resultado de uma seleção: de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. As teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que ‘esses conhecimentos’ e não ‘aqueles’, devem ser selecionados (SILVA, T., 2019, p. 15).

É possível compreender a intenção do texto que segue o título, pois evidencia que a literatura de cordel estava ocupando um lugar não marginal ou periférico, mas se comportava como fonte para a literatura dita erudita (escolar). Porém, sem o cruzamento com outras fontes, por exemplo, as fontes orais, não é possível afirmar o real lugar do cordel dentro do currículo escolar ou da escola, uma vez que nem tudo que está no documento oficial é realmente efetivado na prática.

Outros aspectos podem ser acrescentados, como o período em que o jornal foi publicado (1973), um momento de “crise”. De acordo com entrevista concedida à pesquisadora¹², Pedro Mendes Ribeiro, presidente da Casa do Cantador e idealizador do *Festival de Violeiros*, realizou, em 1971, o *I Festival de Violeiros*, em Teresina, Piauí. Na ocasião, ele enfatizou que foi o primeiro do Norte e Nordeste, acentuando um movimento de revitalização do cordel não só no estado, mas também na região. Essa matéria desempenha, portanto, um reforço nesse processo de “ressurgimento”, uma vez que a escola é a responsável por organizar conhecimentos considerados importantes para a sociedade. Na década de 1990, o mesmo idealizador do festival criou um projeto que trabalharia o cordel na instituição de ensino, a partir da formação de professores.

A matéria evidencia a relação do cordel com as matérias dinâmicas, ou seja, estabelece que ele difere da literatura clássica abordada nas salas de aula. Desse modo, parece afirmar que a associação às áreas do conhecimento, como Antropologia, Sociologia e Comunicação, remete a uma presença mais nítida dentro da literatura popular, oportunizando aos alunos um olhar sobre a própria formação do homem como um ser que transforma, portanto, um ser que impede o desaparecimento das manifestações culturais, se olharmos por um viés folclorista. De modo geral, a literatura representa e ressignifica a realidade que antes não estava presente na

¹² Entrevista concedida para pesquisa realizada durante o Curso de Mestrado em Educação (Silva, A., 2016).

rotina escolar: a desconstrução da ideia de um único tipo de literatura a ser valorizada pelas futuras gerações.

Muito embora a intenção fosse estabelecer uma formação da identidade piauiense, como propôs a partir dos moldes da Campanha do Folclore, o Plano Editorial do Estado e a *Revista Presença* do Conselho Estadual de Cultura, o folheto passa a se manifestar em um ambiente escolar de modo contrário ao que pregavam esses movimentos político-culturais. Pelo olhar e pelo interesse dos cordelistas, a inserção do cordel na escola suscita a possibilidade de educar a nova geração para expandir e proteger a literatura cordeliana do seu desaparecimento.

Há outros atributos explorados na matéria, como as características do folheto popular, quanto ao tamanho, às artes de capas, aos poetas, aos locais de venda, produção, circulação e tipografias, deixando ao leitor uma visão mais ampla sobre como se apresenta o cordel.

Como já mencionado na introdução desta tese, a *Revista Presença* tinha por finalidade preservar o patrimônio cultural do Piauí e divulgá-lo de maneira permanente. Os artigos que compunham a revista tratavam de assuntos que iam desde literatura, história e educação até entrevistas com os nomes que faziam a cultura piauiense se desenvolver, a exemplo de intelectuais e poetas populares.

No número 4 da *Revista Presença*, em 1975, encontramos um artigo escrito por Noé Mendes de Oliveira (1975) intitulado *O folclore na escola*, que versa sobre a contribuição do folclore para o processo didático na sala de aula:

O FOLCLORE traduzindo a alma afetiva e cultural do povo, traz em si larga contribuição quando utilizado como processo didático nos vários setores do currículo escolar. Sua devida aplicação nas atividades de classe amplia e enriquece a aprendizagem fazendo com que o educando compreenda o homem e a comunidade a que pertence proporcionando-lhe maior integração na sua vida espiritual. Cabe aos professores saber selecionar as várias manifestações da cultura popular que possam favorecer e auxiliar seu trabalho. Essas manifestações devem ser adaptadas às diversas disciplinas, tanto como centro de interesse ou como complementação dos trabalhos realizados (Oliveira, 1975, p. 47).

Ao analisar o trecho retirado do artigo de Noé Mendes, é possível perceber que o autor utiliza os termos cultura popular e folclore como sinônimos, mas não são. Outro ponto é que ele afirma que, a partir do folclore, o aluno compreende a comunidade à qual pertence. O terceiro e último ponto é endereçado de forma direta aos professores, deixando claro que os docentes devem selecionar as manifestações e aplicá-las no seu fazer pedagógico.

Como folclorista, Oliveira (1975) defende que as tradições culturais regionais legitimam a cultura à qual os alunos pertencem, ou seja, a cultura nordestina e, especificamente, a piauiense. Ao longo do artigo, ele cita diversos aspectos que constituem o folclore, entre eles, o estudo da literatura brasileira e a influência que esta recebe da literatura de cordel.

Albuquerque Júnior (2011, p. 130), argumenta que os autores da literatura regionalista recorreram a fontes populares, uma vez que “[...] é uma literatura que obedece a normas bem definidas, a um protótipo fabular que pode ser recoberto e ‘deformado’ por enxertos e acréscimos individuais.” O autor refere-se à visão tradicionalista que os autores da literatura, como José Lins do Rêgo e Rachel de Queiroz, utilizavam para recriar vida e história nos seus romances.

Oliveira (1975, p. 48) também cita como exemplo a figura de Ariano Suassuna e o seu papel na imortalidade do folheto popular, mas chama a atenção para o período de decadência em que o cordel estava vivenciando:

[...] a literatura de cordel do Nordeste está, infelizmente, em franca decadência. Hoje, ela constitui uma fonte de pesquisa por parte de estudiosos, sobretudo para americanos e europeus. Várias teses de doutoramento da Sorbone versam sobre esta literatura tão rica de conteúdo social, de originalidade e de arcaísmos.

Para melhor explicar as afirmativas feitas por Oliveira (1975), utilizamos o argumento de Certeau, Julia e Revel (1989), que afirmam que essa literatura agora abarca letrados e amadores que tentam de alguma forma preservar as ruínas, consagrando-a como objeto de estudos. Ressaltam que o procedimento científico não é neutro, é balizado por finalidades que dependem de uma organização política. Nessa perspectiva, os princípios fundamentais e as diretrizes que orientavam as atividades do Folclore brasileiro foram definidas no *I Congresso Brasileiro de Folclore*, no ano de 1951, e um dos tópicos defendidos foi a criação de um Museu Folclórico em cada estado. Essa instituição seria composta por peças e fotografias, entre outras materiais considerados constitutivos desse acervo.

Partindo desse pressuposto, o autor do artigo *Folclore na escola* finaliza seu texto, trazendo sugestões práticas para operacionalizar a temática folclórica na escola e argumenta: “[...] torna-se importante que a escola ou o colégio tenha seu pequeno museu de artes e técnicas populares ou simplesmente seu ‘Museu do FOLCLORE’” (Oliveira, 1975, p. 49). E ele continua, identificando quais objetos podem fazer parte desse acervo e, entre eles, os folhetos de cordel. O texto é finalizado com a afirmação de que estes objetos são documentos autênticos da maneira de pensar e agir espontâneos da população piauiense.

Como podemos observar, o cordel, nesse contexto, ganha uma nova roupagem, diferente daquela dos seus produtores, isto é, o folheto visto de uma perspectiva folclórica passa a ter um novo sentido e novos usos. Ele não aparece como um verso que serviu de entretenimento e informação para seus leitores e ouvintes, mas para incorporar um elemento da cultura regional, sobretudo um objeto que deve ser protegido do desaparecimento. E a escola, nesse sentido, seria a guardiã desse conjunto de práticas político-culturais.

Cabe refletir que essas ações não se davam apenas no Piauí, tratando-se de movimento nacional com vistas a “[...] desenvolver o estudo e as pesquisas em relação ao folclore nacional; incentivar sua preservação e introduzir o folclore no ensino escolar com vistas a garantir a sua preservação através das futuras gerações” (Melo, R., 2019, p. 251). Nesse sentido, é importante lembrar que Noé Mendes Oliveira foi o secretário geral da Comissão Piauiense de Folclore, ou seja, no mesmo ano da publicação do artigo na *Revista Presença*. Dessa forma, essa matéria evidencia que o secretário estava cumprindo com uma das finalidades primordiais da Comissão Nacional e Piauiense, isto é, defender e divulgar o Folclore.

As ações da campanha também visavam à formação de professores como instrumento de divulgação, proteção e perpetuação. É importante deixar claro ao leitor que nossa finalidade em relação a esse movimento é o cordel e tudo o que envolve o seu processo de didatização. Foi nesse contexto que encontramos documentos que estão disponíveis no acervo da *Memória da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro*¹³.

A preocupação em ensinar aos professores sobre a temática culminou, em 1936, no Congresso Internacional de Folclore, em Paris. Segundo a professora M. Ribeiro (1976, p. 4),

[...] o assunto já havia sido tratado isoladamente e comentários esparsos encontramos em algumas obras folclóricas. Pelas suas conotações com várias ciências e disciplinas, a Antropologia, a Psicologia, a História, as Ciências Sociais, o Folclore foi visto como um fator da mais intensa penetração no campo do ensino.

Dentre os documentos disponíveis, deparamo-nos com um noticiário sobre um curso de folclore do Piauí que tinha como público-alvo professores (Fotografia 22). Esse curso foi ministrado pela professora Maria de Lourdes Borges Ribeiro que também foi autora de diversos

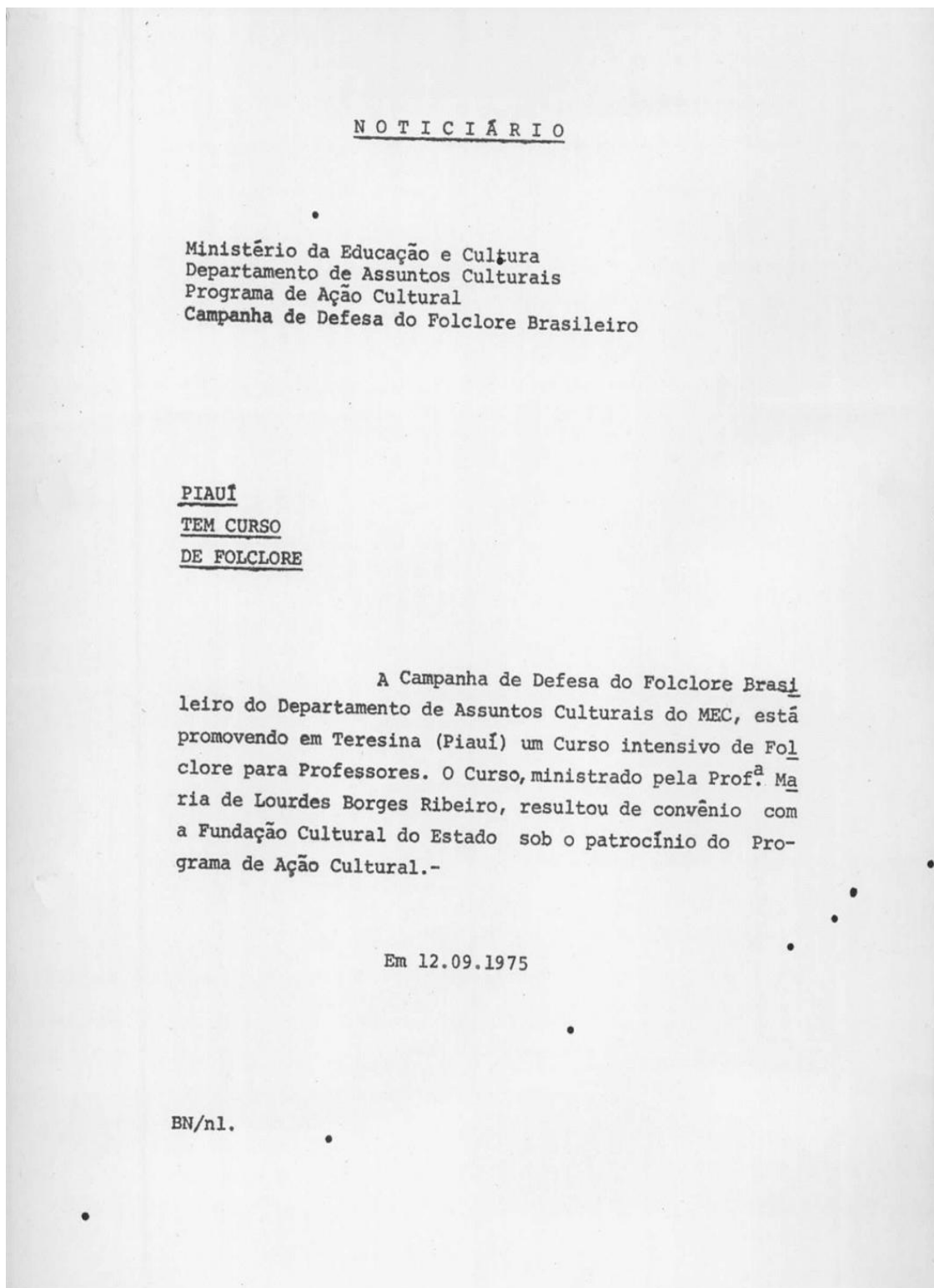
¹³Disponível em:

<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=memoriadefesafolclore&PagFis=3648&Pesq=%22piauí%20ad%22&id=2530902341359>

livros voltadas à temática folclórica e a relação desta com a educação. De acordo com a ministrante, era necessário preparar esse profissional para valorizar as formas populares.

O curso resultou de convênio com o Estado, isto é, fazia parte das ações políticas culturais que já tratamos aqui. É necessário ressaltar que a Comissão de Folclore Piauiense só foi criada em 1975, e o curso foi noticiado meses antes da primeira reunião do grupo (Imagem 21).

Imagem 21 – Noticiário sobre curso de folclore para professores no Piauí (1975)



Fonte: Memória da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro

É possível dizer que o curso pode ter visado à formação dessa comissão com as mesmas finalidades da campanha nacional. Levando em consideração que os cursos vinham de nível nacional para local, ele tinha os mesmos moldes dos cursos ministrados no Rio de Janeiro

e que abrangeram teoria do folclore, literatura oral, medicina popular, danças, música, arte, artesanato, pesquisa e documentação nesse campo. A ideia era que, no contexto escolar, o folclore se transformasse em campo de conhecimentos. Entra na escola não só como alusão a uma data comemorativa, mas como resultado de estudos ocorridos, principalmente, na década de 1950, quando viveu sua fase áurea com instalação da Campanha Nacional.

Considerar essas questões sobre a formação da identidade piauiense, a partir da construção de museus, acervos e meios de comunicação, como revistas e jornais, leva-nos a outro ponto, a memória. Ao longo do que a campanha trouxe e os outros aspectos político-culturais do estado, é possível dizer que o objetivo é resgatar uma memória ou, pelo menos, construí-la para ser um instrumento de consolidação dessa identidade. “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia [...]” (Le Goff, 2003 p. 476), ou seja, a partir dessa colocação é possível pensar a memória também como um objeto de poder.

No que diz respeito ao item *Sugestões Práticas*, escrito por Oliveira (1975, p. 49), ele recomenda a constituição de um museu na escola, afirmando que “[...] não deverá ser jamais uma coleção sem vida, mas um órgão dinâmico, que esparge cultura e que se transforma num contínuo estímulo e fonte de motivação psicológica e estética”.

A memória passa a ser um instrumento de poder a partir do momento em que se elabora uma memória coletiva na qual se constroem e organizam conhecimentos que devem ser passados de geração a geração. Esses instrumentos são escolhidos, ensinados e aprendidos nas escolas e são classificados conforme a identidade que se deseja formar, leva-se em consideração a recordação e tradição a partir das manifestações culturais, entre elas a que nos interessa, o cordel, como lugar de memória.

A própria linguagem utilizada pelo cordel, numa perspectiva folclórica, remete a essa identidade do “povo” nordestino. Os seus versos trazem essa possibilidade de rememorar e manter vivo alguns aspectos do passado, os seus discursos agregam dizibilidades que manifestam e instituem a imagem dessa região. No texto de Oliveira (1975, p. 48), é ressaltada a importância dos aspectos culturais folclóricos para contribuir com os objetivos educacionais:

Enfim, em qualquer área do conhecimento, a utilização do FOLCLORE será sempre positiva: reforça os laços grupais, contribui para uma maior compreensão de nossas peculiaridades nacionais, conscientiza para uma atitude de respeito à cultura do povo, dignificando-a, protegendo-a com o patrimônio da comunidade nacional que pertencemos.

A memória, além de ser guardiã de muitas histórias, também é responsável pela vivacidade identitária de um grupo, uma vez que, “[...] à medida que os acontecimentos se distanciam, temos o hábito de lembrá-los sob forma de conjunto [...]” (Halbwachs, 1990, p. 72). A memória é materializada na linguagem, e, portanto, a linguagem é uma marca de identificação para aqueles que a ouvem; é, além disso, fonte de conhecimento, referência, sentimento e representação. Assim, para entender o lugar da linguagem, é preciso entender a sua principal função, a comunicação, muito embora outras possibilidades sejam a ela direcionadas. Logo, cantar, ler, declamar, atividades mais comuns entre repentistas e cordelistas, requerem um elemento específico, a articulação entre o poeta e o seu público.

Esse aspecto da linguagem e audição dos folhetos de cordel é expresso na pesquisa feita por Galvão (2002, p. 130), que desenvolveu um estudo sobre leitores e ouvintes de folhetos nos anos de 1930 e 1950, e constatou, a partir de entrevistas feitas, que

[...] o interesse na leitura e na audição dos folhetos residia não exatamente na expectativa de resolução dos conflitos apresentados pelo autor, no desvelamento do enredo/história em si ou na notícia e em seu desfecho, mas na possibilidade de rememoração e na contínua apropriação de conceitos, práticas, ideias gerais e universais, não referidos a um contexto imediato, presentes nas histórias. Os entrevistados voltam, assim, aos mesmos folhetos, mesmo quando eles são noticiosos. A atualidade da notícia parece não ser uma categoria importante: os poemas não são considerados descartáveis, na medida em que, de alguma forma, reiteram valores e atingem a sensibilidade do público leitor.

Como podemos perceber, a partir dos estudos de Galvão (2002), o cordel desempenha um papel de rememoração, e também de veículo de ideias e práticas que vão sendo apropriadas pelos seus leitores. Tendo em vista tal afirmação, é possível dizer que tanto os folhetos quanto outros meios de comunicação se constituem como importantes agentes de divulgação e consolidação de uma certa identidade.

Nesse sentido, divulgar numa revista como a *Presença*, que era distribuída gratuitamente em bibliotecas, universidades e escolas públicas, viabilizam-se e produzem-se conteúdos que desenvolviam uma referência para a formação dessa identidade cultural piauiense. Para além disso, “[...] durante algum tempo essa revista foi um importante veículo de propaganda e de difusão dos feitos do governo. Os livros publicados eram prefaciados pelo governador, e seguiam a mesma lógica de publicidade” (Brandão, L., 2013, p.11).

Esse processo de divulgação e defesa de uma determinada cultura, ou construção de elementos capazes de identificá-la, também se fez presente em outros Estados, antes do Piauí.

Um exemplo é o artigo publicado no jornal sobre o Instituto de Educação de Pernambuco que foi contemplado com curso de folclore para docentes (Imagem 22).

Imagem 22 – Anúncio de Curso de Folclore e Comunicação ministrado no Instituto de Educação de Pernambuco (1971)

• FOLCLORE — Sob o patrocínio do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação e por solicitação das concluintes do Instituto de Educação de Pernambuco, será realizado, no auditório daquela instituição, de 8 a 12 de novembro, um Curso de Folclore e Comunicação ministrado pelo antropólogo Valdemar Valente. O programa vai transmitir às concluintes do IEP os conhecimentos básicos do Folclore, hoje considerado importante meio de comunicação social, tanto que recentemente o ministro Jarbas Passarinho recomendou a sua inclusão nos programas oficiais de Nível Médio. É o seguinte o roteiro do Curso: 1. Gestos populares: uma linguagem talvez mais comunicativa que a popular; 2. Legendas de parachoques de caminhões como fator de comunicação; 3. Literatura de cordel: ciência, arte e filosofia a serviço do povo; 4. Arte Plástica inspirada em motivos populares como meio de transmissão do ânimo folclórico; 5. Linguagem popular: necessário meio de comunicação entre médicos e povo do interior.

Fonte: Folclore (1971, p. 6)

Em Pernambuco, o curso foi solicitado pelas concluintes do Instituto de Educação e tinha como temática folclore e comunicação. Observamos que o texto trazido pelo jornal se refere a um curso de formação de professoras primárias que propõe oferecer noções básicas sobre folclore e comunicação, ou seja, esse curso daria subsídios a futuras docentes para trabalhar a temática com seus alunos.

O ministrante do curso é Valdemar Valente, médico, professor e pesquisador, mas foi na Antropologia que iniciou seus estudos sobre o folclore nordestino, sendo, mais tarde,

presidente da Comissão Pernambucana de Folclore (Andrade, 2004). Nesta notícia, há, ainda, a informação de que Jarbas Passarinho, Ministro da Educação e da Cultura, à época, recomenda a inclusão do folclore como importante veículo de comunicação nos programas oficiais de nível médio. Essa informação suscita a relação existente entre o movimento folclórico e o poder público que o utiliza como aparelho do Estado para influenciar e preservar os valores vigentes na época. Ao que nos interessa, um dos aspectos do curso a ser ministrado é a literatura de cordel: ciência, arte e filosofia a serviço do povo. Esse último, o povo, parece ocupar um lugar passivo diante daquilo que vê e pensa. Porém, no dinamismo desse recurso educacional e literário, a Funarte promoveu um curso de folclore para docentes (Imagem 23).

Imagem 23 – Matéria sobre curso de folclore para docentes, promovido pela Funarte (Natal-RN) (1981)



Fonte: Funarte [...] (1981, p. 4)

Um curso sobre os aspectos do folclore brasileiro destinado a professores de Educação Artística é tema da notícia veiculada no *Diário de Natal* (Imagem 24). Conscientizar os docentes na condução de atividades folclóricas dos grupos locais é a finalidade da Coordenação de Atividades Artísticas e Culturais da Rede Estadual do Rio Grande do Norte.

A disciplina de Educação Artística tornou-se obrigatória, a partir da Lei Federal n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, que determinava, em seu artigo 7º: “[...] será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus” (Brasil, 1971, art. 7º). Na década de 1970, quando foi criada, o Brasil vivenciava um contexto ditatorial e, nesse sentido, a lei tinha como base uma visão mais técnica de ensino e não de despertar no aluno as habilidades artísticas de fato, mas uma atividade que fosse consoante os ideais do período.

Vale ressaltar que, dentre tantas disciplinas do currículo, os professores de Artes ficaram encarregados de conduzir as atividades de grupos folclóricos locais, muito embora a Funarte tenha admitido docentes de outras disciplinas como ouvintes. Uma das reivindicações dos organizadores do curso diz respeito ao desconhecimento do real sentido do folclore. É destacado, na fala da Coordenadora das Atividades Artísticas, que “[...] os educadores montam coreografias de forma mecânica e denominam de folclore” (Funarte [...], 1981, p. 4). Nesse contexto, é possível afirmar que os idealizadores do curso identificaram que o folclore não estava sendo representado de forma consciente e, sim, como um emaranhado de coreografias sem nenhuma ligação com o real papel que desempenham no desenvolvimento identitário e cultural dos discentes e docentes, como consta nos documentos e a partir do olhar dos folcloristas. Apresentar coreografias e literatura de cordel, como é o caso apresentado pelo jornal, requer saberes sociais, culturais, artísticos, e sobretudo folclóricos. Portanto, é possível dizer que o folclore é uma construção histórica e política condizente com o contexto da época em que funcionavam como um instrumento de construção de uma identidade regional.

Voltando ao Piauí, e ao papel do cordel com um instrumento didático e formativo, a educação ambiental também ganhou sua versão em cordel de autoria do poeta piauiense João José Piripiri, que inicia seu manifesto com um convite à população piauiense para o reconhecimento da importância da preservação da Natureza (Imagem 24).

Imagem 24 – 1º Manifesto Ecológico do Piauí (1980)

1º MANIFESTO ECOLÓGICO DO PIAUÍ

* Ao povo do Piauí
pedimos toda atenção
para o nosso MANIFESTO
que não é provocação;
É um convite sensato
à toda população.

Precisamos preservar
o que a natureza criou:
pedra, planta, peixe, pássaro,
flora, fauna, fruto, flor...
cada coisa em seu lugar;
como quis o Criador.

Tudo o que há sobre a terra
tem sua razão de ser:
do inseto ao paquiderme,
todos merecem viver:
preservar o que é vivo
constitui nosso dever.

Temos que reaprender
a descobrir a beleza
existente em cada coisa
que não contém impureza
e ensinar nossos filhos
a amar a natureza.

Na pressa de construir,
consumir, modificar,
refazer e desfazer,
corromper e deformar,
o homem devasta tudo
sem tempo para pensar.

Transforma campo em deserto,
transforma o mar em sujeira,
transforma rio em esgoto,
transforma o ar em poeira;
transforma a face da terra:
o homem só faz besteira.

Aqui mesmo em Teresina,
nossa pobre capital,
onde só existe "progresso"
em discurso oficial,
cada centímetro de asfalto
come um metro de quintal.

O verde de Teresina
em cinza se transformou:
é a "cidade menina"
se despindo sem pudor;
é o "progresso" chegando
pela mão do corretor.

A antiga Rua da Glória,
provinciana e faceira,
ganhou um metro de asfalto,
ficou sem amendoeira;
mudou de cara e de nome:
virou Lizandro Nogueira.

João José Piripiri






* Quanto ao Rio Parnaíba,
que margeia a capital,
já não inspira os poetas:
corre lento, cheira mal;
ganhou mais um afluente:
o esgoto do hospital.

E para matar, de vez,
este rio agonizante
governo e tecnocratas
têm um projeto "brilhante":
instalar sobre o rio
uma usina flutuante.

Da casca do babaçu
pretendem fazer carvão:
energia mais barata,
mais progresso pra nação;
mais resíduos sobre o rio:
sujeira e poluição.

No sertão do Piauí
a coisa está bem ruim:
onde existia floresta,
hoje é roça de capim;
amanhã é capoeira,
onde só vive cupim.

Estão fazendo gamela
de tronco de piquizeiro
pra enfeitar residência
de gente que tem dinheiro,
estão tirando do pobre
seu sustento derradeiro.

Quando a fome está feroz
no sertão do Piauí
o povo sem ter recurso
pra não furtar ou pedir,
só tem uma solução:
comer farinha e piqui.

Pois saibam, piauienses,
(não podemos nos calar)
em meio a tanta miséria,
a coisa vai piorar:
nas matas do Piauí
o piqui vai-se acabar.

* Estão destruindo tudo,
matando paca, tatu,
veado, onça, raposa,
preá, mocó, catitu;
bicho de pena só escapam:
espanador e urubu.

Portanto, leitor amigo,
faça também seu protesto;
as gerações do futuro
agradecerão seu gesto;
lute pela natureza:
assine este MANIFESTO

13

Ao longo dos versos, o autor aponta os diversos problemas causados pelo mau uso dos recursos naturais, fazendo com que o leitor reflita sobre o tema a partir de um texto com lições e informações. Como o próprio título já adianta, o texto traz uma declaração pública com a finalidade de denunciar o que estava acontecendo com os principais representantes da fauna e da flora piauienses, dando indícios também do progresso urbano, que, como consequência, afeta diretamente o meio ambiente. E, para chegar ao objetivo final, o cordel é utilizado mais uma vez como forma de educação; nesse caso específico, para atingir o maior número de assinaturas em apoio ao manifesto.

João José Piripiri foi pseudônimo utilizado por Cineas Santos, em meados de 1970, para escrever alguns cordéis. Em suas palavras, afirma: “[...] quando iniciei minha atividade profissional, no início da década de 70, duas coisas me incomodavam muito: a inexistência do ensino de literatura piauiense nas escolas e o desprezo, quase absoluto, pela questão ecológica”. (Santos, C., 2014, p. 126). Nessa perspectiva, na década de 1980, o *I Manifesto Ecológico do Piauí* foi lançado na Praça Pedro II, em Teresina, e, segundo seu próprio autor, foram reunidos professores, alunos, poetas, músicos e pessoas do povo. De acordo com C. Santos (2014, p. 127), “[...] não pretendia nem pretende ‘salvar o Planeta’. Com um pouco de sorte, poderá ajudar a salvar meia dúzia de mangueiras dos quintais de Teresina. Pode parecer pouco, mas, para um cidadão com o meu perfil, é o bastante. ‘Estrada longa, passos curtos’. Nada além”.

A *Revista Presença* circulou em 1974 e 1975, com publicações voltadas para propaganda do Governo, voltando a ser publicada em 1982. Nessa edição, Cineas Santos aparece como um dos membros do Conselho Editorial. A década de 1980 foi um período de abertura política, o que pode ter possibilitado a sua participação na revista, através de escritos e outras formas de expressão literária.

A formação docente não ficou a cargo apenas de folcloristas e do Estado, sendo também instrumento para cordelistas nos anos de 1990, que lançam mão desse recurso para a reinserção do cordel no ambiente escolar de Teresina.

4.2 “O MEU GRANDE OBJETIVO ERA LEVAR O CORDEL PARA AS ESCOLAS”: UM CURSO PARA FORMAR PROFESSORES

No que tange ao processo de compreensão da inserção do cordel nas escolas em Teresina, faz-se necessário destacar que os relatos de memória que fazem parte deste tópico são entrevistas feitas no ano de 2015, quando fizemos a pesquisa do Curso de Mestrado. A utilização

dessas interlocuções deve-se ao fato de que muitas questões ainda não tinham sido exploradas e agora se fazem necessárias para que percebamos as ideias e os discursos elaborados pelos participantes diretos do *Projeto Cordel nas Escolas*, em sua primeira fase, na década de 1990, que tinha como foco a formação de docentes para o desenvolvimento do cordel nas instituições de ensino. O presidente da Casa do Cantador e idealizador da primeira fase desse projeto detalha como ocorreu o processo:

Em 1975, era prefeito de Teresina Wall Ferraz, muito meu amigo, tínhamos sido colegas no Liceu Piauiense, então ele me convida ao gabinete da prefeitura e me pede permissão para incorporar o *Festival de Violeiros* às solenidades comemorativas do aniversário de Teresina.

Mas, um detalhe interessante sobre isso é que, em 1979, era secretário de comunicação da prefeitura o Zózimo Tavares Mendes, muito meu amigo. A gente conversando, e ele me perguntava da importância desse trabalho, da importância do cordel na literatura piauiense. Aí nós estivemos fazendo alguns comentários e falamos mais disso para ele, naquela época, que o meu grande objetivo era levar o cordel para as escolas. E ele disse: — Você então tem o meu apoio, vamos conversar com o prefeito. Aí, conversamos com o prefeito (não me lembro agora quem era o secretário de educação), em 1990, né? Então colocamos o cordel... Demos o curso para professoras da prefeitura de Teresina sobre o cordel, fizemos várias oficinas, mostrando como é que se faz estrofe... (Ribeiro, P., 2015)

Eu era secretário de comunicação e fui secretário de comunicação em três gestões: do professor Wall Ferraz, 2 anos; do prefeito Francisco Gerardo, dois anos e pouco; e do prefeito Firmino Filho. Então, não me lembro direito como foi. E o professor Zé Reis foi secretário de educação. Foi uma parceria que nós fizemos em articulação com a Casa do Cantador, através do professor Pedro Mendes Ribeiro. Então eu fiz a articulação, o professor Zé Reis, que era secretário de educação, encampou a ideia e o projeto foi implantado. Então, minha parte foi só essa de fazer a articulação e organizar, e a Secretaria de Educação foi que executou em parceria com a Casa do Cantador (Zózimo Tavares, 2015).

Ao analisar os relatos, é possível afirmar que, assim como aconteceu com o Plano Editorial do Estado, APL e outras instituições que já discutimos aqui, foi necessária a construção de um capital social. Vejamos. Pedro Mendes Ribeiro, no período aqui retratado, foi professor da UFPI e convidado pelo prefeito da cidade, que foi seu colega de escola, e, juntamente com o secretário de comunicação, com quem também mantinha uma relação de amizade, conseguiu inserir o projeto no âmbito educacional, ou seja, foi uma rede durável de contatos e o pertencimento ao grupo que possibilitaram a viabilidade e a visibilidade do movimento cordelista na instituição escolar.

Dentro dessa lógica do capital social defendida por Bourdieu (2010), surge a primeira fase do projeto nas escolas, a partir de um curso de formação de professores, organizado em

oficinas divididas em etapas, que contemplava a história do cordel e a construção de estrofes e rimas. Assim, para que o cordel circulasse dentro do ambiente educacional, foi necessário convocar os docentes para que essas ideias fossem consolidadas, produzidas e sistematizadas, com a finalidade de serem repassadas para os alunos, de forma que eles se apropriassem desse elemento cultural e literário.

É sabido que a escola é o espaço onde encontramos a sistematização e divulgação de conhecimentos para que as gerações que estão por vir possam utilizá-lo como referência. Dessa forma, ela se torna um local propício para que cordelistas atinjam seu objetivo, que era manter viva essa tradição. Ao fazer circular e desenvolver estratégias para criar e possuir saberes, esses indivíduos se envolvem em causas diversas, aqui, a educação formal ou não.

Nesse sentido, os cordelistas e os demais indivíduos envolvidos nesse processo estão atuando como intelectuais mediadores dessa cultura no âmbito escolar e nos demais espaços sociais, como na cidade, em sindicatos e associações, entre outras instituições. O conceito de intelectuais mediadores defendido por Gomes e Hansen (2016, p.22) advoga que:

[...] um mesmo intelectual pode ser ‘criador’ e ‘mediador’; pode ser só ‘criador’ ou só ‘mediador’; ou pode ser ‘mediador’ em mais de um tipo de atividade de mediação cultural, sendo seu valor conferido pelo reconhecimento de seu trabalho, quer pelo público, quer pelo próprio campo intelectual com o qual dialoga.

A partir da citação, compreendemos que os cordelistas estão inseridos dentro desse contexto ora como mediadores, ora como criadores e, em outro momento, executando as duas funções ao mesmo tempo. Dentro dessa dinâmica, é importante destacar que não há sujeitos passivos nesse processo, uma vez que, ao receber esses conhecimentos, os receptores o reelaboram a partir daquilo que já vivenciaram.

Outro ponto que exige nossa atenção diz respeito ao seguinte relato: “Para que se tenha uma ideia da importância do cordel, aqui, nós tivemos a oportunidade de mudar um pouco o conceito que muitas pessoas têm sobre cordel, de pensar que o cordel é coisa de analfabeto” (Ribeiro, P., 2015). A questão de ser um mediador intelectual dentro do espaço da escola oportuniza a mudança de algumas representações que são atribuídas a determinados aspectos culturais, trazendo-lhe outro sentido que pode ser ou não apropriado pelo público receptor.

Sobre esse aspecto, o dossiê organizado pelo Iphan (2018) afirma que essa visão estereotipada dos poetas cordelistas é herança ainda do século XX, quando cordel não fazia parte de uma cultura letrada e nem era reconhecido como uma arte. A representação social que se tinha desses poetas era de indivíduos que não tinham uma ocupação e perambulavam

de um lugar para outro, cuja arte só interessava a pessoas analfabetas. Dessa forma, a entrada na escola suscita a quebra desse padrão representativo, dando lugar a um novo conceito a ser desenvolvido.

Gomes e Hansen (2016) destacam, ainda, que não se pode reduzir o papel do intelectual mediador ao mero transmissor de conhecimento, pois ele não se restringe apenas a simplificar informações ou didatizar. Nesse contexto, o papel dos cordelistas na escola era de proteger e divulgar uma manifestação cultural para que o público escolar tivesse acesso a esse produto também cultural e, para além disso, pudesse conhecê-lo e resguardá-lo contra o desaparecimento, tão anunciado e eminente no período de 1970 a 1980.

Na década de 1990, o cordel foi operacionalizado no tripé rima, métrica e oração para que sua poesia fosse mais acessível. Além disso, pode ser interpretado como uma forma de aproximá-la da literatura tida como oficial, na tentativa de tornar esse tipo de poética algo mais intelectualizado (Brandão; Derigond, 2020). Quando o cordel se intelectualiza, nesse período, tem mais chances de ser aceito pela escola em sua forma material e literária, uma vez que a escola é ambiente de sistematização de estudos.

Não podemos esquecer que as configurações em que esse projeto foi inserido na escola e os agentes que possibilitaram essa inserção faz dele um elemento para a formação da identidade piauiense, uma vez que o processo de entrada numa instituição de ensino não apresentou resistência, segundo o relato de Zózimo Tavares (2015):

Eu acho que não teve tanto essa dificuldade. Porque ia [...] já entrou assim com o suporte, né? Do secretário de educação, do secretário de comunicação, com o professor Pedro Ribeiro, que era um professor universitário muito, muito reconhecido, um professor de Sociologia, de Filosofia da Universidade Federal do Piauí, com um respaldo muito grande pelo trabalho que ele já tinha na época como divulgador, não é? da cultura popular. Então, não houve assim tanta resistência.

Porém, não podemos esquecer que a iniciativa não partiu da escola, mas de agentes externos a ela, que desejavam comunicar e organizar uma cultura considerada nordestina e, principalmente, piauiense. Por estarem ligados a esse universo da prática educativa, os professores também se configuram como mediadores intelectuais. Percebe-se que há uma expectativa em relação a eles, no sentido do papel que exercem dentro do ambiente escolar, que é mediar o processo de ensino e aprendizagem de maneira sistematizada, tornando-se responsáveis por orientar e produzir conhecimentos. Gomes e Hansen (2016, p. 10) defendem

que os intelectuais são “[...] homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político social”.

As instituições, a partir do século XX, contribuíram para a preservação da memória do cordel no Brasil, pois se constituíram como locais de pesquisa, preservação e estudos sobre a temática:

Essas instituições estabeleceram as bases para a sistematização dos estudos sobre a literatura de cordel no Brasil por meio de uma série de iniciativas: construção de uma narrativa que relaciona a produção de folhetos no Brasil com o cordel português; retirada do caráter anônimo dessa literatura através do cotejo de autores e obras; criação de arquivos; fomento ao colecionamento; elaboração de um projeto editorial e produção de teses e dissertações (Iphan, 2018, p.192).

Na década de 1990, é possível dizer que os cordelistas piauienses iniciaram esse movimento que já acontecia no restante do país, que era exatamente buscar nas instituições públicas e privadas uma maneira de fazer circular, sensibilizar e educar um público para as discussões sobre o folheto, autores e evocar iniciativas para uma futura patrimonialização do cordel. Para os cordelistas, entrar na escola era também retirar o cordel do anonimato. Fora das feiras e dos festivais, o cordel não era conhecido pela maioria dos alunos que frequentava as escolas participantes desse projeto. Nesse sentido, essas ações estimulam o reconhecimento do cordel como literatura e como um instrumento constituinte da formação de uma identidade.

Ainda de acordo com o Iphan (2018, p. 193), no século XX, o cordel era pensado e difundido tanto em iniciativas individuais, pelos próprios poetas, ou mantido por instituições privadas ou públicas, por iniciativa de pesquisadores e/ou intelectuais para que um grande público pudesse ter acesso à literatura de cordel:

Além dos acervos institucionais de folhetos, as feiras de livros e as escolas são os principais espaços de circulação do folheto impresso. Nesse sentido, é necessário promover ações que estimulem a produção e o acesso aos folhetos. É essencial o reconhecimento da literatura de cordel como uma arte que permite, pelas características sonoras e lúdicas do texto, desenvolver o hábito da leitura como uma porta de acesso à aquisição do conhecimento e, por conseguinte, da cidadania.

Como podemos observar na citação, o cordel, na década de 1990, tem uma configuração diferente daquela vivenciada anteriormente, que tenta salvá-lo da iminente morte. Nesse período, podemos observar os frutos do que foi conquistado em 1980, ou seja, a mudança nos locais de atuação do cordel, a criação de uma Academia Brasileira específica para essa

literatura e sua difusão no território brasileiro. É notório que o processo de inserção do cordel na escola pode ser capaz de produzir conhecimento, assim como influenciar na recepção de novos leitores.

Por estarem ligados a um lugar social que confere a eles um certo destaque, eles pretendem desenvolver determinada visão sobre cordel que advêm tanto dos interesses políticos quanto das próprias aspirações pessoais. Perpetuar essa cultura na escola significa também perpetuar a identidade de um grupo.

No contexto ainda da década de 1990, cria-se, a partir da Fundação Nordestina do Cordel (Funcor), a revista *De Repente*, que também se configurou como veículo de divulgação da cultura cordelista na sociedade piauiense e, sobretudo tinha como finalidade chegar até a escola. É importante destacar que não tivemos acesso ao primeiro número desta revista. Buscamos de muitas formas a sua materialidade nos acervos físicos e virtuais, em feiras de livros e em exposições voltadas para a temática, e ainda assim, não tivemos sucesso. O número mais antigo que tivemos em mãos foi o de número 3, de junho de 1995, que apresenta poesias dos cordelistas piauienses e alguns eventos voltados para área, como o *Festival de Violeiros do Norte e Nordeste*, porém não poderíamos deixar de citar a sua importância para a circulação do cordel em diversos espaços sociais, incluindo a instituição escolar.

Assim, podemos dizer que cordelistas e outros agentes culturais suscitam a imortalidade do cordel como cultura e como arte literária. Esses poetas passam a se organizar de forma institucionalizada. Viram na escola, uma comunidade de futuros leitores e, portanto, um diálogo entre cultura e saberes formais para a construção de uma identidade piauiense.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que nossa pesquisa não se deu por encerrada, pois ela abre universos dos quais possibilitarão fontes para outros estudos, lacunas a serem vistas e revistas, preenchidas ou não. Ela apresenta caminhos, experiências que desaguam na infinita construção que é fazer-se pesquisador.

A análise do universo cordeliano piauiense, nos levou a refletir sobre diversas nuances que o rumo de uma pesquisa pode tomar. Iniciamos na certeza de que os folhetos se apresentavam dentro de um universo cultural, e transitavam nas feiras, nas escolas e ocupavam as páginas dos jornais, mas não sabíamos da sua presença na APL e nem na universidade. Pesquisar talvez seja isso, se deixar levar pelas fontes, mas sem nos perder nelas.

Durante nossa escrita, o cordel se apresentou ora como um elemento do folclore, ora como um aspecto da cultura popular, gerando um debate ideológico entre as noções conservadora e revolucionária, o que corresponde ao primeiro objetivo do nosso estudo.

A década de 1970 foi de desafios e novidades para o universo cordelista. De um lado, o apogeu nos estudos sobre essa literatura; do outro, uma crise e iminente “morte” anunciada por intelectuais pesquisadores. Nesse sentido, foi possível perceber que essa “crise” tão anunciada, foi instrumento para uma institucionalização do cordel no Piauí a partir de festivais, produções e inserção dos folhetos em diversas instituições formais e não formais de ensino e pesquisa.

Os jornais também apresentaram os conflitos existentes entre a aceitação do cordel tanto como expressão da cultura popular como do seu valor literário, trazendo manifestações políticas e culturais por parte de cordelistas e mecenas. A partir desse processo, é possível dizer que as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela proteção do folheto e de suas manifestações.

Em 1980, com o estabelecimento de parcerias entre cordelistas e órgãos institucionais públicos e privados, houve mudanças na circulação do cordel, que, não se restringindo mais a feiras e festivais, passou a ocupar lugares como a escola, além da criação da própria Academia de Letras, em 1988, a ABC.

O cordel, como manifestação da identidade do povo nordestino, foi discurso comum nas publicações jornalísticas e entre os folcloristas nesse período, herança estabelecida desde o século XIX, pelos primeiros estudiosos desse segmento. Ao longo do que foi discutido e dos

autores que nos auxiliaram nesse processo, é possível dizer que não existe uma única identidade nordestina, ela é múltipla, assim como os leitores de cordel.

O *I Congresso de Folclore*, em 1951, foi um importante evento para estabelecer algumas bases da Campanha Nacional. Após esse processo, vimos que o folclore foi um movimento de interesse político, e sua circulação não se deu ao acaso. Principalmente no período ditatorial, o folclore e a cultura popular foram considerados sinônimos, o que caracterizava a dependência desse movimento como instrumento do Estado. Enquanto o conceito de cultura popular ocupou os espaços da universidade, a partir de estudos desenvolvidos no seio dos CPC na UNE, com a publicação do livro *Cultura posta em questão*, de autoria de Ferreira Gullar, que modificou o olhar sobre a noção de cultura popular anteriormente trabalhada pelos folcloristas, passou a ser visto como um instrumento de transformação social, acentuando as diferenças entre os estudos sobre folclore e cultura popular.

Em 1970, houve uma forte tendência por parte dos jornais, revistas e ações governamentais de formar a identidade piauiense, e o cordel foi utilizado como um dos instrumentos da perpetuação desses costumes. A UFPI passou a sediar eventos culturais voltados para a questão folclórica, colocando o cordel nessa categoria, fazendo com que agentes culturais passassem a estar mais presentes nesses espaços institucionalizados, a partir de palestras e publicações.

O *Festival de Violeiros*, um dos eventos que mais fez circular o cordel no Piauí, entre os períodos de 1970 e 1980, chamou a atenção de pesquisadores nacionais e estrangeiros, podendo ter influenciado na mudança do público leitor e ouvinte por aqui, além de suscitar entre os poetas a esperança de ver seu trabalho circular também em espaços de produção e difusão de conhecimento.

Em 1975, aconteceu a reunião da Campanha Nacional do Folclore, em âmbito piauiense, com as mesmas finalidades da Campanha Nacional, que visou defender, divulgar, proteger o folclore e suas manifestações e promover cursos, pesquisas e festivais. Nesse sentido, houve iniciativas de publicações de revistas, livros e documentários sobre esse movimento que teve apoio do Governo Estadual, Fundação Monsenhor Chaves e da CAC/UFPI, onde Noé Mendes de Oliveira foi coordenador, professor e secretário geral da Comissão Piauiense de Folclore, aspectos que o fizeram desenvolver projetos e múltiplas atividades com órgãos ligados ao MEC e à Funarte.

Com essa abertura, vieram publicações, eventos e cursos sobre literatura de cordel, no Piauí. Podemos afirmar, ainda, que esses movimentos foram responsáveis pela produção do cordel no meio acadêmico e cultural, mas foi a partir do capital social, das redes de relações construídas no Piauí entre repentistas, cordelistas, professores, agentes políticos e governamentais que resultou o reconhecimento material e simbólico para manutenção do cordel, tendo como resultado um movimento multiplicador no rendimento desse grupo.

O cordel circulou na universidade por intelectuais inseridos tanto no espaço social quanto acadêmico. É sabido que esses homens têm um papel fundamental no reconhecimento da legitimação de ideias e obras literárias, além de discursos que atendiam interesses político-culturais.

No período do projeto de renovação da identidade piauiense, o governador Alberto Silva contou com o apoio da APL e com o Conselho Estadual de Cultura para colocar o Piauí em um lugar de destaque entre as instituições culturais do Brasil. Foi a partir das revistas da APL, que identificamos a presença do cordel no meio intelectual literário, no que tange ao lançamento e/ou divulgação de livros e revistas.

Com o Plano Editorial do Estado, que visava desenvolver uma legitimação positiva da cultura piauiense no contexto nacional, foi possível perceber que a APL desempenhou papel importante nesse processo de políticas editoriais, onde o cordel transitava a partir de intelectuais, professores, poetas e políticas governamentais, ou seja, foi essa rede de sociabilidades desenvolvida entre esse grupo em espaços distintos que oportunizou troca e reconhecimento na divulgação de obras cordelianas.

Além disso, também foi a partir desse Plano Editorial, projetos culturais e uma rede bem definida que o *Festival de Violeiros* foi incorporado às solenidades comemorativas do Aniversário de Teresina e, mais tarde, essa abertura proporcionou a chegada de um curso de formação de professores em escolas de Educação Básica.

Dentro desse contexto, vimos, em jornais e em discursos, o cordel sendo operacionalizado como instrumento didático e formativo. Assim, com a finalidade de preservar, proteger e divulgar a cultura cordelista para futuras gerações, surgiu um projeto para formar professores para o ensino e a valorização do cordel como parte constitutiva da cultura piauiense nos moldes do que foi desenvolvido na Campanha Nacional de Folclore, levando em consideração o elemento da memória como um aspecto fundamental para a construção de uma tradição.

Em 1990, a formação de professores foi instrumento educativo nas mãos dos poetas piauienses, com o *Projeto Cordel nas Escolas*, a partir do capital social, ou seja, foi através

de uma rede durável de contatos que esse projeto chegou à escola, dando visibilidade a esse movimento. Esse curso tinha finalidade de consolidar, produzir e sistematizar o conhecimento sobre a literatura de cordel para que esta fosse apropriada pelo público escolar como elemento cultural, identitário e literário. Assim, para os cordelistas, a escola funcionou como espaço capaz de perpetuar conhecimento para as próximas gerações e manter viva a tradição. Tanto poetas quanto docentes assumem o papel de intelectuais mediadores, pois, ao mesmo tempo em que criam, mediam e modificam representações sociais sobre o cordel.

A questão do projeto na escola já era uma iniciativa que ocorria de forma nacional e, em 1990, local. O projeto buscou sensibilizar e educar um público para discutir sobre os folhetos, os autores e evocar uma futura patrimonialização. Entrar na escola também suscitou a retirada do cordel do anonimato escolar para ser reconhecido como instrumento constitutivo da cultura piauiense. Por estarem ligados a um lugar social de destaque, perpetuar essa cultura na escola significa também perpetuar a identidade de um grupo, e, além disso, formar uma comunidade de futuros leitores/ouvintes e poetas, na construção de uma identidade local.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia. Entre a oralidade e a escrita: um estudo dos folhetos de cordel nordestinos. **Revista Elo**, Universidade do Algarve, n. 3, 1997. Disponível em: . Acesso em: 27.jun.2024.
- ABREU, Márcia. **Histórias de cordéis e folhetos**. Campinas/SP. Mercado de Letras, 1999.
- AIRES, Félix. **O Piauí na poesia popular**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **“O morto vestido para um ato inaugural”**: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013b.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos**: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste: 1920-1950). São Paulo: Intermeios, 2013a.
- ALBURQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste**. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALMEIDA, Horácio de. **Literatura popular em verso**: antologia. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1976.
- ANDRADE, Manoel Luís Barros de. **Antonio Silvino e a resistência camponesa**: Passagem de um anti-herói no cariri Paraibano (1898-1914). Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFCEG_4fa49008af9b5ae1329b8f3ae7b1f223
Acesso em: 2 maio 2024.
- ANDRADE, Maria do Carmo Gomes de. Waldemar Valente. In: FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. [Recife, 2004]. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/waldemar-valente/>. Acesso em: 7 jun. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOUGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 71-79.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é folclore**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRANDÃO, Helonis; DERIGOND, Sollene. A intitucionalização do cordel brasileiro: estudo sobre os processos de patrimonialização, academização e normalização do cordel contemporâneo (1988-2018). In: MELO, Rosilene Alves de (org.). **Literatura de cordel**: conceitos, pesquisas, abordagens. Jundiaí: Paco Editorial, 2020. p. 83-104.
- BRANDÃO, Laura Lene Lima. Os conflitos culturais e as disputas de memória na literatura piauiense da década de 1970. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2013.
- CAMPOS, Dastur Costa. **Cordel de saia**: o que será? Os cordéis e as mulheres cordelistas da cordelaria chapada do corisco (COCHACOR). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2022. Disponível em

https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=en_US&id=614
Acesso em: 10 maio 2024.

CERTEAU, Marcel. **A invenção do cotidiano 1: as artes do fazer**. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.16, p. 179-92, 1995.
deslocamento. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 35, p. 77-91, jan./jun. 2010.

FERNANDES, Florestan. **O folclore em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. MOTA, Carlos Alberto de Melo Silva. Palavra de ordem: a pauta política nos jornais de Teresina (1971-1975). In: **Cadernos do Tempo Presente**, São Cristóvão-SE, v. 13, n. 2, jun/dez. 2022, p. 65-78.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; MENDES, Sérgio Luiz da Silva. LEIA INOVAÇÃO: a relação entre imprensa e comportamento social na cidade de Parnaíba-PI no final dos anos 1970. **Revista de História Regional**, [S. l.], v. 27, n. 1, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/20072>. Acesso em: 2 maio 2024.

FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. 25ª Edição. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A cultura popular como objeto de estudo: da “beleza do morto” à compreensão de sujeitos e práticas culturais. In: XAVIER, Libânia Nacif *et al.* (org.). **Escola, culturas e saberes**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 106-138.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Cordel: leitores e ouvintes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Ler/ouvir folhetos de cordel em Pernambuco: 1930-1950. 2000. 543 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Oralidade, memória e a mediação do outro: práticas de letramento entre sujeitos com baixos níveis de escolarização. O caso do cordel (1930-1950). **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 115-142, dez. 2002.

GOMES, Ângela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

Instituto de Estudos Brasileiros, n. 72, p. 245-261, abr. 2019.

IPHAN. **Literatura de cordel: dossiê de registro**. Brasília, 2018.

IPHAN. Recife: Mercado de São José. *In*: IPHAN. **Encarte rotas do patrimônio**: uma viagem através da história. 2010. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/9_rota_patrimonio_mercado_sao_jose_recife_pe.pdf. Acesso em: 27 jun. 2023.

LACERDA, Erasmo Peixoto de. Entre periódicos e o cordel: a primeira república a partir das representações do cangaceiro Antonio Silvino – Recife-PE (1900-1918). Dissertação (Mestrado em história) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFGD-2_5de21c04368651b8b176c9fda1f71296. Acesso em: 2 maio 2024.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas-SP: EdUnicamp, 2003.

LEITE, Lucas Santos Ribeiro. Os versos da globalização: migração, resistência e cultura política na literatura de folhetos. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFCG_5a8bf35173a205c7d3dc5aab020002a. Acesso em: 2 maio 2024.

LUCA, Tânia Regina. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LUYTEN, Joseph Maria. **O que é literatura de cordel**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1998.

MELO, July Rianna de. **A consciência metatextual do gênero discursivo cordel**: entre o saber e o fazer saber poético, com a palavra, os cordelistas. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28024>. Acesso em: 2 maio 2024.

MELO, Rosilene Alves de. **Arcanos do verso**: trajetórias da Tipografia São Francisco em Juazeiro do Norte, 1926-1982. 2003. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

MELO, Rosilene Alves de. **Do rapa ao registro a literatura de cordel**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 72, p. 245-261, abr. 2019.

MELO, Rosilene Alves de. Literatura de Cordel: conceitos, intelectuais, arquivos. *In*: MELO, Rosilene Alves de (org.). **Literatura de cordel**: conceitos, pesquisas, abordagens. Jundiaí: Paco Editorial, 2020, p. 83-104.

MENDES, Leonardo Fernandes. **O uso da literatura de cordel como recurso para o ensino e aprendizagem das leis de Newton**. Dissertação (Mestrado em ensino de física) – Universidade Federal do Piauí, 2024. Disponível em: https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?lc=pt_BR&id=832. Acesso em: 5 maio 2024.

MENESES NETO, Geraldo Magella de. Os brasilianistas estão chegando: as contribuições dos pesquisadores estrangeiros para os estudos sobre literatura de cordel no Brasil na segunda metade do século XX. **Projeto História**, São Paulo, v. 74, p. 177-204, maio/ago. 2022.

MOURA, Iara Guerra de Miranda. *Historiografia Piauiense: relações entre escrita histórica e instituições político-culturais*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2015.

NEGREIROS, Valério Rosa de. **Por uma cultura integrada**: Noé Mendes de Oliveira e a piauiensidade nas décadas de 1970 e 1980. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em : <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2029.pdf> acesso em : 12 jul. 2024.

OLIVEIRA, Tâmara Priscilla da Silva. **Leitura e construção de sentido através das expressões nordestinas na literatura de cordel**. Dissertação (Mestrado profissional em Letras) – Universidade Estadual do Piauí, 2019. Disponível em: <https://sistemas2.uespi.br/handle/tede/147>. Acesso em: 5 maio 2024.

PEREIRA, Diego Ramon Souza. A poética popular nordestina no período da 1ª república (1889-1918): os cordéis de Leandro Gomes de Barros. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBA-2_75f89ca297269df435067dbc98497b7e. Acesso em: 2 maio 2024.

PIZZIGNACCO, Milla Maues Pelucio. Emboladas tipográficas em Campina Grande (PB): permanências e rupturas na edição dos folhetos do poeta Toinho Mulatinho (1925-2016). Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_cd3b75e272006cdfb945601f74093f93. Acesso em: 2 maio 2024.

REVEL, Jacques; CERTEAU, Michel de; JULIA, Dominique. A beleza do morto: o conceito de cultura popular. *In*: REVEL, Jacques. **A Invenção da sociedade**. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 49-75.

RODRIGUES FILHO, José. Redefinindo histórias na literatura de cordel: a trajetória da editora luzeiro (1920-1995). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_1d47d35e67111ebeb15f464d0605e2fb7 Acesso em: 2 maio 2024.

ROSÁRIO, Maria Helena do. Manoel Monteiro: a trajetória e a inserção da literatura de folhetos (2000-2012). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em : https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCAP_9cd4cc24e4d58bb3378a53dfe1c9557b Acesso em: 2 maio 2024.

SANTOS, Laiane Lima Freitas. **Cinema e literatura de cordel**: processo intersemiótico entre o filme *Psicose*, de Alfred Hitchcock e o folheto *A história da mulher que roubou pra se casar*, de Janduhi Dantas. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras) – Universidade Estadual do

Piauí, Teresina, 2022. Disponível em: <https://sistemas2.uespi.br/handle/tede/147> . Acesso em: 5 maio 2024.

SANTOS, Luciany Aparecida Alves. Literatura de cordel e migração nordestina: tradição e deslocamento. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília-DF, n. 35, p. 77-91, jan./jun. 2010.

SANTOS, Mikeias Cardoso dos. **A relação entre história, jornalismo e ficção em cordéis do poeta Zé Soares**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFMA_1abfa8a618cb66198b05b8b04f0b3fc5 Acesso em: 2 maio 2024.

SAUTCHUK, João Miguel. **A poética do improviso: prática e habilidade no repente nordestino**. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

SILVA, André Renato Oliveira. **O ritual dos sádicos: cinema popular, experiente e subversivo nos anos de chumbo**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSP_322faa944f78c64b0682d553c6676d73 Acesso em: 2 maio 2024.

SILVA, Amanda Ribeiro da. **Entre versos e violas: história e memória do Projeto Cordel nas Escolas (1990-2007)**. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

SILVA, Bruna Gabriella Santiago. **Erguer a voz: as representações das mulheres negras na literatura de cordel de Jarid Arraes**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_11bb952b8f69d5118678aad309c21339. Acesso em: 2 maio 2024.

SILVA, Paulo Gracino da. **Folhetarias, poetas resistentes e cordel biográfico**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_6e871e1ed69b4ec8a92b1e9a1abdbf08 Acesso em: 2 maio 2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SOUSA, Jane Bezerra de. **Instituições escolares no Piauí em páginas de jornais (1961-1971)**. Curitiba: CRV, 2020.

SOUZA, Irany André Lima de. **O cordel no mercado editorial brasileiro das adaptações literárias (2000-2020)**. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPB_eca27d29f6b8be06031a6bb08f0b5da4 Acesso em: 2 maio 2024.

SOUZA, Liêdo Maranhão de. **Classificação popular da literatura de cordel**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SOUZA, Vitor Santos de. **Cordel aplicado à micologia no ensino médio**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Biologia) – Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2022. Disponível em: <https://sistemas2.uespi.br/handle/tede/147> . Acesso em: 5 maio 2024.

VIEIRA, Carlos Eduardo. **História intelectual e história dos intelectuais**: diálogos acerca da escrita da história da educação. IN: VIEIRA, Carlos Eduardo; STRANG, Bernadete de Lourdes Strelsky; OSINSKI, Dulce Regina Baggio (orgs). Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

FONTES

... A LITERATURA morta-virgem. **A HORA FATAL**, ano 1, 1972. Disponível em: <https://s3-sa-east-1.amazonaws.com/pm-uploads/A%20Hora%20Fatal/ggQ6ERGQYTmpU1JoIvbJaQ==>. Acesso em: 4 maio 2023.

BATISTA, Sebastião Nunes. **Antologia da literatura de cordel**. Natal: Manimbu, 1977.

CANTADORES querem a ajuda do Governo. **Diário de Natal**, Natal, ano 35, n. 9.606, p. 5, 21 set. 1974.

CAVALCANTE, Anízio de A. Teresinando em cordel. **O Dia**, Teresina, p. 5, 28 out. de 1982.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. Carta do Folclore Brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE. 1. Rio de Janeiro, 1951. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 1951. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-nacional-de-folclore-e-cultura-popular/CartadoFolcloreBrasileiro1951.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2014.

CORDEL VAI para as escolas. **O Dia**, Teresina, ano XX, n. XX, 22 dez. 1973. Caderno 2, p. 7.

CORDEL, um meio de comunicação que tende ao desaparecimento. **O Dia**, Teresina, n. 3769, p. 5, 18,19 nov. 1973.

CORDEL. **O Poti**, Natal, ano 21, n. 2.117, p. 26, 16 maio 1976.

COSTA, Pedro. **As modalidades e a técnica do repente**. Teresina: FUNCOR, 2010.

COSTA, Pedro. O poeta repentista, **De Repente**, Teresina, ano 1, n. 3, jun. 1995. [Quarta capa].

D'OLIVEIRA, Fernanda. Cordel: uma literatura ameaçada de morte. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 155, n. 324, p. 1, 29 nov. 1979.

DICIONÁRIO é condenado. **O Dia**, Teresina, ano XXXI, n.8114, p. 3, 20 de ago. de 1982.

ENCONTRO vai reunir folclore nordestino. **O Estado**. Teresina, ano 8, n. 1318, p. 5, 3 de jun. 1977.

FESTIVAL de violeiros vai ser iniciado no dia 19. **O Dia**. Teresina, ano 32, n. 5602, p. 9, 9 ago. 1983.

FOLCLORISTA pede lei que ampare a cultura popular. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano X, n. X, p. 24, 11 dez. 1974.

FUNARTE promove curso de folclore para docentes. **Diário de Natal**, Natal, ano 41, n. 11.216, p. 4, 17 mar. 1981.

GENUINE, S. Parnaíba tem a sua literatura de cordel. **Jornal Inovação**, Parnaíba, ano 4, n. 35, p. 5, fev./mar. 1981.

GILVAN Santos: um poeta nordestinado. **Diário do Povo**, Teresina, Ano 1, n. 10, p. 5, 8 out. 1987. Caderno 2.

LITERATURA de cordel sofre com a crise. **O Dia**, Teresina, ano 32, n. 5602, p. 1, 9 ago. 1983.

Manifesta-ação, **A Hora Fatal**, Teresina, p. 1, jun. 1972,

NÃO EXISTE amparo para os folheteiros. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 150, n. 94, p. 3, 9 abr. 1975.

OLIVEIRA, Noé Mendes de. **Folclore Brasileiro**: Piauí. Rio de Janeiro: MEC, DAC, FUNARTE, CDFB, 1977.

OLIVEIRA, Noé Mendes de. O folclore na escola. **Presença**, Teresina, ano 2, n. 4, p. 47-49, dez. 1975.

OUTRA [...]. **O Dia**, Teresina, ano 29, n. 7348, p. 2, 9 set. 1980.

PIRIPIRI, João José. 1º Manifesto Ecológico. **Jornal Inovação**, Parnaíba, ano 3, n. 28, p. 13, 1 abr. 1980.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. **A ideologia do cordel**. Rio de Janeiro: Editora Brasília, 1977.

REPENTISTAS falam sobre dicionário. **O Dia**, Teresina, ano X, n. X, p. 7, 22-23 ago. 1982.

RIBEIRO, Lia. Nordeste sem cantadores. **Diário de Natal**, Natal, ano 31, n. 9.903, p. 2, 16 ago. 1971.

RIBEIRO, Maria de Lourdes Borges Ribeiro. O folclore na escola. **Revista de Folclore**. n. 5. p. 1-30. Rio de Janeiro: CDFB, 1976.

RIBEIRO, Pedro Mendes. **Casa do Cantador**. Teresina: HALLEY S.A, 1995.

RIBEIRO, Pedro Mendes. Contribuição do Piauí na literatura de cordel. **Revista da Academia Piauiense de Letras**, Teresina, n. 5, 1997.

ROLIM, Maria Luíza. Cantores são perseguidos nas feiras do nordeste. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 154, n. 134, p. D1, 20 maio 1979.

SANTOS, Cineas. Meninos, eu fiz... **Formare**. Revista do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Teresina: Universidade Federal do Piauí, v. 2, n. 1, p. 126-127, jan./jun. 2014.

SILVA, Alberto Tavares. Endosso em Preto. **Revista Presença**, Teresina, Secretaria Cultural do Piauí, ano 1, n. 1, 1974, p. 3.

SOUSA, Matusalem. Os clamores do cordelistas. **Revista Presença**, Teresina, ano 4, n. 8, p. 38, jul./set.1983.

SOUSA, Matusalem. Pontos de contradição. **Revista presença**, ano 5, n.12, p. 31, jul./set. 1984.

UFPI festeja dia nacional do folclore. **O Dia**, Teresina, ano 32, n. 5606, p. 7, 13 de agosto de 1983.

VIOLEIROS instalam festival na capital. **O Dia**, Teresina, ano 29, n. 7334, p. 3, 23 de ago. de 1980.

WANDERLEY dá show no lançamento de “Quadrão”. **O Dia**, Teresina, ano 39, n. 7465, p. 3, 27 jan. 1981.

ENTREVISTAS

MENDES SOBRINHO, Joaquim (Joames). Entrevista [concedida a] Amanda Ribeiro da Silva. Teresina, 9 set. 2022.

RIBEIRO, Pedro Mendes. Entrevista [concedida a] Amanda Ribeiro da Silva. Teresina, 8 maio 2015.

ZÓZIMO TAVARES. Entrevista [concedida a] Amanda Ribeiro da Silva. Teresina, 8 maio 2015.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 43.178, de 5 de fevereiro de 1958**. Institui a Companhia [sic] de Defesa do Folclore Brasileiro. Câmara dos Deputados. Legislação. 1958. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43178-5-fevereiro-1958-381950-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 2 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 12 abr. 2023.

ANEXO: Carta do Folclore Brasileiro (1951)

CNF. Carta do Folclore Brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE FOLCLORE. 1., Rio de Janeiro, 1951. **Anais** [...]. Rio de Janeiro, 1951. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/unidades-especiais/centro-nacional-de-folclore-e-cultura-popular/CartadoFolcloreBrasileiro1951.pdf>. Acesso em: 2 maio 2023.

CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO

CNF. Carta do Folclore Brasileiro. Anais I Congresso Brasileiro de Folclore. Rio de Janeiro, 1951.

O I Congresso Brasileiro de Folclore, reunido nesta Capital de 22 a 31 de agosto de 1951, resolveu tornar públicos, neste documento, os princípios fundamentais, as normas de trabalho e as diretrizes que devem orientar as atividades do Folclore Brasileiro, de acordo com as conclusões aprovadas, reservando-se para publicação nos Anais aquelas deliberações de caráter transitório ou de natureza administrativa, não passíveis de sistematização dentro do critério aqui estabelecido:

I

1. O I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do Folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em toda sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual.

2. Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservadas pela tradição popular e pela imitação, e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica.

3. São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular.

4. Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de preferência, o emprego dos métodos históricos e culturalistas no exame e análise do Folclore.

II

1. Considerando que, para melhor conhecimento e maior desenvolvimento do Folclore Brasileiro, é necessário intensificarem-se os trabalhos de campo, o I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece a necessidade de ser estabelecido um Plano Nacional de Pesquisa Folclórica, que vise ao levantamento, dentro de bases e princípios científicos, dos motivos folclóricos existentes em todas as regiões do país. Compete à Comissão Nacional de Folclore a organização desse Plano, em cuja elaboração serão ouvidos os órgãos regionais e, se necessário, associações culturais de objetivos afins.

2. Para execução do Plano será ainda elaborado um manual prático de pesquisa, contendo a orientação que deve ser seguida pelos pesquisadores nas respectivas áreas. Aconselha-se, igualmente, a realização de cursos práticos de preparação de pesquisadores, para o fim de assegurar-lhes conhecimentos fundamentais de método e técnica de trabalho de campo.

3. Os trabalhos de pesquisa devem ser executados por equipes nas quais se incluam, sempre que possível, técnicos de cinema e de gravação de som, sociólogos, historiadores, geógrafos, cartógrafos, musicólogos, etnógrafos e linguistas, além dos folcloristas necessários.

4. Competirá às equipes, em cada Estado, recolher igualmente o documentário material, através de peças folclóricas, e fotográfico, destinando-se o que fôr obtido ao Museu Folclórico da respectiva Unidade Federada; as peças mais características de cada região devem ser conseguidas em duplicata, destinada uma das vias ao Museu Folclórico que se organiza na Capital da República, com caráter nacional.

5. A Comissão Nacional de Folclore regulamentará os trabalhos de pesquisa e de preparação de pesquisadores, respeitadas as peculiaridades de cada Unidade da Federação.

III

1. Toda pesquisa folclórica deverá ser feita em moldes científicos, obedecendo às normas metodológicas comumente seguidas nas ciências sociais. Para esse fim os pesquisadores, além do necessário treino, devem ser instruídos sobre as questões metodológicas e, pelo menos, noções de etnografia européia, ameríndia e africana, a fim de que não lhes passem despercebidos aspectos muitas vezes importantes e para que os dados coletados não sejam invalidados por falhas de método e de técnica.

2. Para tornar-se viável um levantamento dos fatos folclóricos brasileiros, observadas as recomendações acima prescritas, deve-se aproveitar o concurso de instituições já existentes e ramificadas por todo o território nacional.

3. Para que sejam obtidos os elementos indispensáveis à realização das pesquisas folclóricas, cumpre que estas pesquisas, além de sua finalidade científica, adquiram finalidade prática e útil à região em que se realizem, bem como aos seus habitantes.

IV

1. É reconhecida como fundamental à pesquisa do Folclore Brasileiro, a necessidade do levantamento prévio do calendário folclórico, destinado a fixar as datas em que se celebram, em cada Município, as festas tradicionais de maior repercussão social. Consideram-se como incluídas entre estas festas as de caráter regional (festas de padroeiro, festas de colheita, moagem, marcação de gado, vaqueijadas, etc.), as de comemoração geral (festas do ciclo do Natal, de carnaval, da Semana Santa, de São João, do Divino Espírito Santo, etc.), e as festas especiais, isto é, comemorações locais, promovidas por grupos étnicos ou sociais com o propósito de determinada celebração.

2. A Comissão Nacional de Folclore organizará o questionário básico ao levantamento do inquérito, cabendo às Comissões Regionais acrescentarem os aspectos específicos referentes a cada Unidade Federada, em particular.

3. Recomenda-se às Comissões Regionais adotem providências para que o calendário e o mapa folclóricos de cada Unidade Federada sejam apresentados sob forma tão completa quanto possível, no II Congresso Brasileiro de Folclore.

V

1. A Comissão Nacional de Folclore promoverá, através das Comissões Regionais e com a possível urgência, o levantamento das romarias existentes e conhecidas nas diversas regiões do país, de modo a estabelecer sua origem, data de realização local e finalidades. Com estes elementos será organizado o mapa e calendário das romarias brasileiras.

2. A Comissão Nacional de Folclore surgirá ao Governo da República, na forma que julgar mais conveniente, a organização de missões assistenciais, com a finalidade de atuar nos locais das romarias. Essas missões deverão ter a colaboração de vários serviços técnicos do Governo, incluindo-se, particularmente, elementos de ação representativos de: a) grupo sanitário, de profilaxia e educação sanitária; b) grupo de educação rural, ajustado às condições de cada romaria; c) grupo de recreação e divulgação cultural, que proporcione aos romeiros, através de filmes, representações teatrais, discos, alto-falantes, etc. oportunidades de recreio e do conhecimento de fatos da vida cultural do país e ainda instruções sobre processos sanitários, higiênicos, educativos, etc.; d) grupo de estudos sociológicos destinado a estudos e pesquisas sociais; e) grupo folclórico, para estudos e pesquisas folclóricas, e cuja representação caberá à Comissão Nacional de Folclore.

3. A atuação dos elementos integrantes da missões assistenciais visará precipuamente à assistência sanitária, educacional e cultural às populações participantes das romarias, procurando fixar, em particular, seus objetivos no seguinte: orientar o homem no sentido de sua fixação à terra, evitando a emigração; apresentar programas ou atividades que não entrem em choque com o espírito da romaria ou a mentalidade da população; programar seus trabalhos em horas que não perturbem os atos religiosos; prestigiar as manifestações artísticas autóctones, promovendo exposições de arte popular, festas de música e danças regionais, etc., de maneira a criar, no povo, interesse pela conservação do que lhe é próprio em atividades artísticas; concorrer para a educação e o bom gosto.

4. A organização das missões assistenciais far-se-á com a colaboração dos Ministérios da Educação e Saúde e da Agricultura, da Legião Brasileira de Assistência, da Sociedade Brasileira de Sociologia e da Comissão Nacional de Folclore, e ainda de serviços técnicos estaduais ou de outros órgãos assistenciais e culturais. Para êsse fim o Governo promoverá a organização de uma comissão com representantes dessas entidades, para elaborar e planejar os trabalhos das missões assistenciais.

VI

1. Reconhece o Congresso a conveniência de assegurar-se o mais completo amparo às artes populares, ao artesanato e à indústria doméstica, auxiliando-se as iniciativas que digam respeito ao seu desenvolvimento e à proteção dos artistas populares.

2. Para tanto devem os órgãos da Comissão Nacional de Folclore promover, sempre que possível com a colaboração dos órgãos competentes da respectiva administração estadual, as pesquisas e estudos convenientes que visem, em particular, ao levantamento regional das artes populares e dos tipos de organização existentes para produção e comércio em comum de artigos artesanais e de trabalho doméstico, ao planejamento das atividades, cursos, programas de aperfeiçoamento, concursos, etc., necessários ao amparo e estímulo ao artesanato.

3. É dirigido um apêlo aos Governos Regionais para que, com a cooperação dos órgãos regionais de folclore, promovam o estímulo às organizações das artes populares e de artesanato, assistindo-as no que fôr imprescindível às atividades artesanais e domésticas lucrativas, sempre preservando sua localização regional.

VII

1. Considera-se o cancioneiro folclórico infantil fator de educação, tendo em vista que, ao mesmo tempo que desenvolve o gosto pela música e o hábito do canto coletivo, fornece material adequado às aulas e recreação, reforçando ainda o aproveitamento do elemento tradicional. Sua utilização deve visar às necessidades infantis de gregarismo e expansão, e também despertar o espírito de cooperação, de par com o sentido de disciplina.

2. É recomendado às Comissões Regionais que incluam, em seus planos e atividades de pesquisa, o levantamento mais completo possível do material do cancioneiro folclórico infantil, de modo que oportunamente possa a Comissão Nacional de Folclore fazer a escolha dos motivos entre as cantigas

de uso mais generalizado em todo o país, em suas melhores versões musicais e literárias, observando-se, em particular, os seguintes requisitos: a) tessitura conveniente; b) boa prosódia musical; c) texto sugestivo.

3. O material que fôr coletado, dentro dêste propósito, deverá trazer indicações referentes: a) gênero; b) à movimentação; c) à localidade, região ou zona de onde procede; d) quem recolheu e em que data; e) ao andamento ; i) à colocação da letra na música; g) a todos os esclarecimentos suplementares que a execução da cantiga exigir. Com base nas indicações musicais recolhidas, providenciará a Comissão Nacional de Folclore um acompanhamento pianístico de fácil execução e rigorosamente de acôrdo com o caráter de cantiga.

4. A Comissão Nacional de Folclore promoverá, oportunamente, a publicação, em volume, do material recolhido, destinando-o a ampla divulgação nas escolas pré-primárias e primárias do Brasil.

5. Propõe o Congresso que as canções folclóricas infantis sejam incluídas no programa dessas escolas, em todo o território nacional, e que se encaminhem providências para que esta sugestão se transforme em lei.

VIII

1. O Congresso protesta contra as alterações e deturpações notórias em temas folclóricos musicais. Neste sentido formula respeitoso apêlo às autoridades judiciárias do país para que, nas ações de direito autoral, em que se alegue inspiração no Folclore, sejam ouvidos peritos de reconhecida competência em assuntos folclóricos.

2. O Congresso considera necessário: a) a adoção de providências adequadas à defesa e preservação do folclore musical em relação à sua divulgação pelo rádio, organizando-se planos e adotando normas, em cuja elaboração sejam também chamados a colaborar ativamente representantes das principais entidades radiofônicas do país. Sugere-se, que, nessas normas, se inclua a obrigatoriedade de terem as estações de rádio, individualmente ou por grupos, consultores especializados em folclore musical, sempre que possível com curso dessa disciplina feita em Conservatórios de Música; b) seja tornado obrigatório por lei, e com sanções adequadas, a transcrição nas composições que utilizem temas folclóricos, da melodia ou tema original aproveitado e sua procedência, assim como figurem também essas indicações nos programas de concertos ou festivais em que aparecem tais obras.

IX

1. É formulado encarecido apêlo ao Exmo. Sr. Presidente da República no sentido de que promova, pelos meios julgados mais convenientes aos interesses da administração pública, a criação de um organismo, de caráter nacional, que se destine à defesa do patrimônio folclórico do Brasil e à proteção das artes populares.

2. Ao órgão a ser criado, nos termos desta sugestão, deve ser dada estrutura de caráter autárquico, com plena autonomia técnica e a autonomia administrativa indispensável à própria natureza de seus encargos.

X

1. É recomendado ao I.B.E.C.C. que promova junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística as providências necessárias no sentido de que a rede de Agências Municipais de Estatística possa ser utilizada, da forma mais conveniente aos interesses daquela entidade, na realização dos inquéritos folclóricos que, em âmbito nacional, sejam estabelecidos pela Comissão Nacional de Folclore.

XI

1. É inadiável a necessidade de preservar os produtos da inventiva popular, tanto os de caráter lúdico e religioso como os de caráter ergológico. A guarda desses objetos deve ficar a cargo de instituições apropriadas, e sob a direção de órgãos ligados à pesquisa e ao estudo do folclore, devido tanto ao caráter coletivo dessa tarefa como ao longo tempo indispensável à coleta e classificação dos dados para lhes dar interesse didático.

2. Recomenda, pois, o Congresso a criação, no Distrito Federal, do Museu Folclórico Nacional, com uma das suas divisões ou um museu subsidiário dedicado ao folclore e às artes populares da Capital da República, e de museus folclóricos por parte das Comissões Regionais, nas Capitais e nos Municípios em que a sua criação se revelar exequível proveitosa e representativa. Caberá à Comissão Nacional de Folclore, através do seu Conselho Diretor, e sob sua responsabilidade direta, a organização do Museu Folclórico Nacional, e às Comissões Regionais, através dos seus respectivos Secretários Gerais, a dos museus locais.

3. Para a efetivação destas medidas, a Comissão Nacional de Folclore pedirá aos governos estaduais que auxiliem, na medida do possível, a criação e organização dos Museus Folclóricos locais, seja assegurando-lhes facilidades de instalação, seja emprestando técnicos de museu, seja subvencionado no todo ou em parte as suas atividades: pedirá ao I.B.G.E. a sua colaboração, através dos agentes municipais da estatística, na coleta de material de interesse folclórico e popular; procurará obter, de outros organismos federais, o mesmo tipo de colaboração; pedirá ao Governo Federal, em caráter permanente, as necessárias franquias de transporte, por água, terra e ar, para o material recolhido; e as Comissões Estaduais de Folclore se endenderão com os poderes públicos locais no sentido de obter deles a cessão, para a formação dos museus estaduais, de objetos de uso e criação popular porventura existentes em repartições não especializada, como as chefaturas e delegacias de polícia; pedirão a colaboração de organismos e repartições que possam ajudar na coleta de material; e se dirigirão, no sentido de obter franquias de transporte para esse material, aos governos estaduais e, quando couber, às prefeituras municipais.

XII

1. É conveniente difundir e vulgarizar as diversões e danças dramáticas brasileiras, levando-as, por meio de exibições teatrais, a camadas da população que a elas habitualmente não têm acesso e, igualmente, a outros pontos do país, fora de sua área de distribuição, contanto que não se altere, a sua autenticidade ou se deforme a sua expressão primitiva. Essa difusão e vulgarização, enquanto não se faz através dos grupos diretamente empenhados no folclore, podem ser feitas por meio de artistas especializados em representações populares e folclóricas, aos quais o Ministério da Educação e Saúde, pela Portaria n.º 240, de 23 de maio de 1949, prometeu apóio oficial.

2. Recomenda o Congresso à Comissão Nacional de Folclore e às Comissões Regionais: o estímulo e, sempre que possível, a criação de grupos de amadores, especializados em teatro popular, que, sob a orientação de um folclorista por elas designado e atendendo ao mínimo das exigências teatrais, transponham com fidelidade para o palco as diversões e danças dramáticas de sua respectiva região ou Estado; o apóio moral, científicos, artístico e, quando possível, financeiro aos grupos de amadores e profissionais, porventura existentes, que se dediquem à este tipo de vulgarização do folclore nacional, o estudo das possibilidades de utilização gratuita e periódica de teatros já existentes por parte desse grupo de amadores, entendendo-se para tanto com as autoridades federais, estaduais e municipais competentes; e a coordenação das atividades desse grupo de amadores em plano nacional, de maneira a favorecer o seu intercâmbio entre as várias regiões brasileiras.

XIII

1. É ínfima, em comparação com a riqueza e a variedade do folclore nacional, a soma disponível de informações e de estudos folclóricos, e em geral esses trabalhos se ressentem de falta de técnica, devido ao seu caráter eventual e fortuito. Torna-se necessário formar peritos em número

razoável e com certa continuidade e familiarizá-los com os métodos modernos de observação, pesquisa e análise, a fim de aumentar o rendimento do seu trabalho e enriquecê-lo, sendo conveniente que êsse treinamento especial se ministre em nível universitário, devido ao concurso de outras disciplinas afins.

2. A Comissão Nacional de Folclore dirigirá um apêlo as autoridades competentes, propondo a criação, nos cursos de Ciências Sociais e de Geografia e História das Faculdades de Filosofia, da cadeira de Folclore, na qual se ensinem, em uma parte geral, os métodos de pesquisa, observação e análise dos fatos folclóricos em tôdas as suas modalidades, e, em parte especial, as formas e processos do folclore nacional.

3. Nêste apêlo proporá, igualmente, a Comissão Nacional de Folclore: a) que a cadeira de Etnografia e Pesquisa dos Conservatórios de Canto Orfeônico passe a denominar-se de Folclore Nacional, como na Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, e que nenhum aluno seja aprovado nessa disciplina sem a apresentação de uma pesquisa de campo, como também nenhum professor seja admitido para lecioná-la sem a correspondente apresentação de uma ou mais pesquisas de mérito. b) que seja criada, em todos os Conservatórios oficiais ou oficializados da União, Estado ou Municípios, a cadeira de Folclore Nacional; c) que se estenda a freqüência às aulas de folclore das escolas de música nacionais a todos os estudantes dos diversos cursos, não se restringindo a sua obrigatoriedade apenas aos alunos das classes de composição, encarecendo-se ainda a necessidade de ter o curso, pela importância do estudo conjunto do folclore para a formação da cultura nacional, a duração de dois anos.

XIV

1. As Comissões Regionais de Folclore deverão organizar, nas faculdades, escolas normais e colégios secundários, centros ou grupos de pesquisas, formados por alunos dos respectivos estabelecimentos, e cujos trabalhos terão a assistência técnica e a orientação da respectiva Comissão.

2. Os Centros assim organizados terão como finalidade principal a pesquisa de campo, a colheita do material como existe, o registro mecânico dos fatos folclóricos, o estabelecimento de núcleos de documentação (museus, discotecas, arquivos, etc.) e a sua respectiva divulgação, com observações e notas, mas sempre em seu estudo original.

3. Com medida de estímulo às atividades dêsses centros deverão ser promovidas palestras, conferências, seminários, etc., para o estudo, em conjunto, do material recolhido, sempre que se realizar uma pesquisa de campo.

4. As Comissões Regionais procurarão entender-se em as autoridades do ensino, na respectiva região, para que sejam favorecidos êsses estudos e trabalho, prestigiando moral e materialmente as atividades dos centros de pesquisadores nos estabelecimentos de ensino.

5. É sugerida às sociedades luso-brasileiras a organização de centros de estudo folclóricos, tendo em vista as origens portuguesas fundamentais no tradicionalismo brasileiros, a fim de que, em instituições dessa natureza, se estudem os aspectos científicos das relações entre os dois folclores — o brasileiro e o lusitano.

XV

1. É reconhecida a necessidade de dar-se início à publicação de uma Biblioteca Brasileira de Folclore, em que se editem obras originais sôbre folclore brasileiro e se reeditem livros fundamentais, já hoje esgotados. Nessa coleção serão incluídas, igualmente, traduções de obras científicas em que se encontrem estudos ou pesquisas de interesse para o folclore nacional.

2. Para a organização da Biblioteca Brasileira de Folclore, a Comissão Nacional de Folclore entrará em entendimento com o Ministério da Educação e Saúde, a fim de que se organize uma

comissão com representantes daquele Ministério, da Comissão Nacional de Folclore, do I.B.E.C.C., da Universidade do Brasil e do Instituto Nacional do Livro, para estabelecer o plano de publicação, distribuição e venda das obras selecionadas e tomar tôdas as providências necessárias à efetivação da Biblioteca Brasileira de Folclore.

XVI

A Comissão Nacional de Folclore fica incumbida de promover os necessários entendimentos com as autoridades competentes, no sentido da publicação de uma revista brasileira de folclore.

XVII

Reconhece o Congresso a conveniência de promover-se a organização de uma antologia de contos populares, lendas, poesias, enigmas e o que mais se enquadre na moderna orientação psicológica da adolescência, à qual se destina. Essa antologia deverá ser constituída de volumes que contenham elementos selecionados em cada região do país, sem o aspecto forma de livro texto.

XVIII

No sentido de dar maior valorização aos assuntos do tradicionalismo nacional, sobretudo junto às novas gerações, o Congresso sugere aos editores e responsáveis pelas publicações infantis e juvenis, bem como a imprensa em geral, a preferência pelos temas brasileiros, populares e folclóricos nos comentários, histórias e ilustrações dos periódicos.

XIX

A utilização de elementos folclóricos como fonte de desenvolvimento do turismo merece ser estimulada e incentivada, devendo, neste sentido, os órgãos integrantes da Comissão Nacional de Folclore manter-se em entendimento constante com o Conselho Nacional de Turismo a fim de que, num regime de estreita e proveitosa cooperação, possa ser incrementada a aplicação do Folclore ao turismo.

XX

1. É sugerida ao I.B.E.C.C. a criação, como setor de trabalho do Secretariado da Comissão Nacional de Folclore, de uma secção de intercâmbio cultural com o estrangeiro. Esta secção trabalhará em colaboração com os órgãos regionais daquela Comissão visando aos seguintes propósitos: a) manter relações com as entidades folclóricas e folcloristas estrangeiros, para isso organizando um fichário por países e especializações; b) estabelecer a permuta de publicações e material folclórico, que deverá ser feita na conformidade dos interesses locais das Comissões Regionais; c) publicar, com a periodicidade mais conveniente, um Boletim, em espanhol, francês e inglês, com informações relativas ao folclore brasileiro, inclusive indicação bibliográfica do folclore nacional.

2. Em cada Comissão Regional será designado um de seus membros para incumbir-se contacto com a secção de intercâmbio cultural, facilitando a esta tôdas as informações de natureza regional destinadas a divulgação no exterior.

3. A Comissão Nacional de Folclore solicitará apóio da UNESCO, do Ministério das Relações Exteriores e do Instituto Nacional do Livro para obtenção das facilidades necessárias ao desenvolvimento dêsse intercâmbio, que se fará diretamente ou por intermédio das Missões Diplomáticas, Repartições Consulares e Delegações junto a Organismos Internacionais.

XXI

1. Considera-se a realização da Semana de Folclore, comemoração anual do Dia do Folclore, fator de desenvolvimento do estudo do Folclore Brasileiro e de maior aproximação intelectual e pessoal entre os folcloristas nacionais. Fica estabelecido que, nos anos em que se realizar Congresso Brasileiro de Folclore, não haverá Semana de Folclore.

2. É sugerida às Comissões Regionais a inclusão, no programa da Semana de Folclore que estiver a seu cargo, de seminários, mesas-redondas e outros meios que permitam o debate, entre os folcloristas presentes, de problemas fundamentais ligados ao estudo, técnica e pesquisa do folclore, em particular da região onde se efetuar a reunião. Sugere-se também a realização, na mesma época, de exposições folclóricas de temas e assuntos regionais, como meio de difusão de aspectos folclóricos em sentido pedagógico e cultural.

XXII

As Comissões Regionais de Folclore promoverão, a exemplo do que já se vem fazendo em alguns Estados, a designação de delegados seus nos Municípios do Interior, procurando, igualmente, estabelecer o mais íntimo contato com o professorado primário e secundário das diversas localidades e com os Agentes Municipais de Estatística, como elementos valiosos de informação e de cooperação quanto às pesquisas e levantamento do folclore regional.

XXIII

O Congresso recomenda à Comissão Nacional de Folclore a adoção, pelos meios mais adequados, das medidas que couberem no sentido de: a) promover-se a realização, em cada cinco anos, de Congresso Luso-Brasileiros de Etnografia e Folclore, alternadamente em Portugal e no Brasil; b) estabelecerem-se as bases para um Congresso Sul-Americano de Folclore.

XXIV

O II Congresso Brasileiro de Folclore se reunirá em 1953 em Curitiba, como parte das comemorações do centenário da Província do Paraná.

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 1951. — Renato Almeida, Presidente. — Cecília Meireles, Secretária Geral.